

Diagnóstico Social

Florestal Santa Maria Project

Contato

Avenida Paulista, 2439 - 11º andar

São Paulo - SP, Brazil

Cep: 01.311-936

T: +55 (11) 5039-1080

contato@systemica.digital

Julho 2022



Sumário

1. Parâmetros Sociais (2.1.6)	9
2. Área do Projeto (2.1.7)	12
3. Identificação dos atores (stakeholders) (2.1.8)	22
4. Descrição dos atores e agentes de interesse (stakeholders) (2.1.9)	24
5. Engajamento das comunidades (2.3)	36
5.1. Acesso dos atores (stakeholders) à documentação do projeto (2.3.1)	36
5.2 Divulgação dos Documentos Resumidos do Projeto (2.3.2)	37
5.3 Reuniões Informativas com as Partes Interessadas (2.3.3)	40
5.4 Custos, riscos e benefícios para as comunidades (2.3.4)	44
5.5 Informações aos atores sobre o Processo de Validação e Verificação (2.3.5)	46
5.6 Informações aos atores sobre a visita do auditor (2.3.6)	46
5.7 Consulta às Partes Interessadas (2.3.7)	46
5.7.1 Aplicação do questionário	47
5.7.2 Dinâmica das fichas	48
5.7.3 Oficinas Coletivas: “Árvore das Sugestões”	50
5.8 Consulta Continuada e Gestão Adaptativa (2.3.8)	52
5.9 Canais e formas de comunicação com as partes interessadas (2.3.9)	55
5.10 Participação das Comunidades na Tomada de Decisões e Implementação do Projeto (2.3.10)	58
5.11 Medidas para garantia da antidiscriminação (2.3.11)	63
5.12 Procedimentos de Feedback e Reparação das Reclamações (2.3.12)	64
5.13 Acessibilidade do Procedimento de Retorno e Reparação de Reclamações (2.3.13) 64	
6 Questões jurídicas e direito à propriedade	64
6.1 Consentimento Livre, Prévio e Informado	64

6.1	Proteção dos Direitos à Propriedade	66
6.1	Identificação de Atividades Ilegais	67
7	Comunidade	68
7.1	Descrição das Comunidades no Início do projeto.....	68
7.2	Descrição das Comunidades no Início do projeto.....	72
8	Interação entre comunidades e grupos comunitários.....	88
8.1	Valores de Conservação – HCV	89
9	Rede de impactos comunitários positivos.....	92
10	Equipe Técnica.....	98
11	Referências Bibliográficas.....	99
7.1	Fontes das Bases Cartográficas.....	100
8.	Anexos.....	101

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa de localização da área de estudo.....	16
Figura 2:Mapa de localização dos assentamentos rurais	17
Figura 3: Mapa de localização das unidades de conservação	18
Figura 4: Mapa de localização das terras indígenas.....	19
Figura 5: Mapa de localização de sítios arqueológicos.....	20
Figura 6: Mapa de localização de comunidades tradicionais	21
Figura 7: Capa e Contracapa do Resumo Executivo do Plano de Manejo que foi distribuído para as comunidades dos assentamentos nas áreas de atuação do projeto Florestal Santa Maria. Maio/ 2022. Fonte: CARAGUÁ, 2022.	38
Figura 8: Entrega do documento contendo resumo executivo do Plano de manejo Sustentável da fazenda Florestal santa Maria, durante trabalho de campo realizado pela equipe técnica, junto às comunidades do assentamento Perseverança Pacutinga, em Colniza/MT. Junho/20.....	38
Figura 9: Panfleto impresso distribuído para as comunidades contendo o resumo do projeto, ressalta-se a disponibilização de canais de telefone e e-mail para dúvidas e sugestões, além das informações sobre a etapa de desenvolvimento do projeto fornecidas no quadro.....	39
Figura 10: Fluxograma das etapas do projeto apresentado no panfleto do resumo do projeto que foi entregue a todos os atores mobilizados durante o trabalho de campo. Fonte: Systemica, Mai/ 2022.	40
Figura 11: Momentos chave do trabalho de engajamento realizado junto às comunidades do entorno da Fazenda Santa Maria. Junho/ 2022. Autora: Caroline César.	41
Figura 12: Momentos chave do trabalho de engajamento realizado junto às comunidades do entorno da Fazenda Santa Maria. Autora: Caroline César. Jun/ 2022.	47
Figura 13 e Figura 14: Aplicação de questionário com o Senhor Mauri Albaneze, produtor rural e artesão em 01-06-2022 e com o Senhor Estanislau: Folkoski Presidente da Associação de Pequenos produtores de Perseverança Pacutinga em 02-06-2022. Colniza/MT. Fotos: Caroline César.	48
Figura 15 e Figura 16: Aplicação da Dinâmica da Ficha com Senhor Abílio Firme em 01-06, e Geise Ramos em 05-06. Colniza/MT. Fotos: Caroline César.....	49
Figura 17 e Figura 18: Aplicação da Dinâmica da Ficha com Senhor Roberto Horn em 02-06 e a Senhora Neusa Maria Pereira em 31-05. Colniza/MT. Fotos: Caroline César.....	49

Figura 19 e Figura 20: Mediadora Caroline César fomentando o debate sobre as demandas da comunidade durante a realização da atividade coletiva “Árvore das Sugestões”, feita junto aos moradores das linhas 08 e 12. Local: Colniza/MT. Data: 01-06-2022. Foto: Marcus Vinícius.....	51
Figura 21: Cartaz com resultado da atividade coletiva “Árvore das Sugestões”, feita junto aos moradores das linhas 08 e 10. Data: 05-06-2022. Colniza/MT. Foto: Caroline César.	51
Figura 22 e Figura 23: Pesquisadora/mobilizadora Caroline César mediando o debate sobre as demandas da comunidade, durante a realização da atividade coletiva “Árvore das Sugestões”. Local: Colniza/MT. Data: 05-06-2022. Foto: Marcus Vinícius.	52
Figura 24: Cartaz com resultado da atividade coletiva “Árvore das Sugestões”, feita junto aos moradores das linhas 08 e 10. Local: Colniza/MT. Data: 05-06-2022. Foto: Caroline César.....	52
Figura 25 e Figura 26: Listas de presença – dia 01/06/ 2022	56
Figura 27 e Figura 28: Listas de presença – dia 05/06/ 2022	57
Figura 29: No detalhe, observa-se a presença feminina durante a realização da atividade coletiva “Árvore das Sugestões”. Local: Colniza/MT. Data: 05-06-2022. Fotos: Marcus Vinícius Leite	58
Figura 30: Temas prioritários segundo opinião dos entrevistados	62
Figura 31: Temas não prioritários segundo opinião dos entrevistados	63
Figura 32: Pirâmide Etária do município de Colniza/MT. Fonte: IBGE, 2021.	73
Figura 33: Divisão por religião dos entrevistados residentes no Assentamento Perseverança Pacutinga (Percentual). Colniza/MT, Jun/ 2022.	74
Figura 34: Divisão por estado de nascimento dos entrevistados (as). Colniza/MT, Jun/ 2022 (quantidade absoluta)	75
Figura 35: Divisão por cor/etnia declarada pelos entrevistados (as) (Percentual). Colniza/MT, Jun/ 2022.	76
Figura 36: Respostas por tempo de residência no assentamento (Percentual). Colniza/MT, Jun/ 2022	77
Figura 37: Propriedades com documentação regularizada no assentamento (Percentual). Colniza/MT, Jun/ 2022.	78
Figura 38: Tipo de documentação informada pelos proprietários (as) (Percentual). Colniza/MT, Jun/ 2022.	79
Figura 39: Tamanho das propriedades do assentamento informado pelos entrevistados (as) (Percentual). Colniza/MT, Jun/ 2022.	80

Figura 40: Hospital Municipal. Colniza/MT, Jun/ 2022. Foto: Mariana Moreira	81
Figura 41: Avaliação do serviço de saúde pelos moradores do Assentamento Perseverança Pacutinga (Percentual). Colniza/MT, Jun/ 2022.	81
Figura 42: Avaliação do serviço de energia elétrica pelos moradores do Assentamento Perseverança Pacutinga (Percentual). Colniza/MT, Jun/ 2022.	82
Figura 43: Proveniência da água para dessedentação dos animais informado pelos entrevistados (as) (Percentual). Colniza/MT, Jun/ 2022.....	82
Figura 44: Qualidade dos cursos d'água na região (Percentual). Colniza/MT, Jun/ 2022. .	83
Figura 45: Avaliação da qualidade dos serviços educacionais no Assentamento Perseverança Pacutinga e entorno. Colniza/MT, Jun/ 2022.	84
Figura 46: Ponte sobre o Rio Aripuanã - ponto turístico e lazer. Colniza/MT, Jun/ 2022. Foto: Mariana Moreira.	84
Figura 47: Rio Aripuanã. Colniza/MT, Jun/ 2022. Foto: Mariana Moreira.	84
Figura 48: Relatos de ocorrência de vestígios arqueológicos entre os moradores do Assentamento Perseverança Pacutinga e entorno (Percentual). Colniza/MT, Jun/ 2022. .	86
Figura 49: Evidência da ocorrência de vestígios arqueológicos entre os moradores do Assentamento Perseverança Pacutinga e entorno. Colniza/MT, Jun/ 2022. Foto: Caroline Césari.....	86
Figura 50: Relação da comunidade do Assentamento Perseverança Pacutinga e entorno com a Fazenda Florestal Santa Maria (Percentual). Colniza/MT, Jun/ 2022	87
Figura 51: Pontos Fortes da comunidade, na visão dos moradores do Assentamento Perseverança Pacutinga e entorno (Frequência absoluta). Colniza/MT, Jun/ 2022.	88
Figura 52: Pontos Fracos e Ameaças para a comunidade, na visão dos moradores do Assentamento Perseverança Pacutinga e entorno (Frequência absoluta). Colniza/MT, Jun/ 2022.....	88

Lista de tabelas

Tabela 1: Áreas de interesse do Projeto	12
Tabela 2: Terras Indígenas.....	14
Tabela 3: Hierarquização dos atores interessados identificados	23
Tabela 4: Comunidades localizadas na região do projeto (nome do projeto de assentamento, capacidade, número de famílias assentadas, área em hectares e data de criação).....	25
Tabela 5: Identificação dos Atores Relevantes e de sua aderência ao projeto.....	27
Tabela 6: Tipo de Material Impresso Divulgado e Resultado Alcançado durante trabalho de engajamento.....	37
Tabela 7: Datas das principais reuniões/ visitas com os atores de interesse do projeto..	43
Tabela 8: Plano de Comunicação e Disseminação Gestão Continuada da Informação	53
Tabela 9: Resultados das Oficinas Coletivas; “Arvore das Sugestões” com definição dos temas prioritários e sugestões da comunidade.....	58
Tabela 10: Percentual que cada tema foi citado como prioritário ou não prioritário na atividade da Dinâmica das Fichas.....	60
Tabela 11: Local de nascimento dos entrevistados	74
Tabela 12: Identificação de área de HCV no âmbito do Projeto Fazenda Florestal Santa Maria	91
Tabela 13: Rede de impactos comunitários positivos – Regularização fundiária.....	92
Tabela 14: Rede de impactos comunitários positivos – Assistência Técnica.....	93
Tabela 15: Rede de impactos comunitários positivos – Saúde e Bem-estar.....	95
Tabela 16: Rede de impactos comunitários positivos – Infraestrutura (estradas).....	96
Tabela 17: Rede de impactos comunitários positivos - Monitoramento.....	97

Introdução

Este documento atende aos padrões preconizados na certificação CCB, relativos à inclusão das comunidades adjacentes ao projeto, bem como dos processos de planejamento e realização do engajamento dos atores e populações que habitam o entorno da Florestal Santa Maria (Fazenda Santa Maria), no município de Colniza, Mato Grosso.

O projeto Florestal Santa Maria teve início em 2009 e trata da preservação da floresta por meio de créditos de carbono, conciliando o manejo e a conservação da flora e da fauna na propriedade. O projeto tem duração prevista de 30 anos e está sendo realizado a partir dos parâmetros legais, dentro dos padrões da FSC (Forest Stewardship Council)¹. Em 2019, a gestão da fazenda passou para a empresa Caraguá que está à frente do projeto que, em consonância com a proposta de reformulação que vem conduzindo, busca agora o atendimento ao padrão CCB. Em linhas gerais, o objetivo do projeto é reduzir o desmatamento, proteger a biodiversidade e realizar as atividades sociais, a serem definidas a partir de um processo de consulta com os moradores das comunidades do entorno de Fazenda Santa Maria – sendo esse último eixo de atuação (Comunidades) descrito no presente documento.

Os Padrões Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCB) foram lançados em 2005 para promover desenvolvimento e investimento em projetos baseados no local que entregam credibilidade e benefícios climáticos, comunitários e da biodiversidade de forma integrada e sustentável. Nesse ínterim, o presente trabalho contempla a descrição do processo de engajamento e fomento à participação das comunidades do entorno da Fazenda Santa Maria.

É preciso garantir e demonstrar como os benefícios climáticos previstos no âmbito da validação ora pretendida estão sendo planejados com a participação integral e efetiva das populações que estão sob a área de influência das atividades da fazenda. Tal participação inclui o acesso às informações sobre o projeto, consulta e participação na tomada de decisões e sua implementação, o consentimento livre, prévio e informado, garantindo-se que todas as etapas previstas incluam as opiniões, demandas e prioridades dos grupos que habitam o entorno.

¹ O FSC é uma sigla em inglês para a palavra Forest Stewardship Council, ou Conselho de Manejo Florestal, em português. Tal conselho foi criado como o resultado de uma iniciativa para a conservação ambiental e desenvolvimento sustentável das florestas do mundo inteiro. O FSC tem como objetivo melhorar o manejo florestal em todo mundo e, por meio da certificação, criar um incentivo para proprietários, gestores florestais e compradores de produtos de origem florestal utilizarem as melhores práticas sociais e ambientais. O manejo responsável respeita o ciclo natural da floresta e causa o menor impacto possível, permitindo sua renovação e permanência. Disponível em: <https://br.fsc.org/br-pt/fsc/padroes-nacionais#:~:text=O%20FSC%20incentiva%20o%20desenvolvimento,em%20considera%C3%A7%C3%A3o%20o%20contexto%20local>. Acesso em Ago/2022.

1. Parâmetros Sociais (2.1.6)

O Projeto Florestal Santa Maria está implantado no município de Colniza/ MT, que dista cerca de 1.065 quilômetros da capital Cuiabá. O projeto começou em 2009 com o objetivo de conservar a floresta através da conciliação entre o manejo florestal sustentável e a geração de créditos de carbono. O projeto de créditos de carbono também teve início em 2009 e duração estimada de 30 anos, sendo executado e monitorado a partir dos padrões de projetos VCS da VERRA.

Em 2009, a empresa gestora era a Florestal Santa Maria, que deu início nesse mesmo ano ao processo de implementação das certificações de FSC e VCS². Em 2012 o projeto foi monitorado, validado e verificado para o período entre 2009 e 2012, e foi elaborado o projeto social com o padrão Social Carbon. Em 2021 houve monitoramento, validação e verificação do projeto (VCS e Social Carbon) para o período de 2012 a 2019. Atualmente o projeto FSM foi comprado pela empresa Caraguá, e está em revalidação de sua linha de base, com a implementação das atividades de engajamento social demandadas conforme padrões CCB.

A fazenda se localiza a noroeste do estado de Mato Grosso, considerado como a porta de entrada para o bioma amazônico. Os projetos de assentamento, chamados de PA, deram início nos anos de 1970, quando da criação do INCRA e estabelecimento de uma política mais abrangente de povoamento de terras devolutas³. Os Projetos de Assentamentos consistem num conjunto de ações planejadas, em área destinada à reforma agrária, de natureza interdisciplinar integradas ao desenvolvimento territorial e regional (ALDRIGHI, org., 2019). Nesse ínterim os assentamentos compuseram o principal eixo de expansão populacional e de integração territorial do estado. “Uma dinâmica observada entre os assentamentos estudados é a tendência de substituição da vegetação original por pastos cultivados. No início os assentados tendem a trabalhar com atividade agrícola, em seguida ocorre o empobrecimento do solo e se opta pelas pastagens e atividade pecuária de leite” (ALVES; FIGUEIREDO; BONJUR, 2009, pp. 156).

Acredita-se que a ocupação do território foi feita por seringueiros e ribeirinhos que viviam às margens do rio Roosevelt. A história da propriedade das terras em Mato Grosso favoreceu a grande propriedade, alimentando as raízes de uma estrutura fundiária, que privilegiou a concentração de terras, resultando no quadro de falta de estrutura viária, urbana e de oferta de serviços básicos como saúde, educação, segurança e geração de renda, tão necessários à manutenção das famílias assentadas no território. Em 1986 teve início um movimento de expansão do Assentamento Perseverança Pacutinga, com a abertura das primeiras estradas, e das primeiras ruas em meio à floresta amazônica. A empresa de colonização Colniza Colonização foi quem construiu as primeiras casas que seriam habitadas pelos funcionários e familiares da empresa De acordo com o site da Prefeitura Municipal: “as primeiras obras a se

² VCS- Verified Carbon Standard é um mecanismo de crédito de carbono por meio do qual são emitidos créditos para projetos que reduzem ou removem as emissões de gases de efeito estufa (GEE). O Programa VCS é atualmente o maior emissor de créditos de carbono e é desenvolvido e administrado pela Verra. Disponível em: [certifications.controlunion.com/pt/certification-programs/certification-programs/verified-carbon-standard-vcs-project-validation-and-verification](https://www.verra.org/certification-programs/certification-programs/verified-carbon-standard-vcs-project-validation-and-verification). Acesso em Ago/2022.

³ Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em Jun/2022.

construírem no local foram a sede da colonizadora, uma escola estadual que é hoje a escola Bernardino Gomes da Luz, um Posto de Saúde, o loteamento urbano com abertura de ruas e o loteamento rural com abertura das linhas vicinais que dão acesso ao que hoje se chama Projeto de Assentamento Perseverança Pacutinga”⁴.

É válido ressaltar que, de acordo com o Sistema de Alerta de Desmatamento, publicado pelo site Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) em fevereiro de 2022, o estado de Mato Grosso foi considerado o que mais desmatou o bioma amazônico no país, somando: “88,3 mil hectares com extração ilegal entre agosto de 2019 e julho de 2020. Essa área é 10% maior do que a registrada com ilegalidade no período anterior, de agosto de 2018 a julho de 2019, e corresponde a 38% do território com exploração de madeira mapeada no estado” (IMAZON, 2022)⁵. Entre 2020 e 2021 a situação não se alterou, tendo o estado cunhado seu lugar como o que mais desmatou no país, com um incremento de 300%⁶ na retirada da cobertura vegetal, associado a altos índices de degradação ambiental, e baixos níveis de desenvolvimento social. Assim, em Colniza, do ponto de vista da organização espacial, além de ter suas terras concentradas nas mãos de poucos, do ponto de vista econômico, possui a renda também concentrada nos grandes produtores agropecuários e madeireiros. Agropecuária e atividade primária de extração de madeira são as bases da economia local, embora seu desenvolvimento tenha sido culturalmente atrelado à degradação ambiental, e ao desmatamento de amplas áreas de floresta.

Tal contexto, historicamente posto, possui um viés perverso, pois, ao mesmo tempo em que compõe parte significativa do PIB municipal, tais atividades se beneficiam da condição irregular das terras para exploração ilegal, “bem como da falta de infraestrutura e boas condições de estradas, que se melhoradas provocaria uma imediata valorização das terras e, conseqüentemente, do custo de extração da madeira, assim como uma maior formalização dos processos e acréscimo de custos fiscais” (SEMA-MT, 2008). A melhoria dessas condições seria possível com o aumento da atuação dos órgãos de proteção do meio ambiente embora atualmente o cenário posto seja de enfraquecimento da política de multas e ações de fiscalização de crimes ambientais por parte dos órgãos e instituições oficiais. Afinal, quanto mais se caminha em direção à legalidade e às práticas sustentáveis, mais se distancia do desmatamento, e de atividades ilícitas que acabam tendo como principal consequência as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade na região, o aumento da tensão e dos conflitos sociais e territoriais e da emissão de gases de efeito estufa.

No que se refere aos principais indicadores sociais, Colniza apresenta uma população total estimada para 2021 de 41.117 pessoas (IBGE Cidades)⁷ e uma densidade demográfica de 0,94 hab./Km², que é baixa se comparada com a do estado de Mato Grosso, que é de 3,3 hab./Km² de (IBGE, 2010), e menor ainda se levamos em conta a média nacional que é de 23,8 hab./Km² (IBGE, 2021). Situa-se na região noroeste de MT, e tem como limite ao norte com o Estado do Amazonas, pelos Municípios de Apuí e Humaitá, Oeste pelo Estado de Rondônia,

⁴ Disponível em: <https://www.colniza.mt.gov.br/#/municipio/historia-de-colniza/1>. Acesso em Jul/2022.

⁵ Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/ilegalidade-da-exploracao-madeira-em-mato-grosso-chega-a-38/>. Acesso em Ago/2022.

⁶ Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-mt-30062022.pdf>. Acesso em Jul/2022.

⁷ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em Jun/2022.

Pelo Município de Machadinho do Oeste, Sudoeste pelo Município de Rondolândia, Sul pelo Município de Aripuanã - MT, Leste com o Município de Cotriguaçu – MT. Colniza possui o maior índice de mortalidade infantil do estado (IBGE, 2021), e um salário médio de 1,9 mínimos (IBGE, 2010), considerado um dos mais baixos de Mato Grosso. Além disso, as condições de acesso à assistência técnica e às linhas de crédito rural são desfavoráveis, fator agravado pela falta de título de propriedade da terra, e da falta de políticas sustentáveis que fortaleçam a agricultura familiar, em detrimento de um modelo de pecuária extensiva, que modifica a paisagem, e que não garante o bem-estar social.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010 em relação ao saneamento básico, no município de Colniza, apenas 23,30% dos domicílios possuem abastecimento de água por rede geral, enquanto esse valor é de 74,61% no Mato Grosso; menos de 1% possuem sanitário com esgotamento adequado (fosse séptica ou rede geral), valor próximo ao verificado para o Estado (0,02% e 0,71% respectivamente). No município, 49,46% dos domicílios possuem seu resíduo sólido coletado (serviço de limpeza ou caçamba), enquanto no Mato Grosso esse valor é de 82,64%. Há acesso à energia elétrica em 71,85% dos domicílios de Colniza, esse valor é bastante inferior para o Mato Grosso, que está bem mais próximo ao atendimento pleno (98,17).⁸

O déficit de destinação adequada do esgoto doméstico associada a alta frequência de abastecimento de água por poço ou curso d'água aumenta o risco de consumo de água contaminada e conseqüentemente o risco de doenças associadas, fato agravado pela ausência de avaliações sobre a qualidade da água e pelo fato de o tratamento ser feito de forma precária, com apoio dos agentes municipais de saúde, que distribuem solução de hipoclorito para o tratamento da água local.

Nesse ínterim, os projetos de preservação ambiental e de protagonismo social devem ser fomentados, já que tem figurado políticas intermitentes, ou seja, que não dão andamento de uma legislatura para a outra. Faltam iniciativas para diversificação da produção e aumento da geração de renda para as comunidades, já que a principal atividade econômica é a criação de gado de corte e leiteiro. Não há políticas públicas para a promoção de arranjos produtivos que incluam as premissas do desenvolvimento sustentável, e que garantam a proteção da floresta e de sua biodiversidade. As pastagens, enquanto marcador de ocupação da terra, agem numa perspectiva de degradação da paisagem, da biodiversidade, bem como da retirada da cobertura vegetal, com potencial para a redução da produtividade. Essa situação foi recorrentemente observada durante o trabalho de campo no município de Colniza/MT, sendo que parte significativa dos moradores do Assentamento Perseverança Pacutinga visitados pela equipe de pesquisa alegaram dificuldades para manter e ampliar a lavoura. Informaram que a retirada da cobertura vegetal e as características do solo da região promovem redução da produtividade com o passar dos anos de cultura intensa. Assim, a opção pelo plantio de pasto passou a ser uma das principais soluções tomadas por parte desses proprietários abordados, pois não demanda um processo de correção do solo, que acaba sendo muito caro para o pequeno produtor rural. Assim o aumento do rebanho bovino vem acompanhado de uma redução da cobertura vegetal.. É válido ressaltar que o conjunto de dados e outras informações relevantes,

⁸ Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em jun/ 2022.

acerca do município e das comunidades integrantes do projeto estarão disponíveis no diagnóstico, a ser apresentado na sessão 4, “Comunidade”, item 4.1.1.

2. Área do Projeto (2.1.7)

Dentre as áreas identificadas como de interesse do projeto destaca-se:

Tabela 1: Áreas de interesse do Projeto

Categoria	Nome
Comunidade Envolvida Diretamente	1) Prioritária- Assentamento Perseverança Pacutinga
Comunidades Envolvidas Indiretamente	1) Assentamento Colniza I 2) Moradores do distrito sede do município de Colniza-MT
Unidade de Conservação	1) Parque Estadual Igarapé do Jurena
Terras Indígenas	1) Terra Indígena Arara do Rio Branco 2) Terra Indígena Escondido 3) Comunidades Isoladas Kawahiva do Rio Pardo
Sítios Arqueológicos	Não foram identificados sítios cadastrados pelo IPHAN nas áreas de influência do projeto Florestal Santa Maria
Comunidades Quilombolas, Tradicionais e Extrativistas.	Não foram identificadas populações reconhecidas pela Fundação Palmares, ou com pedidos de reconhecimento legal em tramitação, na área de influência do Projeto.

Apenas o território do Assentamento Perseverança Pacutinga foi identificado como diretamente afetado pelas atividades da Florestal Santa Maria, corroborando as análises e informações fornecidas pelo resumo Executivo do Plano de Manejo feito pela empresa gestora Caraguá Agronegócio. Cópias impressas do Plano foram distribuídas para parte dos proprietários, no processo de engajamento social, sendo que a transmissão da informação sobre as áreas de interesse e atuação do projeto deu início às medidas de garantia do Consentimento Prévio e Informado, que prevê a tomada de conhecimento, por parte das comunidades acerca das ações e definições que podem potencialmente gerar impactos sobre suas formas produtivas, e modos de vida. No documento (CARAGUÁ, 2022) ficou estabelecido e foi comunicada a existência de impactos tanto positivos quanto negativos, referentes, principalmente às estradas e vias de acesso e trânsito comuns entre a atividade da fazenda e o cotidiano da comunidade.

O assentamento Perseverança Pacutinga é o mais antigo do município de Colniza, e possui uma história de pelo menos três décadas de ocupação humana promovida de forma desordenada conforme já mencionado. A consolidação do povoamento dos assentamentos, no Estado do Mato Grosso de legitimaram informalmente um modelo de ocupação orgânico, não planejado, que acabou favorecendo as atividades ilegais, a falta de pertencimento e de ligação com a terra, provocando grande rotatividade entre os proprietários. Nesse ínterim, a região acabou se vendo envolta em uma série de conflitos e eventos violentos e de embates entre agentes diversos com interesses contrastantes. Esse processo de expansão, dado a ausência de políticas públicas, de titulação da terra e de derrubada de grandes trechos da Floresta Amazônica, na região norte do estado de Mato Grosso, ocorreu de maneira predatória sobre os recursos e não atingiu os objetivos de criar uma comunidade estável e atendida pelos frutos do desenvolvimento.

Ainda no que se refere aos eixos de organização e ocupação do território ressalta-se as chamadas “linhas”. As linhas são vias vicinais que, em geral, não possuem pavimentação, e são empregadas como eixos de mobilidade de pessoas, mercadorias e serviços. No Assentamento Perseverança Pacutinga, por exemplo, as linhas principais nomeadas por números, são as linhas 08, 10 e 12 que recebem a maior parte do fluxo de veículos do assentamento, e o maior impacto do projeto, já que são frequentes dentre os locais reclamações pelo aumento da poeira gerada pelo aumento do tráfego de veículos pesados e caminhões oriundos da produção da fazenda. Outro ponto de atenção para o projeto é o Parque Estadual Igarapé do Jurena, criado em 2002 e que está localizado nos municípios de Colniza e Cotriguaçu, e possui área de aproximadamente 227.817 hectares. Trata-se de uma Unidade de Conservação que foi legalmente instituída pelo poder público através do Decreto Estadual nº. 5.438 de 12 de novembro de 2002. Significa um espaço territorial com recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes para as comunidades envolvidas.

Como poderá ser visto adiante na **Figura 3: Mapa de localização das unidades de conservação**, o Parque Estadual Igarapé do Jurena integra um mosaico de Unidades de Conservação que podem ser encontradas na região Sul da Amazônia e que conformam uma estratégia para contenção da fronteira agrícola cuja expansão tem ocorrido de forma acelerada nas últimas décadas.

A conservação do parque objetiva garantir a proteção dos recursos hídricos, a movimentação das espécies da fauna nativa, preservando amostra representativa dos ecossistemas existentes na área e proporcionando oportunidades controladas para uso público, educação e pesquisa científica⁹. Ressalta-se que a UC não teve seu Plano de Manejo implantado, e não possui nenhum tipo de gerência ou equipe técnica que atue presencialmente no local, além disso, pelo fato da Unidade de Conservação também não estar sinalizada, sequer cercada, isso faz com que o local sofra com a pressão de invasões de terra, grilagem e garimpo ilegal, pois não existe órgãos que coíbam as atividades ilegais que se desenvolvem nesses territórios de preservação ambiental. Nesse sentido, no que se refere às áreas de fronteira da Floresta Santa Maria, a insegurança suscitada pela condição atual de abandono do Parque pode implicar futuramente

⁹ Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em Jun/2022.

em problemas, e, portanto, precisa ficar no radar para não gerar implicações no processo de implantação das ações do projeto nas comunidades do entorno da fazenda.

Segundo dados da FUNAI, em Colniza existem três terras indígenas, conforme tabela a seguir:

Tabela 2: Terras Indígenas.

Terra Indígena	Etnia	UF - Município	Superfície (ha)	Fase do Procedimento Demarcatório	Coordenação Regional	Distância em relação à Florestal Santa Maria
Arara do Rio Branco	Arara do Aripuanã	MT – Aripuanã MT - Colniza	114842.4748	Regularizada	Coordenação Regional Noroeste do Mato Grosso	30 km
Kawahiva do Rio Pardo	Isolados	MT - Colniza	411848.0000	Declarada	Coordenação regional de Ji-Paraná	8 km
Piripkura (restrição de uso)	Isolados	MT – Colniza MT - Rondolândia	242500.0000	Em Estudo	Coordenação regional de Ji-Paraná	146 km

Segundo dados da Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário (29/04/ 2022), que indica os Bens declarados valor histórico artístico e cultural nos termos da Lei nº 11.483/07 e da Portaria IPHAN nº 407/2010 não há bens do Patrimônio Ferroviário em Colniza.

Segundo a Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (atualizado em 15/04/ 2022) disponibilizada pelo IPHAN, não há bens tombados em nível federal em Colniza.

Em relação ao Patrimônio Imaterial, no Estado do Mato Grosso existe o registro em nível federal dos seguintes bens: Ritual Yaokwa do Povo Enawene Nawe; Bonecas karajá; Modo de Fazer a Viola de Cocho; e Roda e Ofício de Mestre de Capoeira. Desses, a Capoeira possui potencial de ocorrência no município de Colniza, embora ele não tenha sido citado no Inventário Documental do Patrimônio Imaterial Mato-Grossense, executado pela Fundação Uniselva – UFMT em parceria com o IPHAN.

Com relação ao território de atuação do projeto é importante ressaltar ainda, que não foram encontrados bens arqueológicos no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA)¹⁰ do

¹⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/05/18/grupo-e-investigado-por-distribuir-areas-de-unidade-de-conservacao-em-mt-diz-mp.ghtml>. Acesso Jul/2022.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, seja dentro dos limites da Fazenda Florestal Santa Maria, ou na área de atuação prevista pelo projeto.

Cabe enfatizar que a quantidade de pesquisas arqueológicas realizadas no município ainda é bastante reduzida e não constam pesquisas arqueológicas realizadas na área de estudo, de forma que o avanço das pesquisas ainda poderá revelar a existência de novos sítios tanto na área da Florestal Santa Maria quanto no seu entorno. É válido ressaltar ainda que foram encontrados vestígios arqueológicos líticos, localmente denominados como “pedras de raio”, em algumas áreas de pasto, conforme relato dos próprios moradores locais.

Ressalta-se também que não foram encontradas comunidades quilombolas, extrativistas e tradicionais no território, tampouco houve relatos dos moradores locais sobre a existência desses grupos na região. O cadastro de Certificação Quilombola da Fundação Palmares¹¹ corrobora essa informação, sendo que outros atores locais como municipalidade e agentes públicos também informaram desconhecer qualquer comunidade quilombola ou extrativista em Colniza e Cotriguaçu que são os municípios que ficam em interface com a área de atuação do projeto.

¹¹ Lei 4504 de 30 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em Jul/2022.

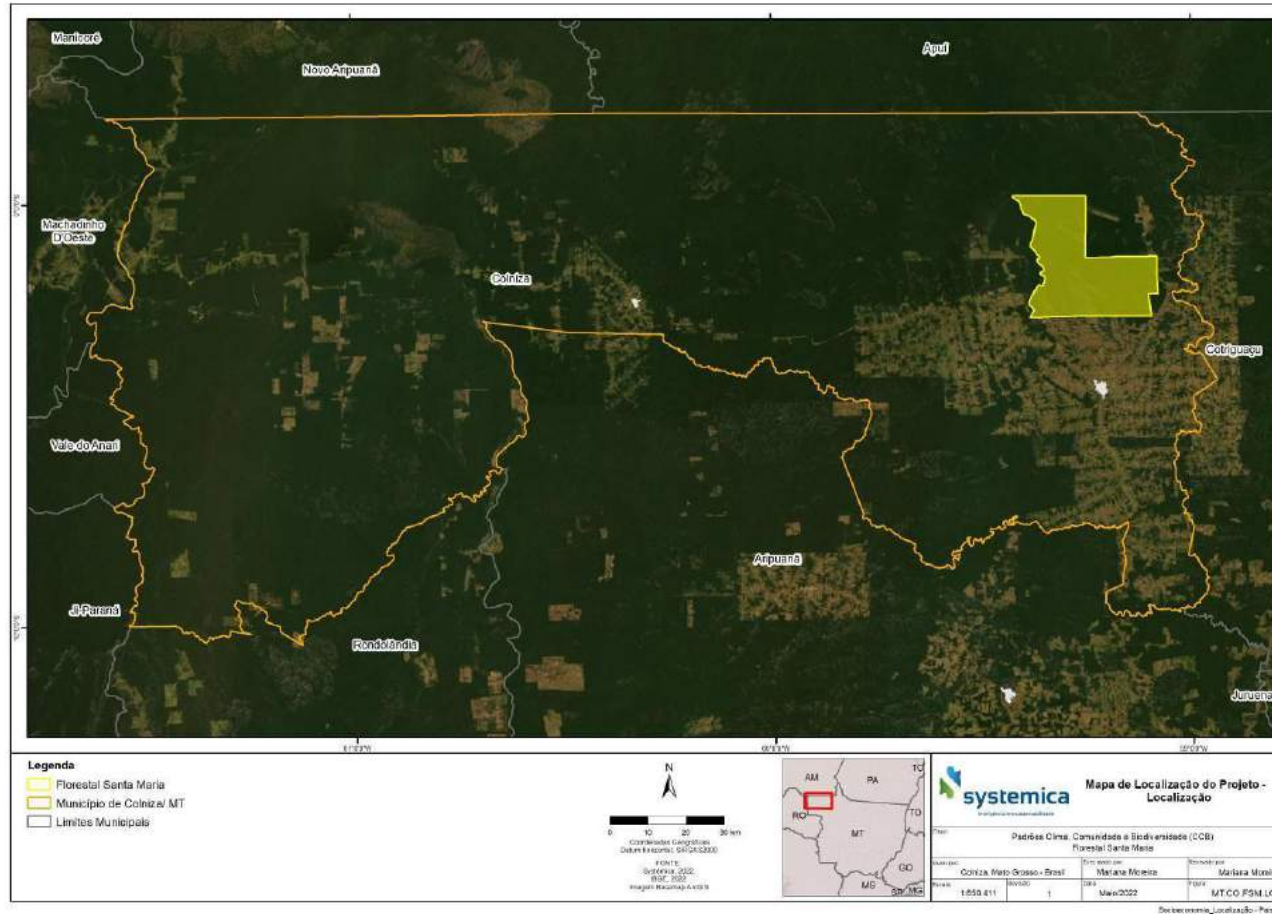


Figura 1: Mapa de localização da área de estudo

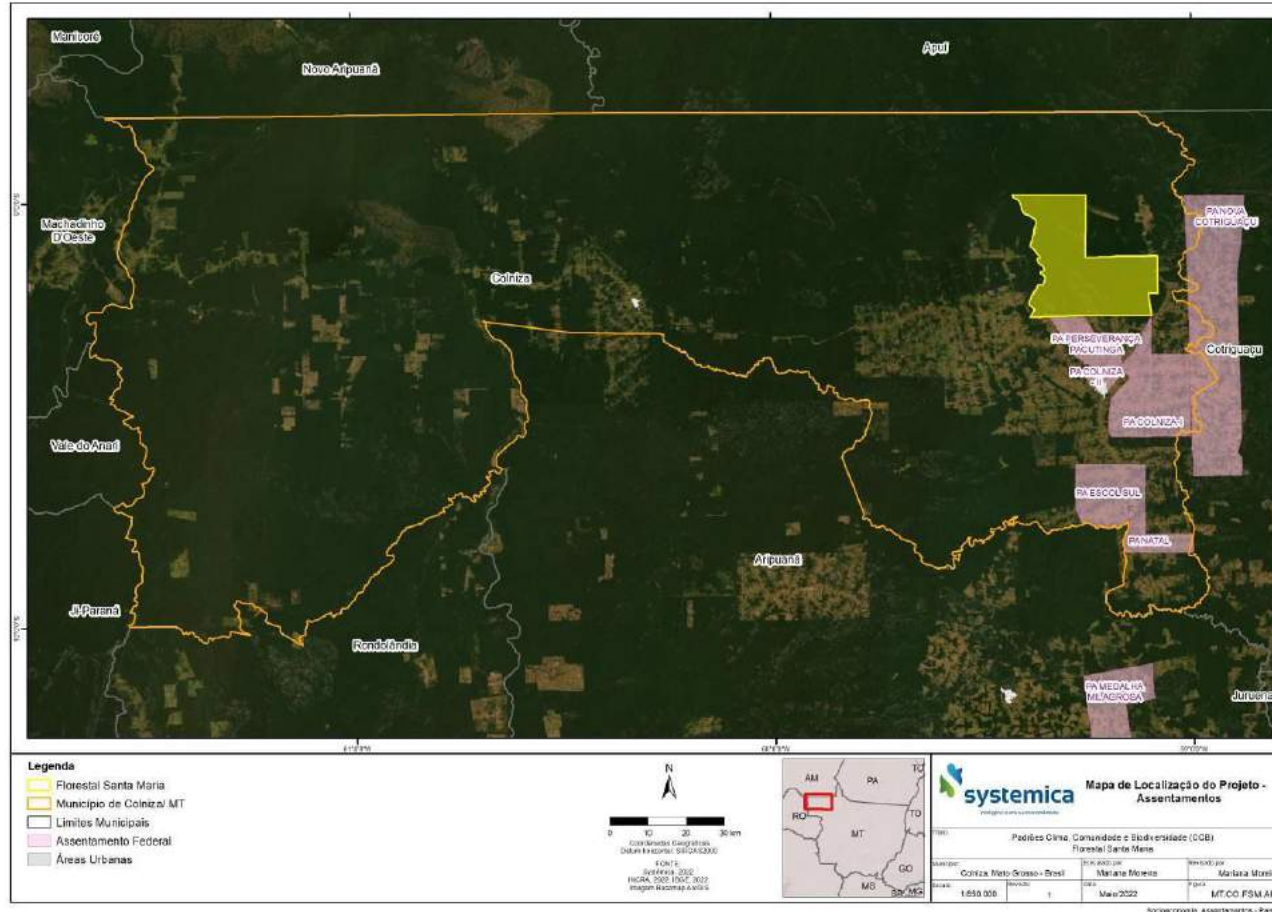


Figura 2: Mapa de localização dos assentamentos rurais

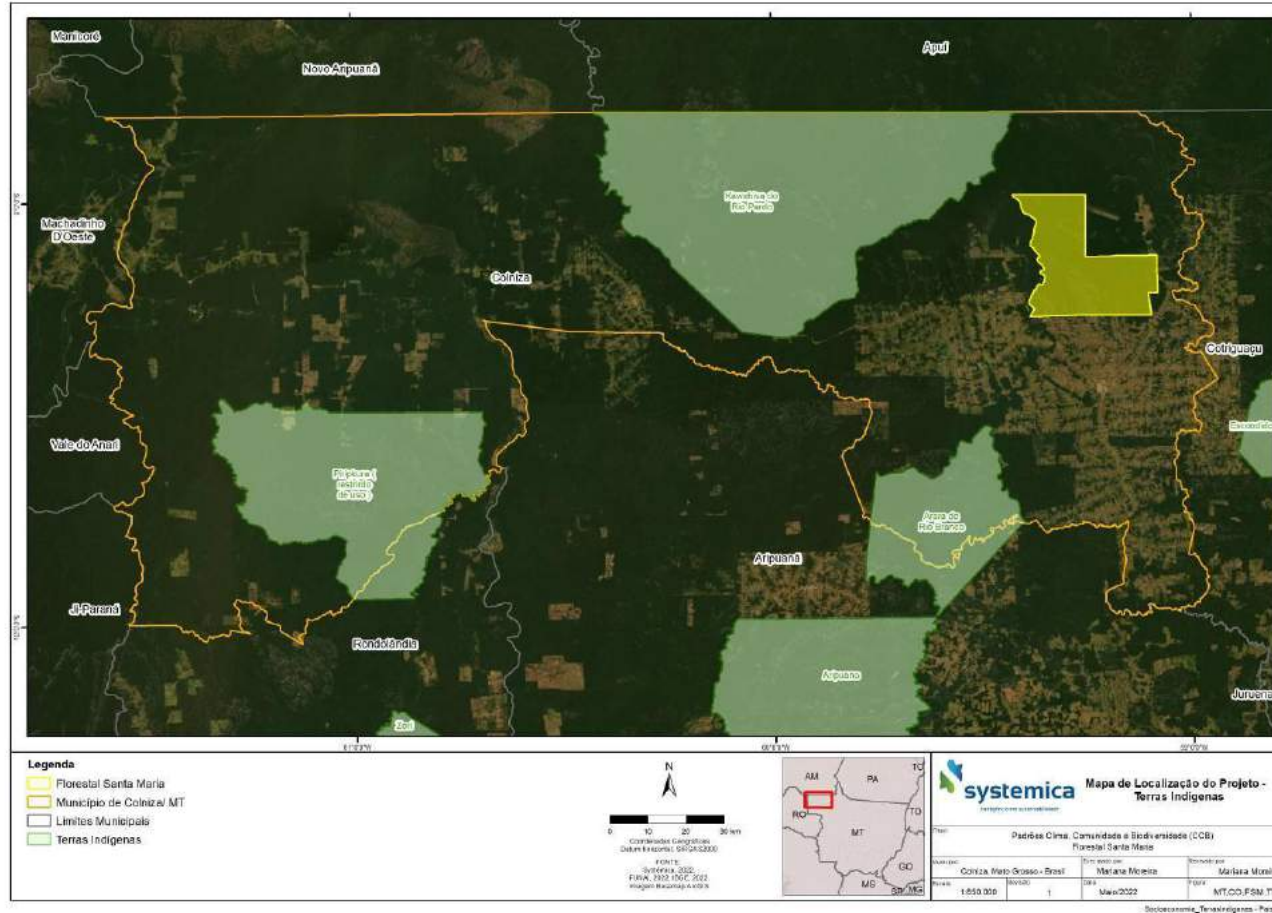


Figura 4: Mapa de localização das terras indígenas

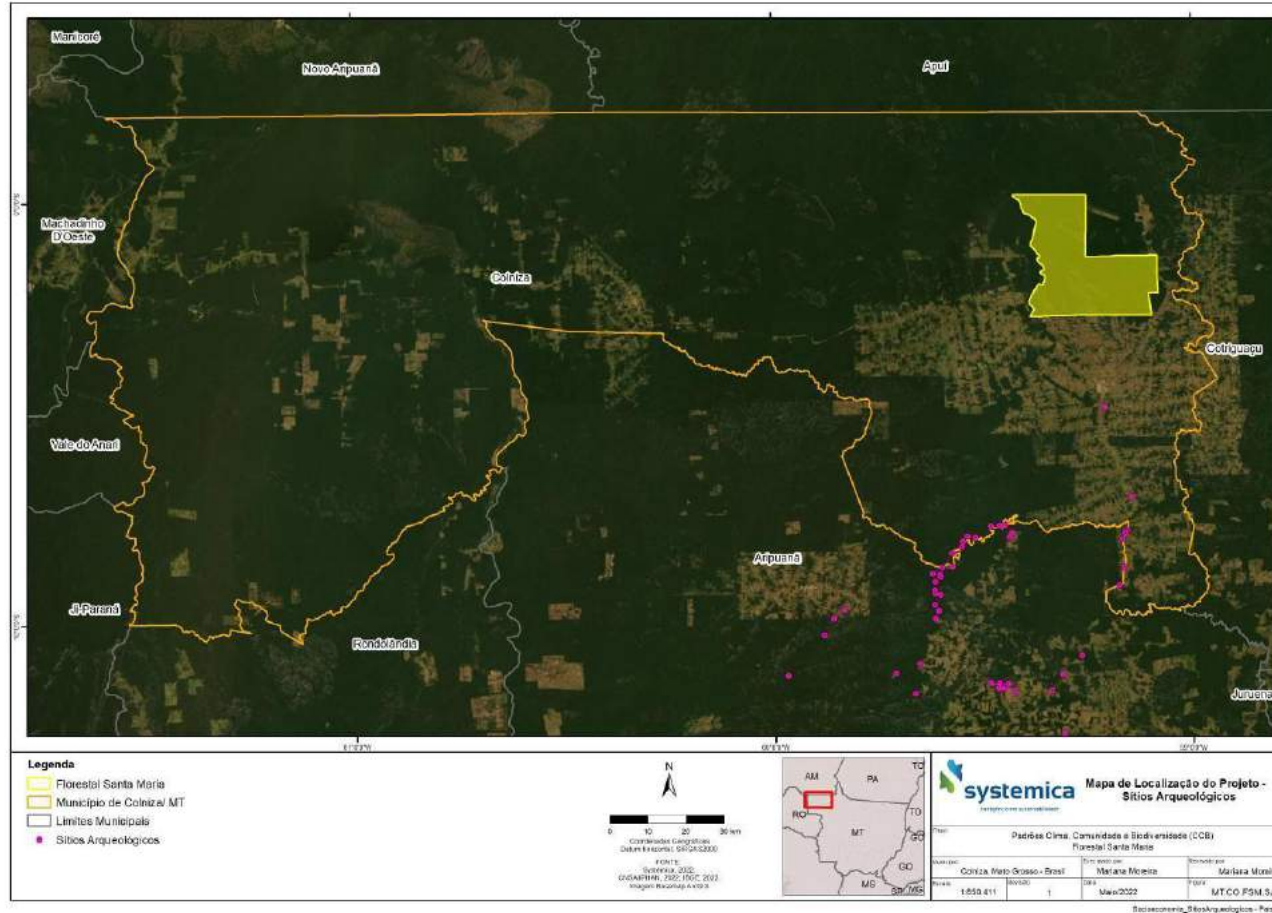


Figura 5: Mapa de localização de sítios arqueológicos

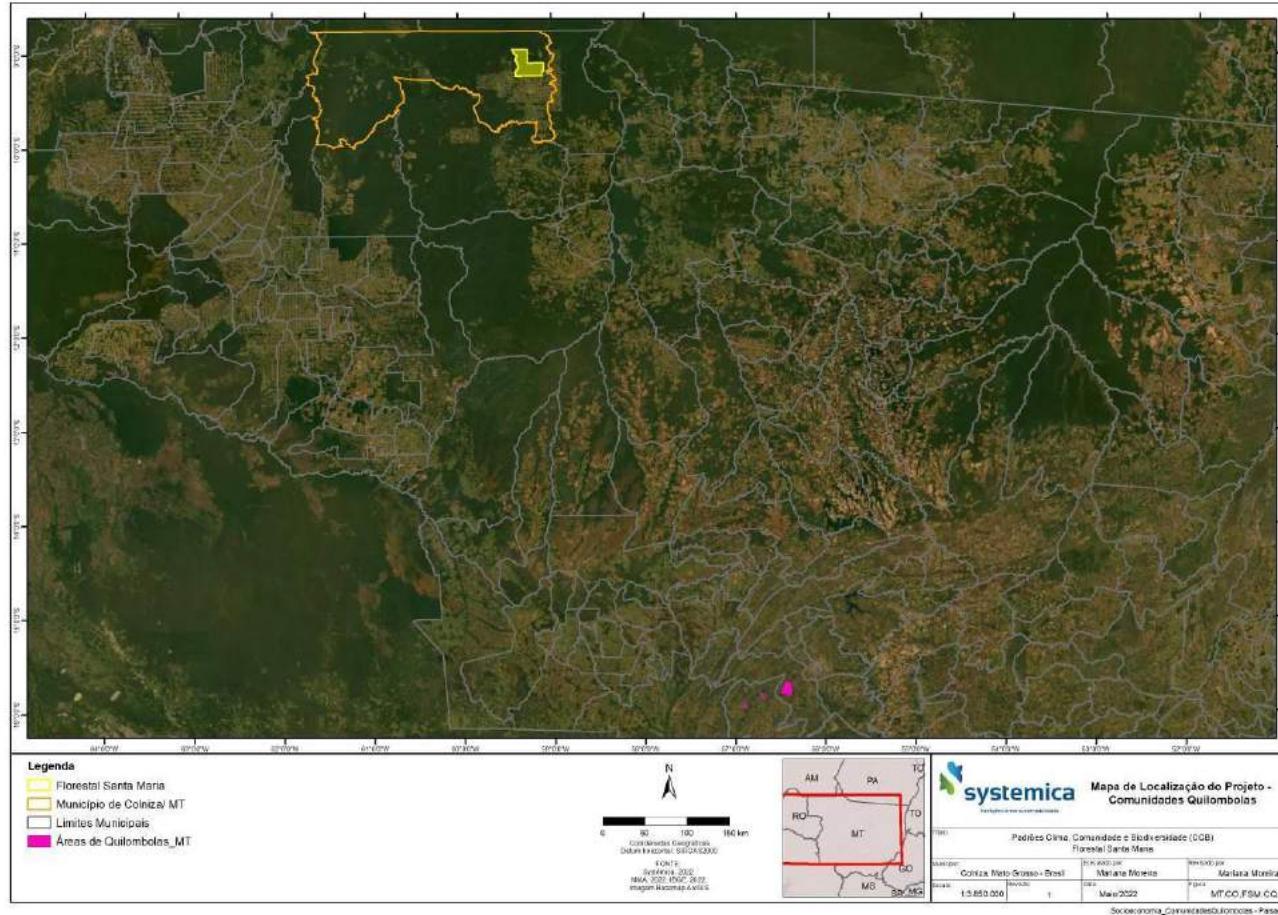


Figura 6: Mapa de localização de comunidades tradicionais

3. Identificação dos atores (stakeholders) (2.1.8)

Tanto o manejo sustentável de florestas como a melhoria dos estoques de carbono florestal, para cumprirem os padrões determinados no âmbito da validação/ verificação de certificações como o CCB, precisam integrar os diversos atores aos processos de definição, execução e avaliação de ações voltadas para o desenvolvimento social e econômico, que estejam aliados à manutenção da biodiversidade e da melhoria da qualidade de vida e da integração das populações e com os recursos naturais disponíveis.

Para tanto se faz necessário identificar lideranças, visitar instituições privadas e órgãos públicos que possam vir a participar, integrar ou colaborar em algum nível tanto para a tomada de decisões, como para a promoção eficiente e participativa de ações capazes de gerar benefícios de abrangência local e até regional quando possível. A escuta de moradores locais também constitui etapa importante do processo.

Assim, apresenta-se abaixo a indicação dos principais atores locais que poderão em conjunto com a Florestal Santa Maria contribuir não só para a realização e efetivação do projeto, mas principalmente para a manutenção e ajuste das iniciativas com base no feedback dos participantes.

Qualquer mudança de comportamento com relação a costumes arraigados como queima de resíduos sólidos domésticos, e substituição de áreas florestais por áreas de pasto, por exemplo, demandam um trabalho integrado, permanente que extrapole as concepções imediatistas de retornos em curto prazo. Não se cria uma consciência ambiental sem um trabalho aprofundado de fortalecimento das coletividades, que só é possível por meio da construção de parcerias, convênios e diálogos com instituições públicas, privadas e sociedade civil.

Nesse sentido as premissas para a abordagem dos diversos atores incluíram uma série de estratégias capazes de garantir a não discriminação de nenhum tipo de público, e a inclusão de um escopo de abordagens e de interesses que contemple a diversidade social e cultural observada no território:

- O respeito aos tempos e requisitos próprios de cada perfil de público abordado, respeitando as formas de tratamento das hierarquias em contextos corporativos, e no serviço público garantido uma escuta atenta dos diversos atores mediante sua diversidade;
- Respeito e cumprimento dos horários estabelecidos, condições e locais definidos pelos atores mobilizados;
- Cuidado com as formas de abordagem e tratamento dos interlocutores, atentando-se para condições específicas como ausência de escolaridade, de autonomia, buscando sempre a adequação da linguagem e a adaptação de conceitos e noções mais complexos, visando oferecer as informações de forma transparente, clara e adequada a cada tipo de interlocutor, evitando-se a criação de expectativas quanto a benefícios de ordem pessoal, ou de curto prazo que as ações do projeto possam implicar;

- Distribuição das visitas ao longo de todo o território do Assentamento Perseverança Pacutinga, contemplando proprietários das linhas 1, 4, 6, 8, 10 e 12, da Agrovila e da linha chamada de “oitinha” que fica no limite do assentamento com áreas particulares. Além disso, todo o centro de Colniza, áreas vizinhas a leste do Projeto de Assentamento, incluindo a investigação de territórios com potencial para a presença de comunidades indígenas (isolados), tradicionais, ribeirinhas ou extrativistas, e da atenção a públicos específicos que precisam ser trabalhados de forma inclusiva como mulheres, jovens e idosos, observando-se a diversidade social desses públicos, mas garantindo sua participação em todo o processo de desenvolvimento das ações do projeto.

Assim, garantindo-se que a amplitude da abordagem reflita na eficiência das estratégias de mobilização adequadas ao alcance dos diversos públicos interessados, segue tabela indicativa dos principais atores identificados, mediante níveis hierárquicos que determinam a relevância, o envolvimento e a aderência de cada um deles no desenvolvimento das ações presentes e futuras do projeto.

Além disso, no que se refere ao engajamento podemos pensar em uma forma de hierarquização dos grupos e atores envolvidos, mediante sua importância para o desenvolvimento do projeto. Nesse sentido, apresenta-se abaixo tabela com a hierarquização dos atores, mediante a prioridades de abordagem, comunicação e difusão de informações, que esses grupos significam para o sucesso e cumprimento do projeto. Assim, na letra A temos os grupos e agentes prioritários para o desenvolvimento do projeto, e cuja abordagem demanda um nível de esforço e responsabilidade de engajamento, já que se trata dos atores que serão diretamente envolvidos nas atividades, e cuja participação é de suma relevância para a efetivação dos resultados almejados. Na letra B temos os agentes públicos e privados municipais, de grande importância, pois possuem interface com o território, atuando através de projetos e políticas locais e regionais que podem ser complementares ao projeto, se devidamente planejadas a priori. Na letra C seguem as instituições estaduais e federais, cujo engajamento se faz mais complexo em virtude da necessidade da implantação de convênios e parcerias que demandam integração de objetivos e propósitos entre essas instituições e as ações pretendidas pelo projeto. Na letra D segue as instituições bancárias e de crédito rural, e na letra E temos as demais associações e sindicatos que atuam na região. A lista completa e detalhada dos agentes de interesse (stakeholders) se encontra em anexo, e o quadro com a hierarquização sugerida para facilitar o planejamento das ações participativas, segue abaixo:

Tabela 3: Hierarquização dos atores interessados identificados

Nível	Tipo ou categoria de atores identificados
A	Comunidades do Assentamento Perseverança Pacutinga – diretamente impactados e Comunidades do Assentamento, Colniza I, e da zona urbana do município de Colniza – indiretamente impactados
	Associações e cooperativas de produtores e trabalhadores rurais existentes nas comunidades dos assentamentos

Nível	Tipo ou categoria de atores identificados
	Gestores do Parque Estadual Igarapé do Jurena
B	Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural - Empaer/MT, Secretarias Municipais de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Desenvolvimento Rural; Secretaria de Meio Ambiente e Turismo; Secretaria de Saúde e Saneamento; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR;
	Comunidades Indígenas das Terras Indígenas: Terra Indígena Arara do Rio Branco; Terra Indígena Escondido e Comunidades Isoladas Kawahiva do Rio Pardo
C	Órgãos Federais - IBAMA, FUNAI, Universidade Federal do Mato Grosso-UFMT
	Órgãos Estaduais (Mato Grosso) - Secretaria do Estado de Meio Ambiente; Coordenadoria Estadual das Unidades de Conservação; UNEMAT (Universidade do Estado do Mato Grosso)
D	Agências e instituições de crédito e financiamento para o produtor rural como: SICOOB, SICRED, Banco do Brasil, BNDES.
E	Sindicatos e instituições do setor madeireiro

4. Descrição dos atores e agentes de interesse (stakeholders) (2.1.9)

As comunidades do entorno da Fazenda Santa Maria estão inseridas no bioma amazônico e localizadas nos municípios de Colniza e Cotriguaçu. Ocupam áreas ribeirinhas, e nas planícies destinadas a projetos de assentamentos de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA¹².

No que se refere às áreas de assentamento no bioma amazônico, observou-se com frequência, uma tendência de ocupação do território, associada a altas taxas de desmatamento da floresta, já que havia um senso comum que compreendia que povoar demandava a derrubada da cobertura vegetal, pois a posse implicaria em tornar o terreno produtivo, seja para a agricultura ou pecuária. Segue abaixo listagem de todos os assentamentos federais localizados nos municípios de Colniza e Cotriguaçu de acordo com o INCRA, incluindo-se os assentamentos estaduais de Colniza, município cujas comunidades serão alvo nesse projeto. Nem todos os assentamentos listados são áreas de interesse do projeto, e nesse ínterim ressalta-se que a zona definida para atuação prioritária se refere àquela que inclui as comunidades de **Perseverança Pacutinga, e Colniza I**, em virtude da proximidade com a fazenda. Juntos esses

¹² Disponível em: <https://www.colniza.mt.gov.br/#/municipio/historia-de-colniza/1>. Acesso em Jul/2022.

assentamentos possuem um número aproximado de 965 famílias assentadas, e um território estimado de 61.724,4379 hectares.

Tabela 4: Comunidades localizadas na região do projeto (nome do projeto de assentamento, capacidade, número de famílias assentadas, área em hectares e data de criação)¹³

Nome Projeto de Assentamento (PA)	Município	Capacidade	Famílias assentadas	Área PA	Data criação
PA PERSEVERANÇA PACUTINGA *	Colniza	346	7	17700,7379	10/06/1992
PA COLNIZA-I *	Colniza	1016	958	44023,7	28/12/1998
PA COLNIZA-II	Colniza	120	90	3400,6433	20/01/1999
PA ESCOL SUL	Colniza	500	451	26439,1128	20/01/1999
PA NATAL	Colniza	245	215	12420,4855	28/01/1999
PE GUARIBA	Colniza	124	126	315200	29/09/2000
PE 1º DE MAIO	Colniza	487	385	17246,2036	29/09/2000
PA COTRIGUAÇU (CEDERES)	Cotriguaçu	226	207	11359	30/12/1992
PA NOVA COTRIGUAÇU	Cotriguaçu	1502	1169	99988,5027	22/09/1995
PA JURUENA	Cotriguaçu	524	468	30072	26/11/1997

* Zona de atuação prioritária do projeto

¹³ Projetos Assentamentos Verdes (BRASIL, 2012) e projeto RADIS (BRASIL, 2012). Este último tinha como objetivo nasceu da necessidade da regularização ambiental das propriedades rurais, prevista na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Desde sua concepção, o projeto propõe uma abordagem participativa e busca inovar, associando o uso de tecnologias que permitem uma visão ampla do território, a fim de promover a regularização ambiental a partir do olhar sobre os sistemas produtivos. Neste contexto, o Radis integra a pesquisa acadêmica aplicada e a assistência técnica para alcançar os melhores resultados no atendimento às famílias assentadas. O Radis atua em 41 municípios do norte do estado do Mato Grosso, contemplando 111 assentamentos, onde residem 27.573 famílias, em uma área total de aproximadamente 1.09 milhões de hectares (ALVES; FIGUEIREDO; BONJUR, 2019, pp. 9).

Segue abaixo planilha com indicação dos principais stakeholders identificados, mediante seu potencial de aderência, definida pela importância de sua atuação e relevância (alta, média ou baixa) para o desenvolvimento, execução e monitoramento das ações futuras do projeto:

Tabela 5: Identificação dos Atores Relevantes e de sua aderência ao projeto

Stakeholder	Direitos, Interesses e Relevância Geral para o Projeto	Importância da participação no projeto	Relevância da Participação	Contatos
Associação de Pequenos Produtores Rurais de Perseverança Pacutinga	Fundada em 1992 é a principal entidade comunitária do assentamento, uma das mais antigas do município. É amplamente reconhecida localmente, tendo sido citada pela maior parte dos moradores como agente ativo no processo de busca por melhorias na qualidade de vida dos assentados.	A Associação é o principal canal coletivo de organização comunitária, e tem longo histórico de atuação no território (desde 1992).	Alta – A associação é um importante mecanismo para fortalecimento e apoio aos produtores rurais do assentamento, capaz de promover a defesa mútua de interesses. Encontra-se com as atividades interrompidas, não havendo reuniões ou ações previstas, tampouco projetos e parcerias em vias de implantação.	Estanislau Falcolsk (Miro) 66 981330736 Noel Lopes Pereira 66 981175104
Associação Boa Esperança de Produtores Rurais de Perseverança Pacutinga	Associação em processo de organização e legalização com potencial de mobilização dos produtores rurais das linhas 08 e 12.	Em caso de efetivação da iniciativa é necessário integrá-lo ao rol de ações do projeto por se tratar de uma instituição representativa das vontades e anseios da comunidade.	Alta – Está sendo organizada por importantes lideranças locais, ligadas ao desenvolvimento de projetos da EMPAER e ações de desenvolvimento sustentável. Deve ser integrada e participar do processo de definição, execução e monitoramento das	Renato Antônio dos Santos 66 984632221 Abílio Helber Firme 66 984474392

Stakeholder	Direitos, Interesses e Relevância Geral para o Projeto	Importância da participação no projeto	Relevância da Participação	Contatos
			ações do projeto. Tem potencial para se tornar um importante mecanismo de mobilização social local.	Zacarias Firme 66 981791285
Lideranças do Assentamento Perseverança Pacutinga	Grupos e famílias que habitam a região há mais de 10 anos e possuem influência dentre os proprietários locais, por sua trajetória de luta e engajamento nas questões relativas ao assentamento. São os principais guardiões da memória oral do assentamento e de sua trajetória histórica. Como o Projeto de Assentamento faz limite ao sul com a fazenda Florestal, estudos anteriores detectaram que se trata dos grupos mais impactados negativamente pela atividade da Fazenda Santa Maria, em função do fluxo e escoamento da produção que	As lideranças comunitárias são reconhecidas localmente por serem agentes importantes na luta pelo reconhecimento/ acesso aos direitos dos proprietários, atuando de forma proativa na solução das demandas locais dos assentados. São capazes de mobilizar outros interlocutores com facilidade.	Alta - engajar essas lideranças possui um efeito multiplicador e positivo, já que existe uma relação de confiança que faz com que tenham reconhecimento dos pares por sua atuação junto às demandas/projetos, participam ativamente de ações que promovem o desenvolvimento da comunidade.	Noel Lopes Pereira 66 981175104 Roberto Nicolau Horn 66 981015029 Maria Helena Ferreira da Silva 66 984414482 Ivanilde Paz

Stakeholder	Direitos, Interesses e Relevância Geral para o Projeto	Importância da participação no projeto	Relevância da Participação	Contatos
	ocorre nas mesmas vias de acesso utilizadas pela comunidade.			66 984377930
Parque Estadual Igarapé do Jurena	Unidade de Conservação criada em 2002 pelo Decreto Estadual 5438/2002 em MT. Está no limite norte da Fazenda Florestal, e possui Plano de manejo datado de 2008. Encontra-se fechado para visitação e sem infraestrutura de escritório, portaria, tampouco cercamento da Unidade de Conservação.	O parque faz fronteira com a Fazenda Santa Maria e é um importante mantenedor de parte da Floresta em pé na região. Possui relevante interação com o território da fazenda, embora as vias de acesso estejam em sua maioria inativadas. Vem sofrendo pressões em seu território no que se refere ao garimpo ilegal, invasões e áreas de desmate proibido. Atualmente o parque não possui nenhuma infraestrutura de guarita, portaria, escritório, tampouco isolamento por cercamento.	Média – Embora a Unidade de Conservação faça limite com toda a fronteira norte da Fazenda Santa Maria, não foram identificados conflitos ou problemas nas áreas de interface imediata com a fazenda, porém há a necessidade de monitoramento da área e de fortalecimento da gestão do território, já que qualquer pressão mais aguda de conflitos no parquet podem gerar consequências na situação de segurança e controle das áreas de manejo. Estado de conservação atual é ruim e o Plano de manejo não foi implantado em nenhuma das suas etapas.	Gerente do Parque: Dalmo Polcher 65 36137224 65 36137253 Coordenação das Unidade de Conservação/MT Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso 65 3613-7224

Stakeholder	Direitos, Interesses e Relevância Geral para o Projeto	Importância da participação no projeto	Relevância da Participação	Contatos
<p>Prefeitura Municipal de Colniza</p>	<p>Secretários (as) municipais e órgãos locais responsáveis pela implantação e desenvolvimento de políticas públicas básicas, como saúde, educação, segurança, saneamento básico, desenvolvimento econômico, meio ambiente, cultura etc. Quaisquer realizações / omissões nesse provimento interferem diretamente na qualidade de vida dos moradores das comunidades envolvidas.</p>	<p>Aproximar o poder público das comunidades e suas demandas/ temas prioritários, de modo a ampliar o escopo dos benefícios que podem ser alcançados para outros grupos do território municipal. Potencialmente a parceria com o poder público tende a facilitar e desburocratizar a implantação de programas, e ações, reduzindo custos e aumentando a eficiência, o alcance e a magnitude das melhorias previstas.</p>	<p>Média – O desenvolvimento da região só poderá ser viabilizado a partir do estabelecimento de parcerias/ participações em projetos que envolvam o poder público e a Fazenda Santa Maria já que cabe à municipalidade a oferta dos serviços básicos, bem como garantir o desenvolvimento integrado com a geração de renda e a preservação ambiental. Secretarias prioritárias para parcerias/ convênios são: Saúde e Saneamento, Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Turismo, Educação, Cultura, Lazer e Turismo.</p>	<p>Secretarias de Desenvolvimento Rural - Marco Aurélio Teixeira 66 35711859</p> <p>Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - Selma Dill de Paulla 66 3571-1050</p> <p>Secretaria de Meio Ambiente e Turismo - Fabio Marcelo Vaz 66 3571-1000</p> <p>Secretaria de Saúde e Saneamento - Jovelino Alves de Almeida 66 3571-0000</p> <p>ARTEC – Assistência</p>

Stakeholder	Direitos, Interesses e Relevância Geral para o Projeto	Importância da participação no projeto	Relevância da Participação	Contatos
				técnica Rural de Colniza (65) 3571-1859
EMPAER - Empresa Mato-grossense de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural	Empaer é uma empresa pública do Estado de Mato (conforme Lei Complementar nº 461 de 28 de dezembro de 2011). É vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (Seaf). Seu objetivo é trabalhar e apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar, incentivando boas práticas rurais e difundindo novas tecnologias para gerar e garantir o desenvolvimento econômico, social e ambiental das comunidades atendidas.	Produzir, disseminar e multiplicar conhecimento na área de assistência técnica rural, proporcionar acesso das comunidades a esse tipo de serviço permanente, garantindo formas produtivas que sejam mais sustentáveis e inclusivas, capazes de proteger o meio ambiente, assegurar a manutenção da floresta em pé, diversificar as culturas, gerando renda e emprego para a população local.	Média – Empresa capaz de apoiar a Fazenda Santa Maria na promoção de ações voltadas para a oferta de Assistência técnica e extensão rural; profissionalização e capacitação de agricultores; Elaboração de projetos de crédito rural; Cursos e palestras sobre organização da atividade rural. A empresa pode ser parceira nas ações que visam à capacitação do produtor, a melhoria da produtividade, mediante assistência técnica especializada, com potencial para a melhoria da qualidade alimentar, da provisão de recursos e geração de renda das comunidades rurais em Colniza.	Willian Kasper 66 981078859 Ronaldo Benevides de Oliveira 66 981077903

Stakeholder	Direitos, Interesses e Relevância Geral para o Projeto	Importância da participação no projeto	Relevância da Participação	Contatos
UFMT e UNEMAT	Universidade Federal do Mato Grosso e Universidade do Estado do Mato Grosso são instituições de ensino superior que promovem e executam iniciativas e projetos de extensão rural que possam ser estendidos às áreas de atuação da Fazenda Santa Maria, prioritariamente nas comunidades alvo das ações de engajamento	Se tornarem parceiras no processo de treinamento, desenvolvimento de ações e projetos socioambientais, promoção de assistência técnica rural, avaliação de produtividade e melhorias técnicas e tecnológicas da produção agropecuária local	Média – Potencial de parcerias que poderão auxiliar na viabilização e execução das ações relacionadas à assistência técnica rural, capacitação de pessoal, educação ambiental, monitoramento, entre outras possíveis	Prof. Dr. Vinicius Augusto Morais 66 3521-4991 Prof. Dra. Juliana Garlet 66 99919-8748 Prof. Dr. Mendelson Guerreiro Lima 66 35711278
Instituições de Crédito: Banco do Brasil, SICCOB, SICRED e outras agências de fomento	Apoiar e auxiliar as comunidades do projeto a obterem e/ou pelo menos pleitearem linhas de crédito e financiamento rural, para incremento e melhoria dos arranjos produtivos locais	Essas instituições podem se tornar parceiras no processo de inclusão dos produtores das comunidades do projeto nas linhas de crédito e financiamento disponíveis, dando suporte para que essas comunidades	Média - A demanda por crédito rural é alta, mas pontua-se que, ainda se faz necessário o avanço de algumas medidas anteriores como o fomento a posturas coletivas voltadas ao fortalecimento do associativismo, além de destravamento de questões	Banco do Brasil Colniza 66 40033001 Sicoob Colniza 66 35712263

Stakeholder	Direitos, Interesses e Relevância Geral para o Projeto	Importância da participação no projeto	Relevância da Participação	Contatos
		compreendam os requisitos e condições e tenham que cumprir, criando acesso aos critérios de aprovação e disponibilização desses recursos	cruciais como da documentação da terra, baixa produtividade, ausência de apoio e planejamento à agricultura familiar, entre outras questões que precisam ser trabalhadas a priori	66 35712501 66 35419628 (WhatsApp) Sicredi – Cooperativa de Crédito 66 3571-1833
Outras Lideranças do Projeto de Assentamento Colniza I e de Entidades de Produtores e Trabalhadores Rurais do centro de Colniza	Faz fronteira no limite sudoeste da Fazenda Florestal. A propriedade da terra no assentamento ainda se encontra em processo de regularização. Foi iniciado em 1985, mas o assentamento foi regularizado em 2020. Previsão da legalização da documentação para o segundo semestre de 2022.	Incluir todas as comunidades limítrofes, atentando-se para impactos de ordem indireta. Garantir a participação e envolvimento de todas as populações que habitam a região do entorno da fazenda, se tornando beneficiário das ações e projetos a serem promovidos.	Baixa - comunidade com pequena aderência à atividade da fazenda, por se localizar no sentido oposto às atividades geradoras de impacto, a saber, escoamento da produção, fluxo de veículos e pessoas e retirada da madeira.	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colniza 66 35711035

Stakeholder	Direitos, Interesses e Relevância Geral para o Projeto	Importância da participação no projeto	Relevância da Participação	Contatos
<p>Terras Indígenas</p> <p>1) Terra Indígena Arara do Rio Branco</p> <p>2) Terra Indígena Escondido</p> <p>3) Comunidades Isoladas Kawahiva do Rio Pardo</p>	<p>1) Homologada em 1996. Principais opressões e ameaças se referem à exploração de recursos madeireiros e de recursos pesqueiros.</p> <p>2) Localizada a 35 km da Fazenda Florestal Santa Maria, a Reserva foi homologada em 1998. De etnia Rikbaktsa está localizada no município de Cotriguaçu, e não possui interface ou interação com as atividades decorrentes da Fazenda Santa Maria.</p> <p>3) Declarada em 2016, mas ainda não homologada, vive conflitos relacionados à exploração de recursos madeireiros e grilagem. É a mais próxima à fazenda, porém por se tratar de indígenas isolados segue-se a premissa de evitar o</p>	<p>As Terras Indígenas (TI) são de grande importância para a manutenção da floresta em pé e para a preservação do meio ambiente na região. Sem exceções todas as três TI vem sofrendo pressões de atividades ilegais como garimpos, grilagem, invasão, se tornando vulneráveis à violência, à ausência de políticas públicas, ao desmatamento e à destruição de floresta nativa.</p>	<p>Baixa – As TIs não fazem limite, ou estão sob área de influência das atividades da Florestal Santa Maria. Porém, em virtude da relevância desses povos na manutenção da floresta em pé, numa região onde o desmatamento ainda é crítico, e mediante o contexto vigente de deterioração e vulnerabilização dessas comunidades, é importante que ações convergem para o monitoramento do desmatamento e consequente emissões de carbono, e das condições de vida e os riscos aos quais tais populações estão sujeitas, dado a escalada das atividades ilegais (garimpo, desmate, invasão, grilagem) nessas áreas</p>	<p>FUNAI Juína</p> <p>(Coordenação Regional FUNAI STM)</p> <p>66 35666115</p>

Stakeholder	Direitos, Interesses e Relevância Geral para o Projeto	Importância da participação no projeto	Relevância da Participação	Contatos
	contato direto, sob qualquer circunstância, cabendo apenas o monitoramento.			

5. Engajamento das comunidades (2.3)

A seguir estão descritos os processos de engajamento, suas estratégias e formas de atuação no território conforme o esforço de campo. Este teve como foco a garantia da inclusão e participação plena e efetiva das comunidades do escopo do projeto, atentando-se para o Consentimento Livre, Prévio e Informado, à inclusão de grupos minoritários e de canais de comunicação e feedback junto às comunidades. Informações como acesso e, formas de divulgação, reuniões, agendas e atividades realizadas, bem como estratégias de comunicação necessárias à viabilização do diagnóstico e do processo participativo. encontram-se consolidadas e devidamente documentadas através do banco de imagens, termos de autorização, entre outros materiais que seguem digitalizados, em anexo.

5.1. Acesso dos atores (stakeholders) à documentação do projeto (2.3.1)

O acesso às informações e documentos relativos ao projeto Fazenda Florestal Santa Maria foi fornecido a uma ampla gama de atores, dentre os quais se destacam aqueles descritos na **Tabela 3: Hierarquização dos atores interessados identificados** e os moradores do Assentamento Perseverança Pacutinga. Esses últimos foram priorizados em virtude da necessidade de engajamento no processo de discussão e definição das ações, e para mobilização para atividades futuras, , no âmbito da certificação ora pretendida.

Nesse íterim, o processo de comunicação com os atores e acesso à documentação foi retomado e reorganizado, de modo a criar estratégias de abordagem que fossem adequadas a cada perfil e público-alvo. Isso porque, embora a maioria dos atores interessados tivesse conhecimento da fazenda e de seu trabalho de manejo florestal, observou-se que a maior parte não sabia que o projeto já se encontra em fase de implantação, tampouco foram consultadas acerca dos temas relevantes, principalmente no que se refere à inclusão do ponto de vista local e comunitário.

Desse modo como estratégia de comunicação prioritária foi dado ênfase às formas de divulgação:

Oral – Através de comunicação direta e presencial, enfatizando-se a transmissão pelos pesquisadores das informações sobre o projeto, bem como esclarecimento de dúvidas e questionamentos sobre a atividade de manejo e sobre o funcionamento dos créditos de carbono. A escuta atenta foi utilizada como base do trabalho de engajamento para o fomento à participação da comunidade, tendo a mobilização dos proprietários sido viabilizada por uma abordagem cuidadosa que buscou respeitar as características culturais e a diversidade de públicos, primando pela inclusão das mulheres, jovens e idosos moradores do assentamento Perseverança Pacutinga e arredores. Assim, buscou-se a adoção das prerrogativas do processo de Consentimento Livre e Esclarecido, que têm por finalidade oportunizar aos sujeitos da pesquisa, o mais amplo esclarecimento sobre a investigação a ser realizada, seus riscos e benefícios, para que a sua manifestação de vontade no sentido de participar (ou não), seja efetivamente livre e consciente.

Virtual – utilizada como suporte da comunicação presencial, já que muitos contatos iniciais, incluindo os institucionais, foram feitos através das redes como Whatsapp e Messenger,

utilizadas para marcação das agendas e combinação das visitas e atividades coletivas como oficinas.

Escrita - No que se refere à documentação disponibilizada para os atores interessados, ressalta-se que:

- Foi apresentado o disponibilizado exemplar impresso do Resumo Executivo do Plano de Manejo da Fazenda Florestal Santa Maria (CARAGUÁ, 2022) produzido pela própria gestão da Caraguá Agronegócio e sua equipe técnica. Esse material foi entregue às principais lideranças do assentamento, e no momento da entrega buscou-se responder às dúvidas e dar os esclarecimentos solicitados pelos interlocutores sobre o projeto e suas etapas de implantação e desenvolvimento.
- Para todas as pessoas mobilizadas, inclusive agentes institucionais, foi elaborado e distribuído panfleto informativo impresso, que buscou disseminar as informações básicas do projeto e criar um canal de comunicação para acesso dos atores interessados. O panfleto contém número de telefone e o endereço de e-mail que terá como função principal se tornar um canal de comunicação/reclamação/sugestão para as comunidades e demais agentes envolvidos.

5.2 Divulgação dos Documentos Resumidos do Projeto (2.3.2)

A divulgação dos documentos resumidos do projeto foi feita através de documentos impressos cuja distribuição e disseminação obtiveram o alcance conforme resultados informados na tabela abaixo:

Tabela 6: Tipo de Material Impresso Divulgado e Resultado Alcançado durante trabalho de engajamento

Material de Divulgação	Resultado Alcançado
Resumo Executivo do Plano de Manejo	22 famílias receberam oficialmente o Plano e assinaram na ocasião o termo de recebimento do documento.
Panfleto com resumo das informações e canais de comunicação do projeto	Cerca de 90 panfletos impressos foram distribuídos para todos os assentados mobilizados, e agentes institucionais abordados.

O Resumo Executivo foi entregue para as principais lideranças de cada uma das linhas do assentamento e para proprietários que aceitaram participar da aplicação do questionário para o diagnóstico das comunidades. Cada proprietário (a) recebeu o volume das mãos de um membro da equipe técnica que se colocou disponível para responder quaisquer dúvidas surgidas sobre o material disponibilizado. O material, composto de 34 páginas, foi entregue em volume único, impresso em formato A4, com fontes aumentadas. Em seu corpo buscou-se um equilíbrio entre texto e imagens, que junto aos mapas facilitaram o entendimento

acerca do conteúdo exibido. Segue abaixo reprodução da capa e contracapa do resumo executivo distribuído, e após seguem fotos com evidências do trabalho de distribuição realizado pela equipe de campo, no mês de junho de 2022.



Figura 7: Capa e Contracapa do Resumo Executivo do Plano de Manejo que foi distribuído para as comunidades dos assentamentos nas áreas de atuação do projeto Florestal Santa Maria. Maio/ 2022. Fonte: CARAGUÁ, 2022.



Figura 8: Entrega do documento contendo resumo executivo do Plano de manejo Sustentável da fazenda Florestal santa Maria, durante trabalho de campo realizado pela equipe técnica, junto às comunidades do assentamento Perseverança Pacutinga, em Colniza/MT. Junho/20.

Outro material de divulgação utilizado foi o panfleto impresso em formato A4 produzido para distribuição a todos os mobilizados, e que serviu como estratégia de abordagem inicial, já que contemplava as principais informações de forma resumida e objetiva, além de conter os canais de comunicação com a gestão da fazenda. Cada pessoa mobilizada pode levar uma cópia do panfleto, assim foi possível disseminar os canais abertos para dúvidas, reclamações, sugestões, esclarecimentos, entre outras formas de comunicação entre comunidades, atores e gestão do projeto. Buscou-se a partir do panfleto esclarecer que o projeto se encontra na 1ª etapa de entrevista com os moradores, que foram realizadas ao longo das primeiras semanas de junho, visando também à aferição de diagnóstico das condições socioeconômicas locais, além de estabelecer os temas prioritários para os quais as ações empreendidas pelo projeto poderão ser destinadas.



Projeto Florestal Santa Maria

O projeto Florestal Santa Maria é um projeto de preservação da floresta em pé por meio créditos de carbono, que existe há mais de 10 anos. Conciliando o manejo e a conservação da floresta na propriedade, o projeto está passando por uma reformulação.

O projeto visa evitar o desmatamento da fazenda trazendo benefícios para o clima, a comunidade e a biodiversidade

Para isso, entrevistas estão sendo feitas para entender a realidade das pessoas que vivem nas comunidades próximas a fazenda. Assim, pode propor atividades que busquem melhorar a qualidade de vida da comunidade.

Etapas do projeto:

- 1ª Entrevista com moradores
- 2ª Consulta e apresentação do projeto
- 3ª Validação do projeto por outras pessoas
- 4ª Início do projeto

Dúvidas e sugestões



CARAGUA AGRONEGOCIOS LTDA.

TELEFONES:
(66) 3571-1543 (ESCRITÓRIO)

(66) 8460-0000

EMAIL:
CARAGUASANTAMARIA@MADGRAMADOS.COM.BR.

Figura 9: Panfleto impresso distribuído para as comunidades contendo o resumo do projeto, ressalta-se a disponibilização de canais de telefone e e-mail para dúvidas e sugestões, além das informações sobre a etapa de desenvolvimento do projeto fornecidas no quadro

5.3 Reuniões Informativas com as Partes Interessadas (2.3.3)

As reuniões informativas e ações que compuseram o esforço para o engajamento das partes interessadas foram realizadas no município de Colniza/MT, nas comunidades do assentamento Perseverança Pacutinga e arredores, **no período entre 22/05 e 06/06 de 2022**. Esse trabalho de campo realizou a participação social no projeto, e procedeu à inclusão das prioridades e temas relevantes para a comunidade no escopo das ações que serão planejadas nas próximas etapas previstas.



Figura 10: Fluxograma das etapas do projeto apresentado no panfleto do resumo do projeto que foi entregue a todos os atores mobilizados durante o trabalho de campo. Fonte: Systemica, Mai/ 2022.

Ressalta-se que o fornecimento da informação acerca do andamento das etapas do projeto, somado ao engajamento que promoveu a integração dos atores no processo de definição e validação dos temas presentes para foco das ações futuras, tem relação com o cumprimento dos padrões CCB, mas também estão em consonância com as prerrogativas para assentimento livre e esclarecido dos participantes. Isso é reafirmado a partir do momento em que o pesquisador incorpora ao processo de abordagem e mobilização dos interlocutores em campo, o cuidado com o esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, direitos, riscos e potenciais benefícios, e que existe o respeito às singularidades, limitações, vontades e formas diferentes de compreensão das atividades propostas. Desse modo busca-se garantir que a comunicação seja promovida de forma integral e objetiva, contribuindo com a premissa de inclusão de públicos minoritários, ao mesmo tempo em que “o processo de comunicação do consentimento e do assentimento livre e esclarecido deve ocorrer de maneira espontânea, clara e objetiva, e evitar modalidades excessivamente formais, num clima de mútua confiança, assegurando uma comunicação plena e interativa” (RESOLUÇÃO CNS Nº 510/16).

As reuniões e atividades informativas ocorreram ao longo de todo trabalho de campo e foram registradas em banco de imagens em anexo. Os encontros serviram para aproximar a equipe de pesquisa com as comunidades do entorno, lideranças comunitárias, gestores públicos, agentes privados, e membros das instituições de interesse para futuras parcerias. A participação plena e efetiva desse conjunto de agentes implica em uma influência positiva e

contundente no eixo comunidade, que passa a ser priorizado, e efetivamente incluído no escopo de ações e atividades definidas no âmbito dos parâmetros CCB.

As reuniões e visitas foram planejadas de modo a conquistar gradualmente espaços de confiança junto ao público-alvo, principalmente nos contextos mais vulneráveis das populações do assentamento. A aferição de temas sensíveis como conflitos sociais, econômicos, ambientais, bem como interferências relacionadas às questões de gênero, direito de fala e falta de autonomia foram consideradas. Estratégias para envolvimento desses públicos e suas demandas específicas foram definidas a partir das questões psicológicas, sociais e culturais que foram surgindo em campo, e que foram amplamente debatidas entre os pesquisadores durante os alinhamentos diários promovidos ao longo de todo o trabalho presencial da equipe. Desse modo, a metodologia de abordagem e mobilização acabou sendo dividida em momentos distintos, mas sucessivos e inter-relacionados. Esses momentos-chave estão indicados conforme infográfico a seguir:

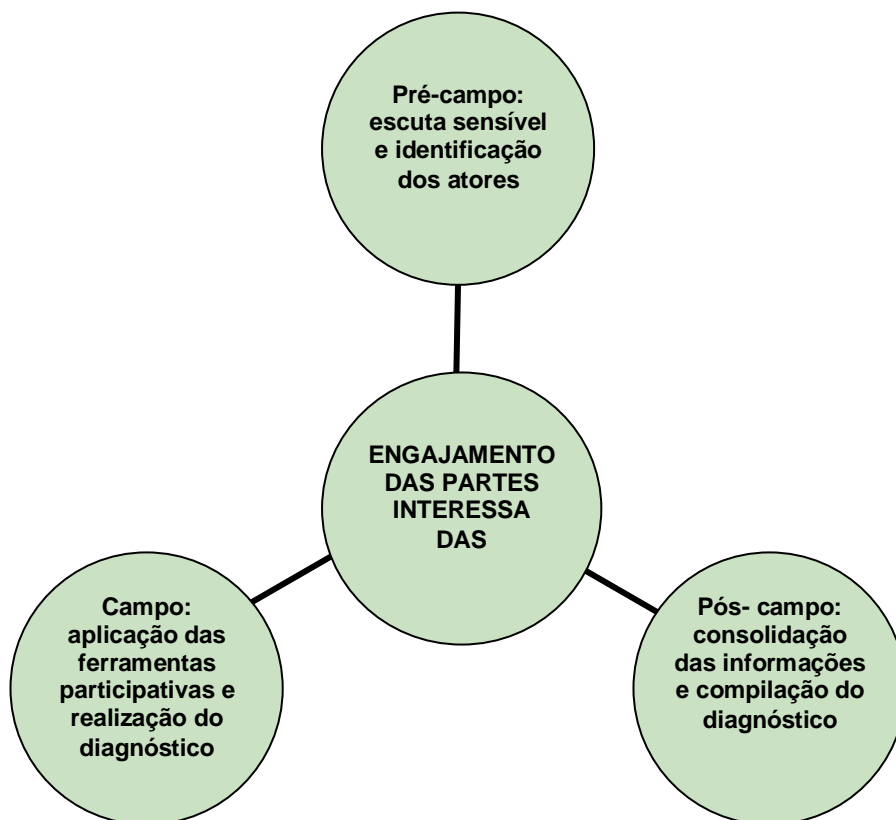


Figura 11: Momentos chave do trabalho de engajamento realizado junto às comunidades do entorno da Fazenda Santa Maria. Junho/ 2022. Autora: Caroline César.

O primeiro momento do engajamento incluiu um campo preliminar visando o reconhecimento do território, das populações a serem abordadas, e das condições de logística necessárias à

efetivação do trabalho *in loco*. Essa etapa foi realizada pela equipe e desenvolvida por profissional especializado na promoção de ações de mobilização e avaliação de cenário.

A prioridade das visitas e reuniões informativas foi dada aos locais de maior presença populacional e proximidade à fazenda, ressaltando-se os grupos das linhas 01, 04, 06, 08, 10 e 12 do Assentamento Perseverança Pacutinga, Tais comunidades se localizam nas áreas dos assentamentos rurais, no eixo sul da Fazenda Santa Maria. Porção onde se encontram a maioria das vias de escoamento da produção do empreendimento, e, portanto, onde se observa a maior parte dos impactos socioambientais informados pela documentação disponibilizada acerca de processos de certificação anteriormente iniciados, em gestões anteriores à atual.

Esse momento de reconhecimento começou em 23/05/ 2022, se estendendo até 28/05/ 2022. Como resultado foi possível o contato prévio com as populações, o reconhecimento do território, o levantamento das potencialidades e desafios da incursão de campo para provisionamento da logística necessária (como avaliação das condições de tráfego das estradas de acesso, pontes e vias a serem percorridas pelos pesquisadores durante o trabalho de diagnóstico). Além disso, foi possível a identificação de pontos sensíveis relacionados às questões de gênero, conflitos de terra, ausência de políticas públicas, de autonomia dos jovens, entre outros aspectos importantes para a definição de abordagens adequadas a cada tipo de interlocutor possível.

Outro ponto positivo foi a viabilização de contatos com lideranças e agrupamentos específicos do Assentamento de Perseverança Pacutinga. Como já fora pontuado, tal recorte se justifica pela potencialidade dos impactos sejam eles positivos ou negativos a essas populações que habitam o assentamento. Assim, o território do Projeto de Assentamento foi priorizado no processo de marcação de visitas e entrevistas previstas na etapa diagnóstica, e para a mobilização de coletivos para a realização das atividades em grupo, buscando-se aproveitar eventos previamente mapeados, de modo a contemplar momentos de ajuntamento desses coletivos para tentar engajar os presentes nos temas pertinentes ao projeto Fazenda Santa Maria. Nesse arranjo foi possível a comunicação prévia do início das atividades de engajamento, dando maior amplitude à divulgação e fornecimento de informações preliminares sobre o processo de reformulação do projeto.

Por conseguinte, seguiu-se o terceiro momento, que implicou no trabalho de campo propriamente dito, que teve como objetivos:

- Aplicação de questionário socioeconômico semiestruturado que servirá como base para análise diagnóstica dos aspectos locais, sejam eles históricos, sociais, culturais, ambientais, econômicos, religiosos e psicológicos das populações a serem pesquisadas;
- Realização da atividade “dinâmica das fichas” para aferição das demandas e principais prioridades das comunidades.
- Fomentar o envolvimento das comunidades e outros atores garantindo-se a inclusão de todos os públicos nas atividades propostas.

- Realização de oficinas coletivas para aferição junto aos participantes dos temas prioritários, e definição de um foco para as ações a serem definidas de forma participativa; para explicação do projeto, seus riscos, benefícios e implicações; bem como para disseminar ativamente as informações sobre as etapas de trabalho e a condução dos processos de participação e consulta dos agentes envolvidos.
- Assegurar a promoção de estratégias para contemplar a diversidade de gênero, idade, origem, tempo de moradia no local, religião, entre outras, garantindo-se a ampliação da amostra, e impedindo qualquer tipo de discriminação ou exclusão deliberada que impeça a participação ampla e inclusão de todos os grupos comunitários, que desejam e necessitam participar da concepção, implementação, monitoramento e avaliação do projeto durante toda a sua duração;
- Fortalecer a presença comunitária sobre o processo de aferição dos temas prioritários e de definição de ações futuras que consigam atender às demandas reais, e que sejam capazes de promover desenvolvimento e melhorias reais para essas populações.

O processo pós-campo, de leitura dos dados e interpretação das informações coletadas, de realização de reuniões e alinhamentos entre os técnicos da equipe de pesquisa presente em campo, e da solução das lacunas, que porventura ainda surgiram, para ampliar a busca por informações relevantes para o projeto. Além disso, novos contatos telefônicos foram realizados, principalmente com membros de órgãos públicos como IBAMA, secretarias municipais, e com a gerência do Parque Igarapé do Jurena, que fica em Juína/MT. Esse trabalho de tratamento e consolidação dos dados foi iniciado ao longo do trabalho de campo, já que o processo tratamento e armazenamento de informações começa, assim que estas vão sendo produzidas. Esse momento teve início em 22/05, assim que o campo teve início e se estendeu até o período de produção e revisão dos relatórios que foi finalizado em julho de 2022.

Tabela 7: Datas das principais reuniões/ visitas com os atores de interesse do projeto

Período	Atividade
22-06 a 29-06-2022	Etapa pré-campo: levantamento de informações, identificação das partes interessadas e realização de contatos para agendamento da aplicação dos questionários e oficinas coletivas.
23-05 a 05-06-2022	Reconhecimento da área; coleta de coordenadas para mapeamento; aplicação dos questionários, dinâmica das fichas e escuta atenta das comunidades abrangidas.
30-05 a 06-06-2022	Etapa Campo: trabalho intensivo de aplicação dos questionários, realização da dinâmica das fichas e oficinas coletivas.
26-05-2022	Visita à biblioteca municipal e agentes públicos para solicitação de informações sobre a história do assentamento, do município, além de dados e estatísticas oficiais sobre a região.

Período	Atividade
01-06-2022	Realização de oficina coletiva com comunidades das linhas 08 e 12.
02-06-2022	Realização de reunião com técnicos da EMPAER e membros da municipalidade.
05-06-2022	Realização de oficina coletiva com comunidade das linhas.
01-07-2022	Reunião por telefone com gerência do Parque Estadual Igarapé do Jurena.

5.4 Custos, riscos e benefícios para as comunidades (2.3.4)

No que se refere à questão dos riscos potenciais no processo de desenvolvimento, implantação e execução do projeto, a situação das estradas locais é um impacto já mensurado em levantamentos anteriores conforme aponta relatório feito pela própria gestão da Caraguá Agronegócio (CARAGUÁ, 2022). Também foi um tema citado como prioridade durante as oficinas coletivas, o problema do trânsito de veículos e, sobretudo dos caminhões carregados com as toras de madeira, nas estradas que também são usadas pelas comunidades do entorno da fazenda, sobretudo as linhas 8,10 e 12 do Assentamento Perseverança Pacutinga, que são vias demandadas no processo produtivo da fazenda. Dentre os problemas mais relatados destaca-se, por um lado a poeira, e partículas em suspensão que sobem quando do trânsito de veículos, principalmente dos caminhões, que segundo pessoas entrevistadas levantam um volume grande de poeira, além de gerar insegurança em virtude do volume de toras de madeira que são carregadas, e do medo quanto à possibilidade de queda das madeiras nas estradas.

Já houve reclamações de queda das madeiras na estrada em anos passados, de tombamento de caminhões, e de excesso de velocidade dos veículos leves. Para a resolução dessas questões foram promovidos cursos de reciclagem e treinamentos dos funcionários e motoristas, no sentido de reduzir essas ocorrências, e assim minimizar os impactos sobre as estradas locais. Nesse sentido, um trabalho de comunicação e esclarecimento acerca dos horários de trânsito dos veículos, dos limites de velocidade nas vias e das ações de patrolamento constantemente realizadas pela Florestal Santa Maria, precisam ser divulgadas amplamente, de modo que a comunidade e demais atores compreendam que a essa questão das estradas, por ser emergencial, já está sendo tratada prioritariamente pela gestão do projeto.

No que se refere às estradas a poeira é um problema sazonal relatado no período seco, já nos meses chuvosos as vias ficam repletas de buracos e pontos de atolamento. Frequentemente, pontes se quebram, ou chegam a ficar danificadas pela força das águas, somada ao desgaste do trânsito de veículos pesados, que pressionam as estruturas de madeira. As pontes são outro ponto a ser considerado, já que a manutenção não é feita de forma permanente e a partir de uma agenda que leve em consideração a observância do estado de conservação dessas estruturas. Portanto, a questão das estradas precisa ser

compreendida como um tema prioritário, já que é o principal impacto a ser mitigado pelo projeto.

Os riscos para a comunidade ainda estão vigentes, já que a poeira ainda incomoda, e tem o potencial de gerar custos sociais relacionados com problemas de saúde causados pelas partículas em suspensão, além de um quadro de insegurança no que se refere aos veículos pesados que trafegam nessas vias. Para sua adequada solução, é preciso que se façam estudos técnicos para definição dos pontos críticos, e das melhores medidas para melhorar a qualidade das vias, consequentemente o bem-estar dessas populações que compartilham o uso dessas vias com o projeto.

Do ponto de vista dos benefícios, como se trata das principais vias de acesso do assentamento, qualquer melhora significativa na qualidade das estradas tem o potencial de impactar positivamente o acesso a serviços básicos como postos de saúde, hospitais, escolas, delegacias de polícia, além de tornar mais fácil acessar o centro urbano municipal, e, portanto, serviços como bancos, correios, cartórios, comércios, entre outros.

Outro risco observado não apenas para a implantação do projeto, mas também para o próprio desenvolvimento futuro de ações sustentáveis e políticas sociais integradas na comunidade, se liga à ausência de uma entidade organizada e atuante, que defenda os interesses comuns. Observa-se um enfraquecimento da entidade local: Associação de Pequenos Produtores Rurais de Perseverança Pacutinga, que embora tradicional e tenha uma história de mais de duas décadas de lutas consolidada, está no momento com suas atividades desarticuladas, e com o processo de gestão desorganizado. Essa falta de força e articulação da associação é complementada pelos desafios do desenvolvimento de uma cultura associativista que motive as comunidades locais a atuarem coletivamente e a se organizarem para pleitear seus direitos coletivos. O enfraquecimento atual da associação constitui um entrave institucional real à comunidade que não dispõem de um canal atuante, capaz de apoiar na conquista por melhorias para os produtores rurais, como empréstimo de máquinas, facilitação de crédito ou financiamento rural, compra coletiva de insumos, redução de custos de transporte e de contratação de serviços contábeis, jurídicos, de assistência técnica rural, só para dar alguns exemplos de como a associação poderia amparar a comunidade.

Desse modo, observa-se que a mobilização coletiva corresponde tanto a um risco, dado o estado atual de falta de articulação social das comunidades, como se projeta enquanto um benefício a ser alcançado com o desenrolar das ações do projeto. Pois, a partir do momento em que for fortalecida essa interação comunitária será possível que a mobilização social se torne uma prática de cidadania, e passe a contemplar não apenas o cenário que será promovido a partir do projeto, mas que crie uma cultura de autonomia, onde a comunidade esteja apta a lutar por seus objetivos e propósitos comuns. Além da melhoria na qualidade de vida, deve-se buscar uma convicção coletiva da relevância, do sentido de público, daquilo que convém a todos.. O maior benefício a ser almejado e previsto se relaciona ao fortalecimento do sentimento de pertencimento, e da capacitação para o empoderamento, de modo que as comunidades saibam que possuem nas mãos o seu destino, e que a construção de uma sociedade mais igualitária e sustentável depende de sua vontade, de suas escolhas.

5.5 Informações aos atores sobre o Processo de Validação e Verificação (2.3.5)

O processo de validação e verificação do projeto junto às comunidades está em andamento, e será concluído a partir da promoção das etapas subsequentes de consulta e engajamento que estão previstas para ocorrer nos próximos meses. Como relatado anteriormente, o andamento e a localização de cada etapa do projeto foram comunicados aos atores de interesse através do panfleto impresso distribuído para todos os mobilizados. Foram ao todo 90 pessoas informadas sobre o processo de validação em vigência, que foi comunicado pela equipe de pesquisa ao longo das atividades presenciais, reuniões e visitas. Ressalta-se a entrega dos Resumos Executivos do Plano de Manejo da Florestal Santa Maria que também faz parte do processo de validação do projeto junto às comunidades envolvidas.

No tocante às demais partes interessadas, instituições e agências governamentais relevantes, o processo de validação e verificação será informado a partir do Plano de Comunicação a ser desenvolvido em conjunto com as demais definições necessárias ao andamento do projeto e que serão debatidas de forma coletiva a partir do processo participativo e das consultas efetivas que ainda serão realizadas juntos às comunidades e demais atores.

5.6 Informações aos atores sobre a visita do auditor (2.3.6)

As visitas dos auditores foram informadas presencialmente e de forma oral, e contou com apoio da equipe de campo, que auxiliou no processo de disseminação da informação acerca da presença dos auditores. Porém, dado que o trabalho de auditoria é permanente, ainda estão previstas novas incursões, cuja presença, das próximas oportunidades serão informadas através dos canais de comunicação (panfleto, Whatsapp, site) previstos no Plano de Comunicação a ser desenvolvido como uma das ações prioritárias no projeto.

5.7 Consulta às Partes Interessadas (2.3.7)

A consulta às partes interessadas, sobretudo às populações das áreas de atuação do projeto foi feita a partir da escolha de três estratégias de atuação, que serviram tanto como gatilho para o engajamento, como atuaram como instrumentos de coleta de informações para o diagnóstico e demandas prioritárias das comunidades:

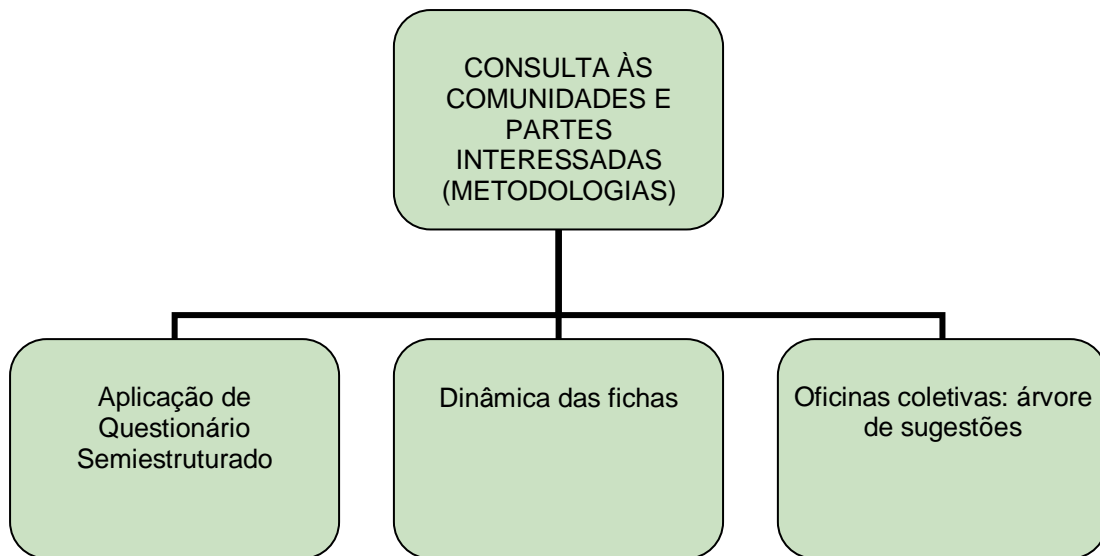


Figura 12: Momentos chave do trabalho de engajamento realizado junto às comunidades do entorno da Fazenda Santa Maria. Autora: Caroline César. Jun/ 2022.

Para cada ferramenta utilizada objetivou-se a obtenção de um conjunto de dados robusto, detalhado e complementar que fosse capaz de fornecer informações a análises integradas, que contemplassem a multiplicidade de interesses, atores e contextos. Nas oficinas coletivas foi possível a apreensão das formas de sociabilidade e das relações de vizinhança definidas a partir dos trânsitos econômicos, culturais, e simbólicos, que determinam estratégias de ocupação do território e de relação com os recursos naturais diferenciadas. Para cada ferramenta segue descrição sumária das situações encontradas e do modo como contribuíram para a aferição dos conteúdos planejados.

5.7.1 Aplicação do questionário

Para a realização do questionário foi proposto, o formulário passo por um processo de avaliação por toda a equipe técnica envolvida, sendo que as questões mais complexas foram debatidas e ajustadas, mediante um viés multidisciplinar que contribuiu para que o instrumento ficasse bem ajustado às demandas do diagnóstico, e à diversidade de realidades inerentes ao campo de pesquisa.

O questionário teve um total de 79 questões, sendo que destas apenas a questão 45 foi deixada de ser aplicada em função da dificuldade de entendimento que ela gerou junto aos entrevistados(as). O tempo de aplicação em média foi de 45 minutos 70 minutos, sendo que algumas entrevistas acabaram durando mais tempo em virtude da facilidade de comunicação do interlocutor, ou mesmo da riqueza de informações advindas dos relatos, principalmente dos membros mais velhos do assentamento. Segue em anexo o modelo de questionário utilizado durante o trabalho com as comunidades mobilizadas.

Ao todo foram aplicados 36 questionários com proprietários alocados em todas as linhas do assentamento. Segue abaixo evidências da aplicação do instrumento:



Figura 13 e Figura 14: Aplicação de questionário com o Senhor Mauri Albaneze, produtor rural e artesão em 01-06-2022 e com o Senhor Estanislau Folkoski Presidente da Associação de Pequenos produtores de Perseverança Pacutinga em 02-06-2022. Colniza/MT. Fotos: Caroline Césari.

5.7.2 Dinâmica das fichas

A dinâmica foi realizada de forma individual, e em alguns casos com apoio de membros da família próximos presentes à ocasião. Como o tempo de aplicação do questionário foi em média de 45 a 60 minutos, a indisponibilidade de tempo do entrevistado foi acatada sempre que houve negativa de participação nessa atividade. Outro critério para a não aplicação da dinâmica teve relação com a autodeclaração de escolaridade precária. Para todos (as) aqueles (as) que informaram não ter frequentado a escola, ou terminado os primeiros anos do fundamental, de modo a evitar constrangimentos, a dinâmica não foi sequer proposta, pois sua aplicação dependia da leitura dos temas pelo entrevistado, e da organização das fichas no espaço correspondente à urgência (vermelho) ou ausência desta (verde). O escopo de temas oferecido para avaliação foi: Assistência Técnica Rural; Legalização da Terra; Proteção das Florestas e Rios; Esgoto; Lixo; Água; Internet; Saúde; Educação; Cultura; Esporte e Lazer; Energia Elétrica; Estradas; Segurança; Habitação; Transporte Público; Emprego/Renda; Assistência Social.

Resultados: Foram ao todo 25 dinâmicas aplicadas, e ressalta-se, primeiramente, que o número total de atividades realizadas foi menor do que o de questionários aplicados, tendo, por outro lado, casos em que foi feita apenas a dinâmica, sem o questionário. Esses casos ocorreram, em virtude da indisponibilidade informada que foi respeitada sempre que requerida pelo indivíduo mobilizado. Pontua-se também, que em muitos casos houve apoio ou ajuda por parte de familiares e outros presentes no momento da aplicação do instrumento, fator que foi relevado e acatado, entendendo-se que a participação da família/grupo é positiva para a qualidade do engajamento realizado.

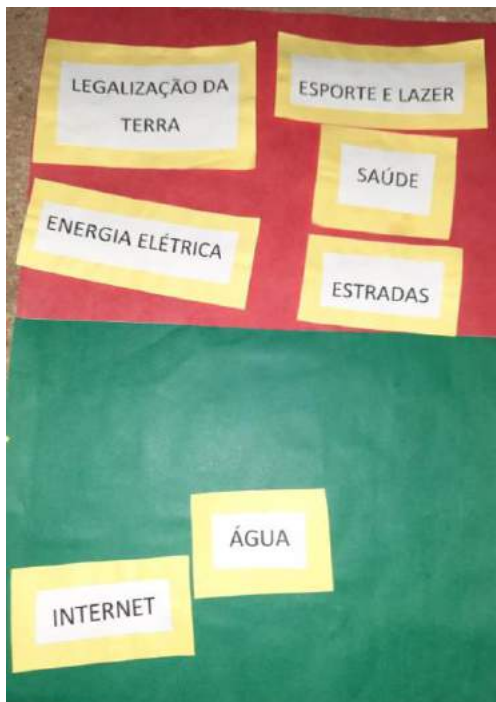


Figura 15 e Figura 16: Aplicação da Dinâmica da Ficha com Senhor Abílio Firme em 01-06, e Geise Ramos em 05-06. Colniza/MT. Fotos: Caroline Césari.

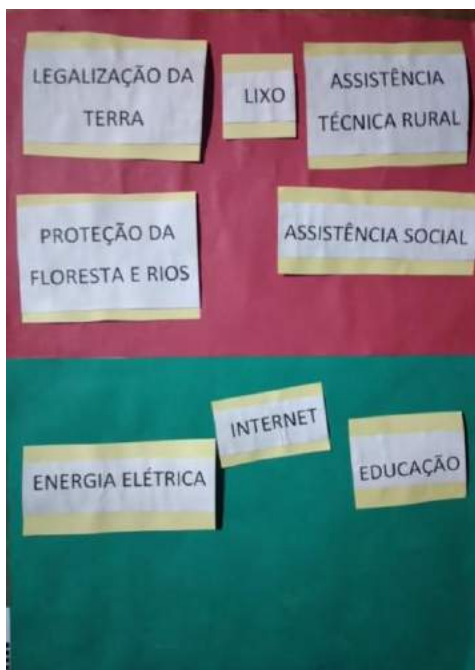


Figura 17 e Figura 18: Aplicação da Dinâmica da Ficha com Senhor Roberto Horn em 02-06 e a Senhora Neusa Maria Pereira em 31-05. Colniza/MT. Fotos: Caroline Césari.

5.7.3 Oficinas Coletivas: “Árvore das Sugestões”

Esta atividade teve como objetivo a discussão em grupo dos temas prioritários e demandas definidas coletivamente como mais urgentes para a comunidade abordada. Na dinâmica, essas demandas foram apontadas como a “raiz dos problemas” e foram escritas pela mediadora na cartolina, com canetas coloridas. Durante o desenvolvimento da atividade, a mediadora perguntou e anotou cada uma das demandas apontadas ao longo das discussões feitas pelo grupo presente, na base da árvore. É importante pontuar que a equipe teve todo o cuidado para não criar expectativas a partir da atividade, deixando claro que se tratava da primeira etapa do projeto, e de que ali não estaria sendo definida nenhuma resolução efetiva e sim se aferindo as principais questões para o desenvolvimento de um plano de ações futuro. O segundo momento da atividade implicou na formulação coletiva de sugestões para cada uma das demandas vistas como a “raiz do problema”. As sugestões foram escritas na copa da árvore desenhada, representando os frutos possíveis de um processo de mediação e engajamento que seja promovido de forma perene e efetiva. No terceiro momento da atividade foram sanadas as dúvidas quanto ao objetivo da ação, e aos riscos e efeitos prováveis do projeto e do diagnóstico para a promoção de um plano de ação participativo.

Resultados: Dentre os principais resultados aferidos com a promoção da Oficina Coletiva ressalta-se, o engajamento comunitário de 36 envolvidos nas duas oficinas, sendo esses momentos de aglutinação propícios para o fortalecimento das relações de pertencimento. Outro ponto exitoso foi a definição a partir dos debates participativos, dos temas prioritários para os grupos presentes, no que se refere à sua realidade socioeconômica e o acesso a direitos básicos. Também foram formuladas sugestões para mitigação de cada uma das demandas apontadas, e tais resultados estão apresentados no item 2.3.10, na Tabela 9: Resultados das Oficinas Coletivas; “Árvore das Sugestões” com definição dos temas prioritários e sugestões da comunidade, que contempla o resumo dos resultados obtidos com a realização desta dinâmica coletiva. Mais um aspecto positivo a se destacar foi a participação ativa das comunidades na atividade no momento de definir os temas mais urgentes, bem como um interesse na proposição de sugestões que possam auxiliar, efetivamente, na resolução dos problemas apontados. Um aspecto negativo foi o fato de não ter sido possível a promoção da oficina com outros coletivos, como grupo de evangélicos, membros da associação de produtores. Foram realizadas 02 atividades coletivas que cumpriram o objetivo de indicar pontos sensíveis nas comunidades, bem como debater possíveis soluções, cuja agenda se deu assim como descrito abaixo:

Oficina 1:

- **01-06-2022** – Proprietários das Linhas 12 e 08, no âmbito da reunião para formação da Diretoria da Associação Boa Esperança de Produtores Rurais de Perseverança Pacutinga.
- **PRESENTES: 19 PESSOAS**, conforme lista de presença apresentada adiante.



Figura 19 e Figura 20: Mediadora Caroline César fomentando o debate sobre as demandas da comunidade durante a realização da atividade coletiva “Árvore das Sugestões”, feita junto aos moradores das linhas 08 e 12. Local: Colniza/MT. Data: 01-06-2022. Foto: Marcus Vinícius.

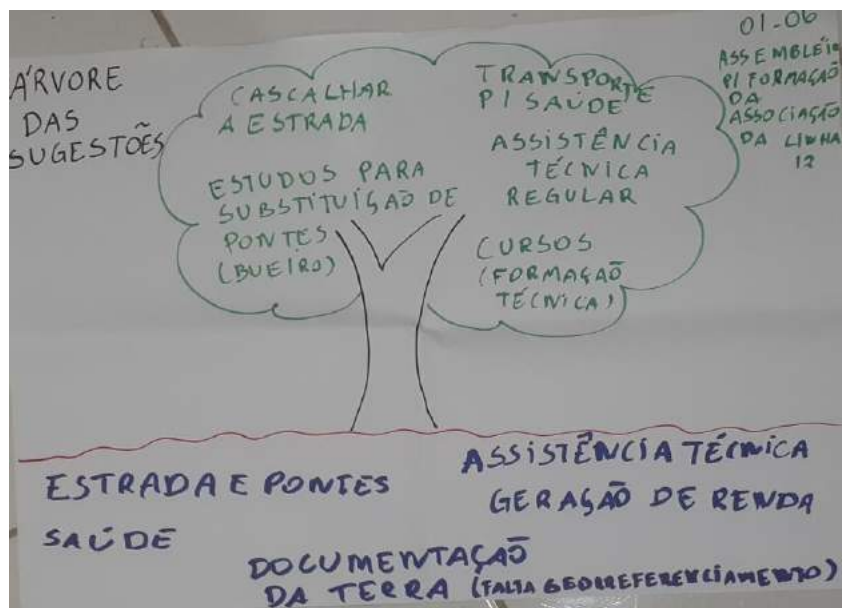


Figura 21: Cartaz com resultado da atividade coletiva “Árvore das Sugestões”, feita junto aos moradores das linhas 08 e 10. Data: 05-06-2022. Colniza/MT. Foto: Caroline César.

Oficina 2:

- **05-06-2022** – Proprietários das Linhas 08 e 10, no âmbito do grupo de oração da comunidade católica da Igreja Irmã Dulce.
- **PRESENTES: 17 PESSOAS**, conforme lista de presença apresentada adiante.



Figura 22 e Figura 23: Pesquisadora/mobilizadora Caroline César mediando o debate sobre as demandas da comunidade, durante a realização da atividade coletiva “Árvore das Sugestões”. Local: Colniza/MT. Data: 05-06-2022. Foto: Marcus Vinícius.

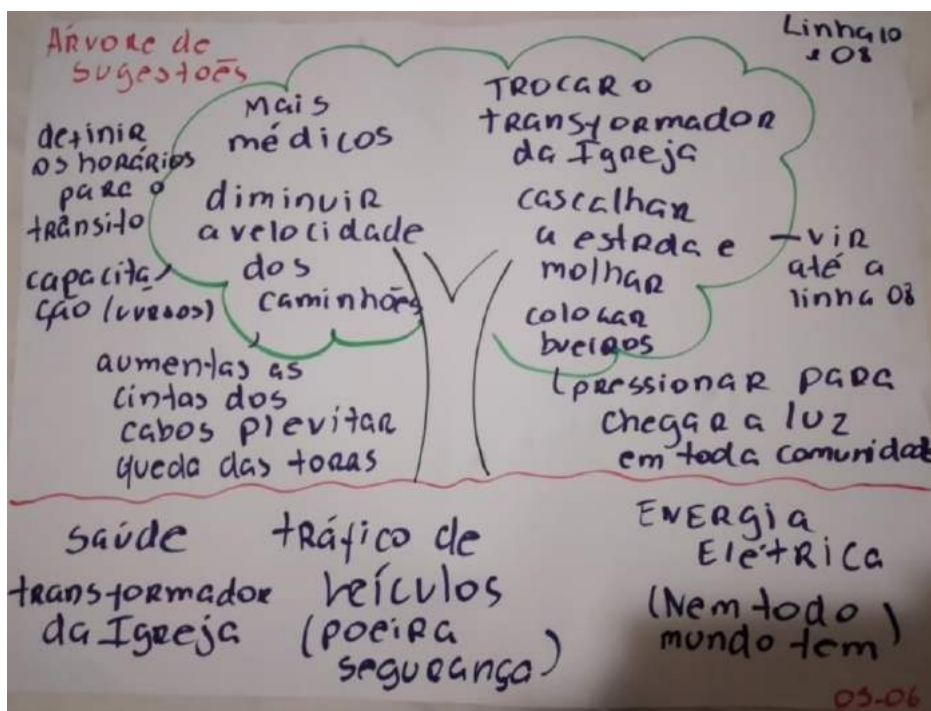


Figura 24: Cartaz com resultado da atividade coletiva “Árvore das Sugestões”, feita junto aos moradores das linhas 08 e 10. Local: Colniza/MT. Data: 05-06-2022. Foto: Caroline César

5.8 Consulta Contínua e Gestão Adaptativa (2.3.8)

Para que o processo de inclusão e engajamento das comunidades dê prosseguimento e para que a gestão desse processo informacional, bem como seus resultados e alcances seja sistematizado é necessário a implantação de um Plano de Comunicação e Disseminação de Informações que deve entrar em vigência nas próximas etapas a serem executadas em

conjunto com as comunidades e demais atores de interesse que estão na área de atuação do projeto.

Observa-se que o plano abaixo esboçado é uma proposta que ainda precisa ser discutida com os proponentes do projeto, comunidades e partes interessadas, de modo que as estratégias estejam adequadas aos públicos e contextos particulares que definirão o escopo das ações a serem executadas e posteriormente monitoradas quanto a seus resultados e melhora de indicadores.

Assim, como o projeto ainda prevê mais duas etapas de mobilização, sendo uma para consulta e apresentação dos resultados do diagnóstico e outra para validação do plano de ações, que deverá ser definido posteriormente a partir de critérios e metodologias participativas, a definição das iniciativas e estratégias que serão adotadas devem garantir a manutenção dessa comunicação direta e inclusiva já iniciada na primeira etapa do projeto, conforme descrito nos itens anteriores. Assim, desenha-se em linhas gerais o Plano de Comunicação a seguir:

Tabela 8: Plano de Comunicação e Disseminação Gestão Continuada da Informação

Objetivos e Metas
<ul style="list-style-type: none">• Possibilitar que o canal de contato criado para reclamações e dúvidas, divulgado através do panfleto impresso, passe a ser gerido de forma permanente, definindo-se um responsável pela rotina de anotação das reclamações, encaminhamento das demandas, e reparação das reclamações quando for o caso, devolutiva da resposta à ocorrência e monitoramento da eficiência deste fluxo de comunicação entre agentes de interesse e Florestal Santa Maria;• Criar um Informativo impresso e periódico que seja anexado nos locais de maior acesso das comunidades envolvidas, para que informações sobre o projeto, seu andamento, ações futuras, reuniões e treinamentos sejam disponibilizadas com frequência para as partes interessadas;• Criar uma rotina de monitoramento do fluxo de comunicação e disseminação das informações entre gestores, executores, produtores e público-alvo de cada ação a ser desenvolvida no projeto;• Fortalecer formas de comunicação coletivas que facilitem o acesso às informações e que criem um público apto e reivindicar e comunicar suas expectativas e demandas de forma integrada e fundamentada. Ou seja, dar suporte e fomento para que o próprio processo de comunicação intracomunitário seja aprimorado e fortalecido, democratizando o acesso e o entendimento a ferramentas de diálogo e participação social;• Criar estratégias para integrar e fomentar o protagonismo de mulheres, jovens e idosos no processo participativo e decisório das atividades do projeto;

- Integrar no processo de comunicação os funcionários e todo o corpo de prestadores de serviços da Florestal Santa Maria, visando oportunizar os treinamentos, ações e oficinas de sensibilização sobre formas de não discriminação, protagonismo social, associativismo, direitos humanos, entre outros, tornando os trabalhadores mais empáticos e propensos a compreender e colaborar com os projetos, numa perspectiva mais integrada e plural.

Público-alvo

Grupos de interesse e comunidades atendidas pelo projeto, com foco nas populações do Assentamento Perseverança Pacutinga e arredores

Estratégias e Ferramentas

- Informativo trimestral Impresso com informações sobre as etapas de implantação, execução, monitoramento do projeto a ser distribuído e afixado em locais de circulação de pessoas no assentamento (igrejas, escola, bares etc.);
- Canal de Comunicação / reclamações por telefone/Whatsapp;
- Canal de Comunicação/ reclamações por e-mail;
- Atividades Interativas / Oficinas presenciais sobre associativismo/cooperativismo, relações intercomunitárias e protagonismo social;
- Palestras e cursos (presenciais para a comunidade e virtuais para funcionários) para sensibilização e capacitação sobre preservação ambiental, direitos humanos, formas de não discriminação; economia solidária ou do cuidado etc.
- Material de divulgação em formato digital (para Whatsapp), sendo prioritário a produção de peça informando as regras de trânsito praticadas nas vias, o cumprimento das normas de segurança no carregamento dos caminhões de madeira; definição e informação dos horários de tráfego mais intenso de veículos pesados; divulgação do trabalho de manutenção das estradas feito pela Florestal Santa Maria;
- Criar conteúdo digital com notícias, imagens, cartazes entre outros recursos visuais para disseminação das informações do projeto no site da Florestal Santa Maria;
- Composição de corpo técnico responsável pela gestão e monitoramento das reclamações, dos fluxos de respostas e devolutivas; para a produção dos materiais de comunicação como peças impressas e digitais; monitoramento da eficiência e alcance das ferramentas propostas; proposição de novas estratégias e canais de comunicação com as comunidades e partes interessadas, personalizando materiais e conteúdos informacionais às demandas e perfis dos diversos públicos a serem informados sobre o projeto.

Monitoramento (anual) e Indicadores

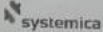
- Número de reclamações solucionadas e não solucionadas;
- Resultados da pesquisa de satisfação sobre o canal de atendimento junto à comunidade;
- Número de peças informacionais (digitais e impressas) produzidas e divulgadas;
- Número de panfletos impressos distribuídos;
- Número de atividades, oficinas, treinamentos e cursos promovidos com cada parte interessada;
- Número de participantes das oficinas, treinamentos, cursos e eventos realizados;
- Número de mulheres e jovens incluídos nas oficinas e atividades de capacitação/ sensibilização;
- Número de visualizações/ acessos das informações sobre o projeto no site da Florestal Santa Maria.

5.9 Canais e formas de comunicação com as partes interessadas (2.3.9)

Os canais construídos para a comunicação com os atores já foram descritos acima, e dentre eles ressalta-se os seguintes resultados:

- 90 Panfletos impressos distribuídos para todos os interessados;
- 22 Exemplares do Resumo Executivo do Plano de Manejo da Fazenda Florestal Santa Maria foram distribuídos para proprietários do assentamento Perseverança Pacutinga;
- 36 Questionário respondidos integralmente;
- 25 participantes realizaram a “Dinâmica das Fichas”;
- 36 Participantes nas Oficinas Coletivas;

Segue abaixo cópia das Listas de Presença das oficinas coletivas ocorridas nos dias 01-06 e 05-06 de 2022.



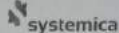
Lista de Presença

Prezado(a) Senhora(a),
Você está participando de uma pesquisa para formar o Diagnóstico Socioeconômico e Cultural para o empreendimento Fazenda Florestal Santa Maria, em conjunto com a Systemica.

Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa, pode fazer perguntas e, se achar necessário, pode entrar em contato com CARAGUA AGRONEGÓCIOS LTDA. – Telefone: +55 (66) 3571-1543 (escritório) / +55 (66) 8460-0000 / caraguasantamaria@madgramados.com.br.

Atividade: Oficina Colétiua - Momento de Sugestões
Local: Espaço do Sombreamento - Fazenda
Responsável: Carolina Lison
Data: 01-06-2022

Nº	Nome/ Assinatura	Endereço/ Contato
01		
02	Raimundo de Souza Pailler	1.12 - 91472334
03	Yffany da Silva Gonçalves	1.12 8114-0355
04	Lucivaldo Ruyonato Costa	1.12 95153 8031
05	Márcio Pêo Ferrnando	1.12 98420005
06	Maria Leucia Gonçalves	951127002
07	Elisa E Monte	1.12
08	Clizete Luiz Gonçalves	1.12
09	Adelino A. Santos	1.12
10	Victorino Gonçalves Junior	1.12
11	Anderson P. Rellinger	1.12
12	Rebeca Alves	1.12
13	Carla de S. Oliveira	1.12
14	maria	1.12
15	A. Helena Zotti	1.12
16	Stênio de Almeida da Silva	1.12



Lista de Presença

Prezado(a) Senhora(a),
Você está participando de uma pesquisa para formar o Diagnóstico Socioeconômico e Cultural para o empreendimento Fazenda Florestal Santa Maria, em conjunto com a Systemica.

Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa, pode fazer perguntas e, se achar necessário, pode entrar em contato com CARAGUA AGRONEGÓCIOS LTDA. – Telefone: +55 (66) 3571-1543 (escritório) / +55 (66) 8460-0000 / caraguasantamaria@madgramados.com.br.

Atividade: Oficina Colétiua - Momento de Sugestões
Local: Espaço do Sombreamento - Fazenda
Responsável: Carolina Lison
Data: 01-06-2022

Nº	Nome/ Assinatura	Endereço/ Contato
01		
02	Renata Antunes dos Santos	1.12 984632281
03	Abilio Helder Farias	999474292
04	Jose Carlos Farias	981391285-
05	Regina Maria de Campos	98139-9189
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		

Figura 25 e Figura 26: Listas de presença – dia 01/06/ 2022

Lista de Presença

Prezado(a) Senhor(a),
 Você está participando de uma pesquisa para formar o Diagnóstico Socioeconômico e Cultural para o empreendimento Fazenda Florestal Santa Maria, em conjunto com a Systemica.
 Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa, pode fazer perguntas e, se achar necessário, pode entrar em contato com: CARAGUA AGRONEGÓCIOS LTDA. – Telefone: +55 (66) 3571-1543 (escritório) / +55 (66) 8460-0000 / caraguasantamaria@maderamados.com.br.

Atividade: Oficina Coletiva
 "Anexo de sugestões"
 Responsável: Caroline Luzari
 Local: Fazenda Santa Rulica
 Data: 05/06/2022

Nº	Nome/ Assinatura	Endereço/ Contato
01	Randrea Susana Mendes	linda 10
02	Esther Maria de Azevedo	linda 10
03	Luciana Brito Santos de Almeida	6639435033
04	Carolina Brito	66-9842208584
05	Dinara Landina dos Santos	linda 08
06	Luiz Ricardo Moreira	974009443
07	Roberta S. de Oliveira	(66) 984408353
08	Justino Henrique	(66) 98113422
09	Raimundo Lourenço	
10	Marcelo de Souza Siqueira	linda 0
11	Henrique S. de Azevedo	
12	Suzi Laine Sant	
13	marcelo de	
14	Alcides de	
15	Roberto de	

Lista de Presença

Prezado(a) Senhor(a),
 Você está participando de uma pesquisa para formar o Diagnóstico Socioeconômico e Cultural para o empreendimento Fazenda Florestal Santa Maria, em conjunto com a Systemica.
 Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa, pode fazer perguntas e, se achar necessário, pode entrar em contato com: CARAGUA AGRONEGÓCIOS LTDA. – Telefone: +55 (66) 3571-1543 (escritório) / +55 (66) 8460-0000 / caraguasantamaria@maderamados.com.br.

Atividade: Oficina Coletiva
 "Anexo de sugestões"
 Responsável: Caroline Luzari
 Local: Fazenda Santa Rulica
 Data: 05/06/2022

Nº	Nome/ Assinatura	Endereço/ Contato
01		
02	DIVYANOR CALDEIRA	
03	Silvaneide R. Silva	
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		

Figura 27 e Figura 28: Listas de presença – dia 05/06/ 2022

Pontua-se que deste total de 36 participantes das Oficinas Coletivas, avaliando a participação numa perspectiva de gênero, tivemos a participação de 24 homens e 12 mulheres. Isso significa um percentual de 66,7% homens e 33,3% mulheres participantes, o que pode ser considerado um bom resultado numérico, dado a carência de canais e iniciativas que atuem no sentido de fomentar o protagonismo feminino. Nesse sentido, ressalta-se a ótima participação feminina na reunião do dia 05-06-2022, onde a maior parte dos temas e sugestões foram discutidos e levantados pelas mulheres presentes. A maioria dos homens ficou nos arredores do pátio, já as mulheres ocuparam o centro do espaço da oficina. Isso foi um ponto positivo no processo de engajamento, oportunizando o lugar de fala e garantindo-se o direito e inclusão desse público e de suas opiniões no processo de definição e execução do projeto que ainda está por vir. Segue abaixo foto evidenciando a participação feminina nesta etapa de implantação inicial do projeto, que prevê a aferição dos temas que serão prioritários:



Figura 29: No detalhe, observa-se a presença feminina durante a realização da atividade coletiva “Árvore das Sugestões”. Local: Colniza/MT. Data: 05-06-2022. Fotos: Marcus Vinícius Leite.

5.10 Participação das Comunidades na Tomada de Decisões e Implementação do Projeto (2.3.10)

A participação das comunidades foi garantida e fomentada através das atividades participativas realizadas, que não só auxiliaram na tomada de decisões acerca das futuras ações e prioridades a serem estabelecidas, como também significaram, no caso das atividades coletivas, um momento para reunião e estabelecimento de opiniões e interesses comuns. Essas reuniões constituíram um canal direto e dinâmico de inclusão social, além de uma ocasião em que pode se garantir que fosse dada voz a públicos menos aptos à manifestação do direito de fala, como idosos, donas de casa e jovens presentes, principalmente no âmbito dos debates que surgiram durante a aplicação da dinâmica da “Árvore de Sugestões”.

De modo a facilitar o entendimento dos temas que foram tratados, e enfatizar as demandas dos agentes que serão a base para a discussão e definição das ações futuras, segue abaixo os resultados obtidos:

Tabela 9: Resultados das Oficinas Coletivas; “Árvore das Sugestões” com definição dos temas prioritários e sugestões da comunidade

Data da Oficina	Temas Prioritários	Sugestões da Comunidade
01-06-2022	<ul style="list-style-type: none"> Estradas e Pontes; Saúde (não tem médicos e atendimento precário); Assistência Técnica Rural; 	<ul style="list-style-type: none"> Cascalhar a Estrada; Substituição das Pontes por Bueiros; Fornecimento Transporte para a Pacientes no caso das especialidades que não

Data da Oficina	Temas Prioritários	Sugestões da Comunidade
	<ul style="list-style-type: none"> • Geração de Renda; • Documentação da Terra (falta georreferenciamento). 	<p>são oferecidas no sistema local, como ginecologista, urologista, ortopedista, cardiologista etc.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assistência Técnica Rural Regular para os produtores rurais e pecuaristas locais; • Promoção de Cursos de Formação Técnica (para qualificar os jovens e os produtores locais, visando aumento da renda e das opções de geração de emprego no município);
05-06-2022	<ul style="list-style-type: none"> • Tráfego de veículos (poeira e segurança); • Saúde (não tem médicos e o atendimento é precário); • Energia Elétrica (nem todo mundo tem); • Transformador da Igreja (Irmã Dulce). 	<ul style="list-style-type: none"> • Definir os horários para o trânsito (de veículos pesados); • Diminuir a Velocidade dos Caminhões; • Aumentar as cintas dos cabos para evitar queda das toras (relataram que já houve acidentes desse tipo); • Cascalhar a estrada e /ou molhar e fazer chegar até a linha 08, pelo menos até a Igreja que é o local mais acessado pelos interlocutores presentes; • Colocar bueiros (no lugar das pontes); • Trocar o Transformador da Igreja Irmã Dulce (o prédio está sem energia elétrica);

Data da Oficina	Temas Prioritários	Sugestões da Comunidade
		<ul style="list-style-type: none"> • Pressionar para chegar a luz em toda a comunidade (apoiar na pressão às instituições responsáveis pela chegada da luz elétrica a todas as propriedades do Assentamento); • Capacitação (Promoção de Cursos de Formação Técnica para qualificar os jovens e os produtores locais, visando aumento da renda e das opções de geração de emprego no município).

Já no que se refere aos resultados obtidos com a dinâmica das fichas podemos afirmar que dentre os temas mais citados mediante sua urgência de resolução para a comunidade do Assentamento de Perseverança Pacutinga temos a Legalização da Terra como o mais prioritário para 76% dos entrevistados, seguido de Estradas com 64% das citações, Assistência Técnica Rural com 60%. Saúde e Esporte e Lazer foram citados por 52% dos entrevistados e completam o recorte dos temas que apareceram como prioridade para mais da metade dos participantes da atividade. Segue abaixo resultados gerais, com o percentual de citações que teve cada tema, tanto no que se refere àqueles entendidos como prioridades, quanto aos considerados não prioritários, conforme metodologia adotada para diagnóstico participativo, realizado junto à comunidade de Perseverança Pacutinga:

Tabela 10: Percentual que cada tema foi citado como prioritário ou não prioritário na atividade da Dinâmica das Fichas

Temas	% Prioritários	% Não Prioritários
Água	8%	56%
Assistência Social	24%	12%
Assistência Técnica Rural	60%	0
Cultura	8%	4%
Educação	20%	28%
Emprego/Renda	20%	12%

Energia Elétrica	16%	52%
Esgoto	8%	4%
Esporte e Lazer	52%	0
Estradas	64%	24%
Habitação	0	40%
Internet	12%	60%
Legalização da Terra	76%	0
Lixo	28%	0
Proteção das Florestas e Rios	32%	8%
Saúde	52%	4%
Segurança	16%	20%
Transporte Público	12%	0

Ainda com relação aos temas mais citados podemos pontuar Proteção das Florestas e Rios (32%), o Lixo (28%), Assistência Social (24%), Educação (20%) e Emprego e Renda (20%). Para esses temas definidos como prioritários pelas comunidades serão desenvolvidos projetos visando a promoção de desenvolvimento social, o fortalecimento das formas coletivas de associação, em conjunto com as ações que objetivam a proteção da floresta em pé, e a conscientização acerca de métodos, estratégias e dados que integrem as atividades econômicas com iniciativas de preservação ambiental. Segue abaixo o gráfico que permite a visualização dos temas mais citados pelos participantes na atividade da dinâmica das fichas:

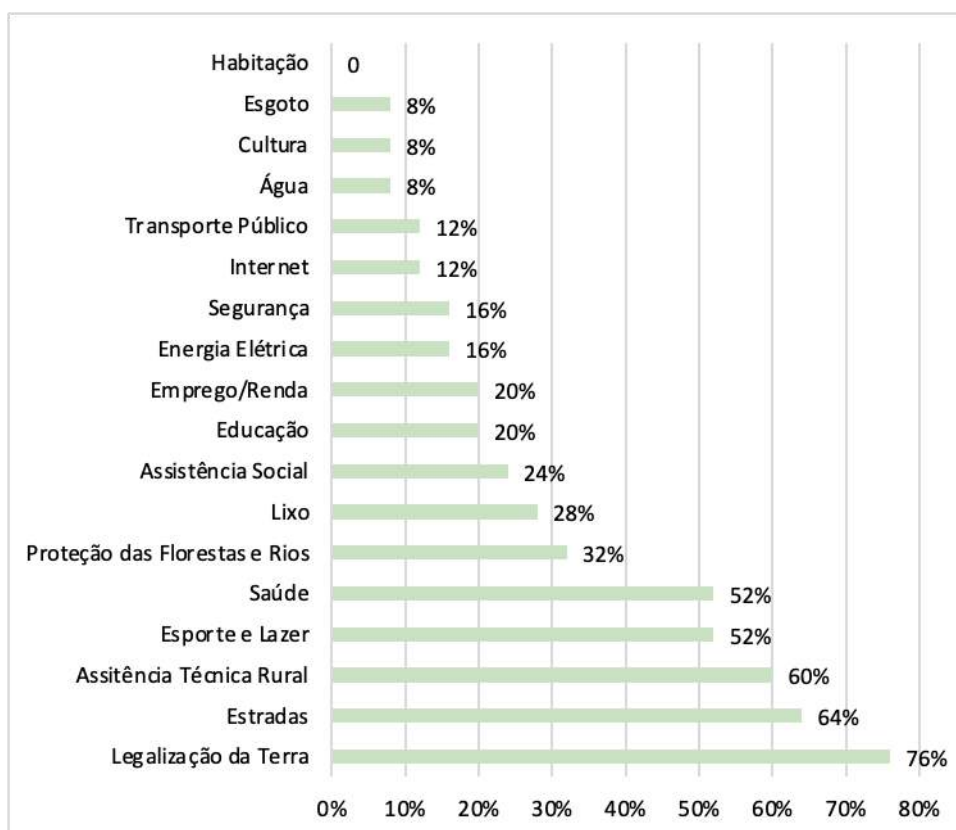


Figura 30: Temas prioritários segundo opinião dos entrevistados

Para além do que foi citado, ou seja, do que foi dito pela comunidade, observa-se o que não dito também pode se apresentar como um dado relevante. Por exemplo, o tema habitação não apareceu na lista de prioridades de nenhum participante, embora a legalização da terra tenha sido o tema mais citado. Isto indica que a questão não é o acesso à terra e à moradia, mas o reconhecimento do direito à terra, que se consuma com a obtenção da documentação e do título de posse da terra. A questão arrasta-se há pelo menos 30 anos, desde a criação do assentamento, até hoje não foi entregue aos proprietários dos assentamentos da região. Essa situação de falta de comprovação de posse provoca insegurança jurídica já que não há escritura ou posse legalizada, e acaba incentivando a atuação de grileiros e a subdivisão dos lotes originais em terrenos menores. Esses movimentos precisam ser monitorados, já que possuem um potencial para se tornarem objetos de conflitos, ou pelo menos questões sensíveis, que têm o potencial de dificultar tanto a implantação do projeto, como o desenvolvimento das ações, e reverberar negativamente nos resultados esperados.

No que se refere aos temas compreendidos como pouco prioritários já temos outro perfil de assuntos escolhidos. A Internet apareceu como o item considerado como menos prioritário para 60% dos interlocutores. Isso se deve provavelmente ao índice de propriedades com acesso à internet ser alto na região. Outros temas considerados como demandas pouco prioritárias foram a Água (56%), a Energia Elétrica (52%) e a Habitação (40%). Dos temas que não foram citados por nenhum dos entrevistados como não prioritários temos exatamente aqueles compreendidos como os mais urgentes, dentre eles destacam-se: Legalização da Terra, Assistência Técnica Rural e Esporte e Lazer. Portanto, tanto o que foi

dito como o que não foi dito levou aos mesmos resultados, reafirmando os temas mais críticos, e assegurando que se trata de questões realmente caras à comunidade, e que por isso, precisam de um maior ímpeto de iniciativas eficientes e adequadas, se a intenção for a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dessas populações.

A seguir, no sentido de ilustrar os temas menos citados é apresentado o gráfico resultante das informações obtidas em consulta à comunidade feita através a atividade da dinâmica das fichas:

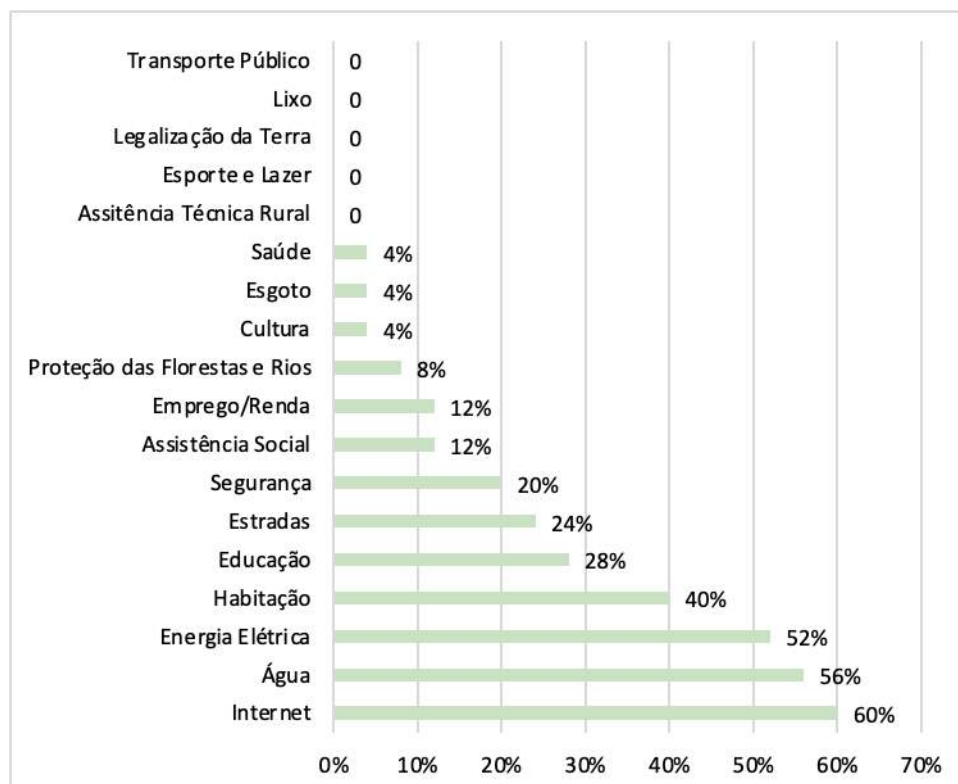


Figura 31: Temas não prioritários segundo opinião dos entrevistados

Concluindo, a participação da comunidade na implementação do projeto se dará ao longo de todos os processos decisórios, primeiramente durante as etapas previstas de desenvolvimento e definição das ações, depois no momento de execução, monitoramento dos resultados e ajuste das estratégias.

5.11 Medidas para garantia da antidiscriminação (2.3.11)

As medidas tomadas para evitar qualquer tipo de discriminação ou assédio no âmbito das atividades de engajamento e diagnóstico realizadas esteve concentrada na atitude positiva e respeitosa da equipe de pesquisa que internamente alinhou estratégias e formas de permitir a efetiva participação de todas as pessoas interessadas, prezando pelo máximo de respeito no tratamento e nas abordagens realizadas. Porém no que se refere aos demais agentes envolvidos futuramente, a garantia de atitudes não discriminatórias e inclusivas para

todos os públicos, ao longo de toda a execução e promoção das ações do projeto, deverá ser fomentada a partir da oferta de cursos, treinamentos e oficinas.

Para tanto, basta colocar em vigência o Plano de Comunicação supracitado, e incluir o esforço de produção de uma cartilha ou protocolo de posturas que deverá ser seguido ao longo de todo o projeto, balizando o desenvolvimento das atividades a partir de práticas de boa convivência, de transparência no repasse de informações, de escuta sensível e respeito mútuo. Tanto os colaboradores, como os promotores das ações, e os próprios beneficiários de tais iniciativas devem ser capacitados e informados de forma consistente para garantir a observância de medidas e práticas antidiscriminatórias. É importante atentar-se para a adoção de medidas que integrem públicos diversos e que considere as problemáticas sociais, religiosas e culturais que se impõem sobre as questões de gênero, faixa etária, e modos de vida, visando mitigar os impactos dos cenários de ausência de autonomia e protagonismo social observados atualmente.

5.12 Procedimentos de Feedback e Reparação das Reclamações (2.3.12)

Serão desenvolvidas ao longo da implantação do Plano de Comunicação e Disseminação de Informações que consta no item 3.3.8 (Ver item 5.8 do presente documento).

5.13 Acessibilidade do Procedimento de Retorno e Reparação de Reclamações (2.3.13)

Serão desenvolvidas ao longo da implantação do Plano de Comunicação e Disseminação de Informações que consta no item 3.3.8 (Ver item 5.8 do presente documento).

6 Questões jurídicas e direito à propriedade

6.1 Consentimento Livre, Prévio e Informado

O Consentimento Livre, Prévio e Informado implica em uma série de medidas adotadas para garantir o direito coletivo de anuência prévia a todo grupo social ou comunidade que esteja envolvida com processos decisórios, que possam afetar as condições de bem-estar, de propriedade da terra, ou de provimento de meios de subsistência, (CONSERVATION INTERNATIONAL, 2013). Está relacionado com quatro elementos:

- **Consentimento**- O direito dos povos a dar ou negar o seu consentimento a qualquer decisão que afetará as suas terras, territórios, recursos e meios de subsistência.
- **Livre**- Sem coerção, intimidação, manipulação, ameaça ou suborno.

- **Prévio**- Indica a procura do consentimento com antecedência, antes do início ou autorização de qualquer atividade do projeto, e o respeito dos prazos exigidos pelos processos de consulta/ consenso das comunidades.
- **Informado**- Proporcionar informação em uma linguagem e forma facilmente compreensíveis para a comunidade, abrangendo a natureza, âmbito, propósito, duração e localização do projeto ou atividade, assim como informações sobre as áreas que serão afetadas; os impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais, todos os interlocutores envolvidos e os procedimentos que o projeto ou atividade implicarão (CONSERVATION INTERNATIONAL, 2013, pp.9).

Portanto, de acordo com as premissas acima, o processo de comunicação estabelecido ao longo de todo o trabalho de engajamento, conforme descrito nos itens anteriores, buscou informar de forma transparente e numa linguagem apropriada os objetivos do projeto. Além disso, realizou oficinas coletivas e atividades diagnósticas participativas que pretenderam incluir as demandas, opiniões e temas relevantes para as comunidades no escopo das ações a serem definidas. Desse modo, tentou-se garantir a participação plena e efetiva de todos os interessados e atores baseando-se em interações transparentes e proativas. Nesse sentido, ressalta-se a já mencionada distribuição dos panfletos pela equipe de campo, as abordagens e reuniões presenciais, as atividades coletivas e dinâmicas propostas.

De modo a documentar e garantir o desenvolvimento de ações e práticas que cumpram as premissas de informação prévia dos objetivos do projeto, bem como de comprovação do consentimento e da aceitação de participação das comunidades ao longo de todas as atividades de caráter participativo, a equipe procedeu à leitura do panfleto distribuído para todos os abordados, e à explicação atenta e detalhada do termo de “Autorização de Uso de Informações e Dados”, que trás a assinatura de cada um dos entrevistados na etapa de diagnóstico da região. Esse termo teve como objetivo esclarecer acerca do uso futuro das informações fornecidas, indicando seu caráter gratuito, e atestando que tanto a entrevista quanto a dinâmica foram devidamente explicados quanto à sua finalidade, conteúdo e termos. Segue em anexo a cópia digitalizada de cada um desses termos, assinados pelos 36 proprietários (as) que aceitaram participar das atividades propostas pela equipe de pesquisadores de campo.

No mesmo sentido, o material impresso do Resumo Executivo do Plano de Manejo da Fazenda Florestal Santa Maria que foi distribuído pela equipe da Caraguá, gestora do projeto, também teve em seu processo a assinatura de consentimento do recebimento do material. Lembrando que na ocasião também fora explicado o conteúdo do Resumo, e todas as dúvidas surgidas, foram esclarecidas.

Com relação ao respeito à recusa de participação nas atividades, pontua-se que todas as vezes que as pessoas abordadas não puderam, ou não quiseram participar, suas vontades foram expressamente respeitadas pela equipe de pesquisa. Além disso, para aquelas pessoas que declararam não saber ler, a dinâmica participativa das fichas não foi aplicada, de modo a evitar quaisquer constrangimentos relativos à falta de escolaridade, ou de compreensão do contexto do projeto.

Ressalta-se que a participação de públicos minoritários também foi observada e garantida, através de estratégias e de abordagens específicas, de modo a proporcionar às mulheres,

jovens e idosos o lugar de fala, principalmente durante as atividades coletivas. Sabe-se que a falta de autonomia e de ferramentas de diálogo, até mesmo a ausência de empoderamento em contextos de decisórios comunitários, tende a reduzir a participação desses grupos. Uma das estratégias adotadas foi o respeito aos locais e horários determinados por esses perfis de interlocutores, possibilitando que pudessem participar no lugar, dia e hora mais apropriado, evitando-se que rotinas domésticas, ou expediente de trabalho impedisse a participação desse público. Essas consultas continuarão ao longo de todo o ciclo de planejamento, execução, promoção e monitoramento do projeto, pois a participação comunitária plena deva ser garantida em todas as etapas e ações previstas. No contexto do projeto ora expresso, respeitar os contextos e formas específicas de participação dos diversos grupos e atores envolvidos, faz com que o processo de tomada de decisão se torne um instrumento para garantir que os interlocutores e organizações externos sejam engajados de um modo que leve em consideração seus aspectos culturais, territoriais e locais, para que as suas prioridades de desenvolvimento, necessidades e desejos possam ser realizados. É importante ressaltar que nas etapas subseqüentes de desenvolvimento e, ao longo de toda a execução das ações do projeto, se faz necessária a adoção de novos termos de consentimento, bem como de autorização do uso de informações, para cada membro da comunidade envolvido nas ações, mesmo que este já tenha sido abordado e já tenha assinado termos anteriores, a cada atividade nova documentação de consentimento deverá ser produzida e aplicada.

6.1 Proteção dos Direitos à Propriedade

O desenvolvimento das etapas subseqüentes deste projeto não tem potencial de impactar, de nenhuma forma direta, ou indireta qualquer direito relacionado à terra, ou meios de subsistência das comunidades que fazem parte de sua área de atuação. Durante o trabalho de campo realizado junto às comunidades que habitam o Assentamento Perseverança Pacutinga foi possível realizar o caminhamento por todas as vias que se ligam de alguma forma aos limites entre a fazenda e a comunidade.

O território do PA, embora tenha impactos relativos à interface com as vias de acesso do escoamento produtivo da fazenda, não compartilha com ela espaços ou estruturas de uso comuns. Do mesmo modo não há nenhuma família que habite áreas internas da fazenda, não cabendo qualquer medida de realocação voluntária ou remoção para nenhuma etapa ao longo de todo o projeto. Com relação às questões de ocupação do território e de reconhecimento da propriedade da terra no assentamento, entendidas como prioritárias pela comunidade durante as oficinas coletivas, o tema da “Legalização da Terra” surgiu como um dos mais lembrados, e demandará, doravante, uma avaliação de viabilidade que apoie a realização de medidas que auxiliem na definição do processo de titulação, mas que não tragam, por outro lado, a retirada de direitos daqueles proprietários que não cumprem, qualquer seja o motivo, os requisitos solicitados pelo INCRA para a obtenção do documento definitivo de posse.

A partir de um processo de comunicação inclusivo e transparente, e de um engajamento efetivo espera-se debater com a própria comunidade e demais agentes, incluindo prefeitura, INCRA e demais entidades relacionadas, formas de apoio, ou desentrelaçamento do processo de

legalização da terra. É preciso auxiliar a comunidade na tomada de conhecimento acerca dos trâmites burocráticos necessários para viabilizar a documentação da terra, fortalecendo o processo de articulação coletiva que possibilite a regularização fundiária tão sonhada pela comunidade, desde sua origem em meados da década de 1990.

6.1 Identificação de Atividades Ilegais

O principal território de atenção no que se refere à potencial presença de atividades ilegais é o Parque Estadual Igarapé do Jurena, que faz fronteira em todo o limite norte da Fazenda Florestal Santa Maria. Segundo reportagem de 17-04-2022 o parque está entre as ações prioritárias de regularização fundiária da SEMA-MT Secretaria Estadual do Meio Ambiente, de Mato Grosso, já que se trata de um corredor de áreas protegidas, localizada entre terras indígenas, e vem sofrendo grande pressão de invasões, e tentativas de distribuição irregular de terras por terceiros (UOL, 2022)¹⁴.

Essa situação de invasão tem como principal consequência o desmatamento, já que retirar a floresta é uma das formas mais corriqueiras de apropriação e tomada de posse do território, principalmente no contexto Amazônico. Segundo o Plano de Manejo:

Nas áreas do Parque acessadas pela estrada que atravessa o PA de Nova Cotriguaçu, foi possível identificar atividade de extração ilegal de madeira, além de abertura de pasto e soltura de gado dentro da UC, provavelmente efetuada por um dos assentados da região de entorno. Existem dentro do Parque três residências ocupadas por posseiros, eles residem ali há cerca de três anos (desde 2005) e desmataram áreas para o cultivo de café voltado para a comercialização. Além deles, foram identificadas clareiras abertas por outros posseiros que residem no entorno do Parque, mas que demarcaram as terras dentro da UC para caracterizar alguma forma de ocupação. Além disso, foram identificados vestígios de atividades de caça através de relatos com informantes locais (SEMA-MT, 2008, pp. 189-190).

Portanto, de acordo com o documento, a área do parque vem sofrendo uma intensa pressão de uma série de atividades ilegais, para além da invasão e grilagem de terras. Ocorre também o desmatamento de áreas de conservação por posseiros, além de vestígios de caça ilegal. Esses aspectos constituem um cenário de preocupação que deve ser monitorado constantemente, já que a fazenda tem interface em todo seu limite norte com o território do parque. É recomendável que um agressivo plano de monitoramento seja promovido, reforçando assim a proteção do parque e seu entorno, já que os riscos à área se irradiam para as limítrofes, o que inclui o território e a área de atuação da Florestal Santa Maria. É preciso planejamento de ações que mapeie os conflitos e ajam no sentido de auxiliar essas comunidades do entorno da UC para que encontrem estímulo para desenhar um modelo de vida mais harmônico que o atual (SEMA-MT, 2008).

¹⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/17/04/22/corpos-de-vitimas-de-chacina-no-mt-chegam-a-colniza-para-necropsia.htm>. Acesso em jul/2022.
Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/07/justica-livra-reus-de-chacina-de-colniza-mt-de-irem-a-juri-popular.shtml>. Acesso em jul/2022.

O atual estado de manutenção do parque é preocupante, já que não possui cercamento que estabeleça seus limites territoriais, ou qualquer forma de barreira, seja ela física, ou informativa, através de placas ou sinalização que indique a existência desses limites. Além disso, a gestão do parque se encontra no município de Juína, onde se localiza a Coordenadoria de Unidades de Conservação do estado. Na localidade em si do parque, não há nenhuma guarita, portal de entrada, sala, ou qualquer tipo de infraestrutura que permita uma presença mais efetiva dos funcionários, ou que faça alguma alusão à presença de gestão/ administração no local.

Nesse sentido, pode-se inferir que essa ausência do Estado, somado ao isolamento da área, à má qualidade das estradas de acesso, à precariedade dos serviços públicos de saúde, educação, cultura, lazer, segurança para população criam uma situação em que todos os atores parecem não encontrar saída aos seus problemas. Essa situação cria um terreno fértil para a proliferação dessas e de outras atividades ilegais incluindo pesca e garimpo ilegais, além da atuação de aproveitadores que confundem a população do entorno, com promessas de legalização das terras, e de lucro fácil com a exploração da madeira e dos recursos naturais locais. Essa utilização desorganizada das áreas de conservação do parque, associadas à atuação predatória dos recursos florestais, minerais e biológicos por agentes humanos, a partir de atividades ilegais, indicam que esse território vizinho à fazenda possui o maior potencial de conflitos identificado no âmbito desse projeto.

7 Comunidade

O item “comunidade” trás a descrição das condições sociais, econômicas, e de acesso aos direitos básicos relatados pelos habitantes do Assentamento Perseverança Pacutinga durante o trabalho de campo realizado. Isso inclui tanto o diagnóstico das condições iniciais dessas populações, ou seja, antes mesmo da promoção do projeto, bem como a situação atual que aflige tais territórios, e que interferem diretamente no seu grau de bem-estar e na sua qualidade de vida.

7.1 Descrição das Comunidades no Início do projeto

A história do município de Colniza se inicia a partir dos projetos de assentamento que foram promovidos ainda sob a vigência do período militar, em meados da década de 1980. Os assentamentos faziam parte de uma política oficial de Reforma Agrária, capitaneada a partir da criação do INCRA em 1970. Com a criação do instituto muitas áreas do estado de Mato Grosso foram federalizadas, e o INCRA passou a ter sob seu domínio mais de 60% das terras mato-grossenses (ALVES; FIGUEIREDO; BONJUR, 2009). Este órgão passou a ser o responsável pelas terras devolutas e a dar destinos às mesmas segundo as diretrizes do Estatuto da Terra, que regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola¹⁵. Tal colonização governamental ficou marcada pela venda de grandes extensões de terra para

¹⁵ Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/chacina-de-colniza-completa-cinco-anos-sem-culpados/689590>. Acesso em Jul/2022.

empresas colonizadoras. No Mato Grosso, a colonização ocorreu diante da necessidade de ocupação rápida de uma área extensa do território e da considerável escala nos investimentos, que foram feitos também pela iniciativa privada.

A partir daí, promoveu-se a distribuição de terras para colonização oficial e particular, tendo todas as ações de colonização feito parte da estratégia de povoação de toda a região amazônica. De acordo com o Atlas dos Assentamentos Rurais do Norte do Mato Grosso (ALDRIGHI,org.2019, pp. 14): “o INCRA priorizou a criação de projetos de assentamentos em Rondônia e Mato Grosso, atendendo a três objetivos básicos: promover a agricultura para produção de alimentos, visando abastecer o mercado interno e a exportação; conter o fluxo do êxodo rural, que se dirigia para as grandes metrópoles do Sudeste, e orientá-lo para a Amazônia; e diminuir as tensões sociais provocadas pelo latifúndio no Nordeste e pelo minifúndio no Sul do país.

A iniciativa de colonização do território que hoje se localiza no município de Colniza teve início em 1986, com a vinda das primeiras famílias do sul do Brasil, oriundas de um processo de compensação por desapropriação de terras. Esses migrantes ocuparam a região norte do estado com interesses voltados à agropecuária extensiva e à exploração madeireira. Sobre esse contexto observa que:

A expansão da fronteira agropecuária na região norte do estado do MT era percebida no avanço sobre as áreas de florestas, por meio do desmatamento e do fogo, seguido do cultivo de lavouras temporárias, para a formação de pastagens. Para os agricultores familiares, o desmatamento da área e a substituição da vegetação por pastagem foi apresentada como a alternativa mais rápida para a valorização de suas terras. Para o grande proprietário rural, o desmatamento e a implantação da pecuária extensiva foi a forma encontrada para garantir a legitimação jurídica da propriedade (ALDRIGHI, org., 2019, pp. 14).

Ou seja, conforme o trecho acima informa, o processo de assentamento que deu origem ao município de Colniza, se deu a partir de uma política descontínua e desorganizada de reforma agrária, que promoveu o povoamento deste território às expensas das populações indígenas da região, e a partir de um modelo de desenvolvimento que tinha como estratégia a legitimação jurídica da ocupação a partir da substituição da vegetação por pastagens. Entre 1980 e 1992 foram implantados pelo INCRA 59 projetos de colonização oficial no Mato Grosso, em na década seguinte os índices de desmatamento atingiram índices alarmantes na região.

No que se refere à eficiência dessas iniciativas, observa-se que os projetos de Colonização Particular obtiveram mais êxito do que os projetos oficiais (ALVES, ET al., 2009). A empresa colonizadora ficava obrigada a se cadastrar junto ao INCRA e ter seu projeto aprovado por este órgão para que pudesse empreender uma colonização. Também era obrigação da empresa abrir estradas de acesso, demarcar lotes, construir armazéns, escolas e postos de saúde, delimitar o perímetro urbano, demarcar os lotes urbanos, dar assistência técnica e crédito aos colonos, além de manter as reservas florestais obrigatórias. Nesse sentido, em virtude de os recursos dessas empresas terem origem no capital privado, muitas vezes o desenvolvimento de tamanha infraestrutura, bem como a legalização das propriedades eram promovidos de forma mais eficiente e célere, entre essas empresas particulares, que

conseguiram se esquivar da burocracia e das dificuldades de financiamento público para o provimento da estrutura necessária ao desenvolvimento das famílias e de suas formas de geração de renda (ALVES, et al., 2009).

No que tange à sua emancipação, Colniza, que era até então distrito de Aripuanã foi elevada à categoria de cidade em 1998, com a criação do município pela Lei Estadual n.º 7.064, de 26-11-1998¹⁶. Entre 2000 e 2005, a ocupação das terras se aprofundou junto com o aumento do contexto de ilegalidade, que gerou uma corrida pela venda e fragmentação das propriedades originais. Já que o processo de ocupação foi todo construído a partir da premissa da substituição da floresta por áreas cultiváveis e de pasto. Para legitimação da propriedade, foi observado níveis de desmatamento recordes nos estados de Mato Grosso, Rondônia e Pará, neste início de século. A partir daí, e mediante recordes de desmatamento foi implantada uma política pública voltada para a prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal no bioma Amazônia¹⁷.

Desse modo, se aliarmos um modelo econômico pautado no desenvolvimento com bases não sustentáveis, com a precária situação das estradas que dificultavam o acesso aos serviços básicos como saúde, educação, comércio e segurança, à baixa densidade populacional da região de Colniza, tais fatores favoreceram a formação de grandes latifúndios e a concentração de renda e poder nas mãos da elite, favorecendo o aparecimento de processos de grilagem que se apossaram de grandes extensões de terra, causando muitos conflitos armados. Tal realidade, infelizmente não foi modificada, sendo que no ano de 2011 tem-se notícias que informam sobre a expulsão de mais de 700 famílias de assentamentos no município, em virtude de disputas de terras¹⁸. Em 2017 houve outro incidente, que inscreveu o município de Colniza nas páginas policiais. Na chamada “Chacina de Colniza” foram assassinados 9 trabalhadores rurais vindos de Rondônia em Guariba, um distrito de Colniza. O suspeito é um madeireiro local que teria encomendado os crimes pelo fato das vítimas ocuparem terras que seriam de seu interesse¹⁹. O crime continua sem resolução, pois o julgamento sequer aconteceu, e Colniza amarga até hoje o título de uma das cidades mais violentas do país²⁰.

Com relação a história do Assentamento Perseverança Pacutinga e entorno, que constituem a área de atuação do projeto, especificamente, há poucas informações históricas. Sobre a localidade sabe-se que se trata de um dos primeiros assentamentos que deram origem ao município de Colniza. Uma das poucas informações históricas consolidadas sobre o assentamento se encontra no site do IBGE, que informa:

¹⁶ Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/uma-visita-colniza-cidade-mais-violenta-do-brasil>. Acesso em Jul/2022.

¹⁷ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/colniza/historico>. Acesso em jul/2022.

¹⁸ Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/18002477-fiscais-da-sema-mt-flagram-desmatamento-ilegal-em-unidades-de-conservacao-em-colniza>. Acesso em Jul/2022.

¹⁹ Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-05/amazonia-ameacada-colniza-um-retrato-do-desmatamento-em-mato-grosso>. Acesso em Jul/2022.

²⁰ Disponível em: <https://amazonia.org.br/wp-content/uploads/2022/03/SADFeveiro2022.pdf>. Acesso em Jul/2022.

Logo após a implantação das estruturas essenciais, deu-se então a campanha de divulgação em todo o Brasil do promissor município que nascia e das terras baratas acessíveis a todos. O governo federal por sua vez em parceria com a colonizadora lançou a proposta para os sem-terras do Rio Grande do Sul para quem quisesse vir para Colniza teriam terras e ajuda de custo para permanecerem no município, e assim várias famílias aceitaram a proposta e foram trazidas com um avião do exército em 1991 e foram assentados no P. A Perseverança Pacutinga. Essas famílias por sua vez, tiveram dificuldades em se adaptar às adversidades encontradas sendo elas, doenças como malária, feridas no corpo causadas pelas picadas de mosquitos, falta de estradas, um longo período de chuvas, deixando-os ilhados, falta de comunicação e outros; diante destas adversidades poucas famílias permaneceram. Diante das dificuldades, a grande maioria das famílias retornou para suas cidades de origem, deixando tudo para trás e um município quase deserto, ficando poucos que ainda acreditavam que um município tão longínquo pudesse se desenvolver. A partir de 1994 um novo fluxo de imigração ocorreu, mas desta vez vindo do estado de Rondônia, pessoas que vinham de todos os lados do estado vinham atrás do sonho de ter sua própria terra, e esses, enfim, se apropriaram das terras devolutas que ainda existiam e grandes áreas de fazenda e assim se fixaram forçando o governo federal a realizar em grande parte do município, assentamentos rurais e assim se fez. Hoje Colniza está em segundo lugar no Estado em assentamento rural agrário (IBGE, 2021)²¹.

Os relatos orais coletados junto à comunidade do assentamento corroboram a versão do pioneirismo dos migrantes do Rio Grande do Sul, que teriam vindo possivelmente a partir de um processo de reassentamento de Terras indígenas ou de compensação por reintegração de posse de terras em litígio junto ao Movimento dos Sem-Terra. Conta-se que esses primeiros que chegaram ao assentamento vindos do Sul, não conseguiram permanecer na terra, em virtude da malária, da dificuldade de acesso aos serviços básico pela má condição das estradas, e principalmente porque tinham conhecimento em lavouras e formas de usos da terra que diferiram da realidade encontrada em Colniza. Quando se desmata a floresta, o solo aberto se mostra extremamente ácido, e rapidamente se desgasta, perdendo produtividade, se não houver adubação e um trabalho intenso de correção desse solo.

A partir dos anos 2000 o assentamento recebeu um grande contingente de pessoas vindas do estado vizinho de Rondônia. Segundo a oralidade esse afluxo de rondonienses se deveu à existência de estradas que ligavam municípios de Rondônia para esses territórios do norte e noroeste de Mato Grosso. Há relatos de que havia poucas saídas viáveis, que pioraram em virtude das estações chuvosas. Na região, muitas estradas costumam ficar inacessíveis, em virtude do excesso de buracos, do atoleiro, e da lama, que inviabiliza o uso das vias em períodos chuvosos. Esse processo foi desordenado e implicou no gatilho para o desmatamento de parte significativa da cobertura vegetal do município. Colniza figurou entre

²¹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/colniza/panorama>, Acesso em Jul/2022.

os 10 municípios que mais desmataram no Brasil, entre os anos de 2000 e 2010, segundo a Secretaria Estadual de meio Ambiente (SEMA-MT, 2019)²².

Em 2015 Colniza foi responsável por 19% de todo o desmatamento registrado no ano no estado de MT²³. Segundo o portal Agência Brasil, ainda hoje existe uma forte pressão antrópica, associada às atividades de pecuária, exploração madeireira e monocultura da soja que forçam a dificultam a permanência da Floresta em pé. Como o município tem sua base econômica baseada na indústria madeireira, através da extração e beneficiamento primário de madeira, que tem sido a principal responsável pela geração de empregos e renda local. Ainda em 2022 tal situação perdura estando Colniza entre os municípios que mais desmatam, e o Mato Grosso o estado que mais perdeu áreas do bioma amazônico entre fev/ 2021 e fev/ 2022. De acordo com o Instituto Imazon, se considerarmos os nove estados da Amazônia Legal, Mato Grosso foi o que mais desmatou. Apenas em fevereiro de 2022, 96 Km² de floresta foram desmatados. Com isso Mato Grosso foi o estado brasileiro que registrou o maior nível de desmatamento, tendo um incremento de 300% na alta da devastação²⁴.

7.2 Descrição das Comunidades no Início do projeto

A população total de Colniza está estimada em 41117 habitantes (IBGE,2021), e apresenta uma população residente de 26381 (IBGE, 2010), sendo destes 14084 homens e 12297 mulheres (IBGE,2010). A população habita em sua maioria o meio rural, com cerca de 14987 habitantes, contra 12297 da zona urbana. Ao analisar a pirâmide etária do município, observa-se que possui representação usual, concentrando muitos jovens em sua base, notabilizando-se as faixas etárias dos 10 aos 19 anos (IBGE, 2021).

²² Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-99-de-30-de-dezembro-de-2019-236098411>. Acesso em Jul/2022.

²³ Disponível em: https://wwfeu.awsassets.panda.org/downloads/hcvf_toolkit_final_portuguese.pdf. Acesso em Jul/2022.

²⁴

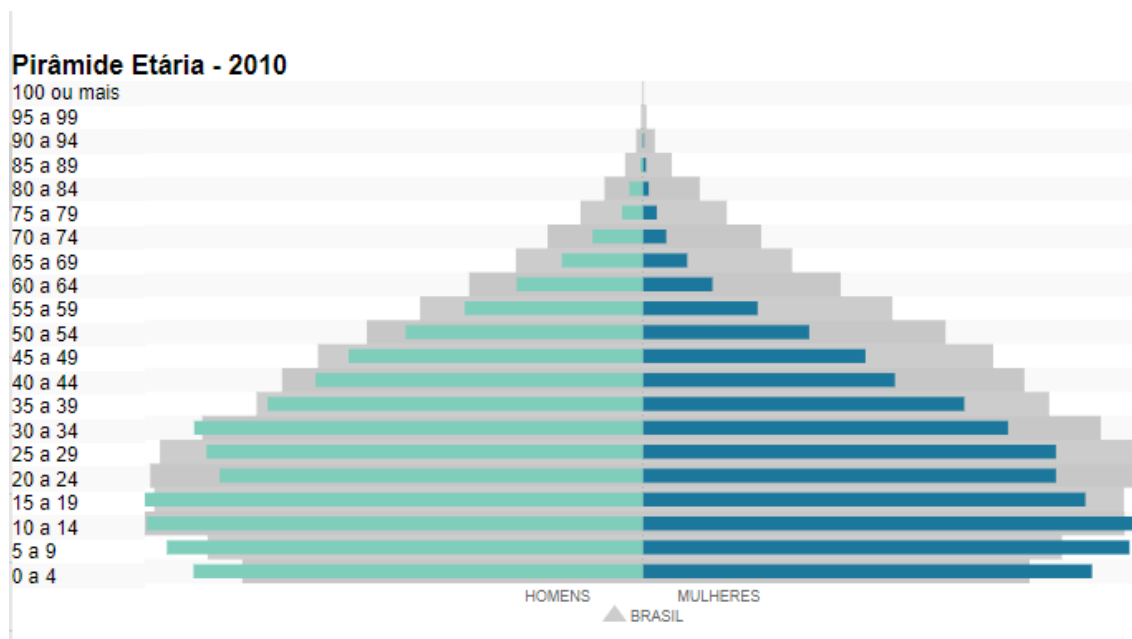


Figura 32: Pirâmide Etária do município de Colniza/MT. Fonte: IBGE, 2021.

O Índice de Desenvolvimento Humano, em Colniza, é de 0,611, abaixo do nacional que é de 0,767. Ressalta-se que o estado de Mato Grosso em 2022, impulsionado pela rentabilidade e ampliação do agronegócio teve seu IDH de 0,773 maior que a média nacional, de acordo com o IBGE (2021). Da população total, se levarmos em conta uma divisão baseada no gênero, temos 46,6% de mulheres e 53,4% de homens. Desse montante residem no meio rural 11394 habitantes, representando a segunda maior população rural do estado, só perdendo para Sinop (19346 hab.)²⁵. Já com relação à população urbana Colniza é o trigésimo município, na comparação com os demais no estado, e possui um contingente de 14987 habitantes.

Do ponto de vista da opção religiosa a população de Colniza é de maioria católica, correspondendo a 11892 munícipes. O número de evangélicos é de 9104, e o de espíritas é de 48 indivíduos. Com relação à religião ressalta-se que dentre os entrevistados residentes no assentamento Perseverança Pacutinga apresentou-se um quadro semelhante, corroborando uma maioria de 52,78% católicos, e 38,92% de evangélicos. Porém, diferentemente dos dados estaduais, que informam um pequeno contingente de praticantes do espiritismo, dentre os participantes das entrevistas não houve outra religião mencionada. Pelo contrário, 8,33% dos membros da comunidade se auto declararam sem religião, seguindo uma tendência nacional de aumento desse segmento, que no Brasil já representa cerca de 10% da população nacional (IBGE, 2021).

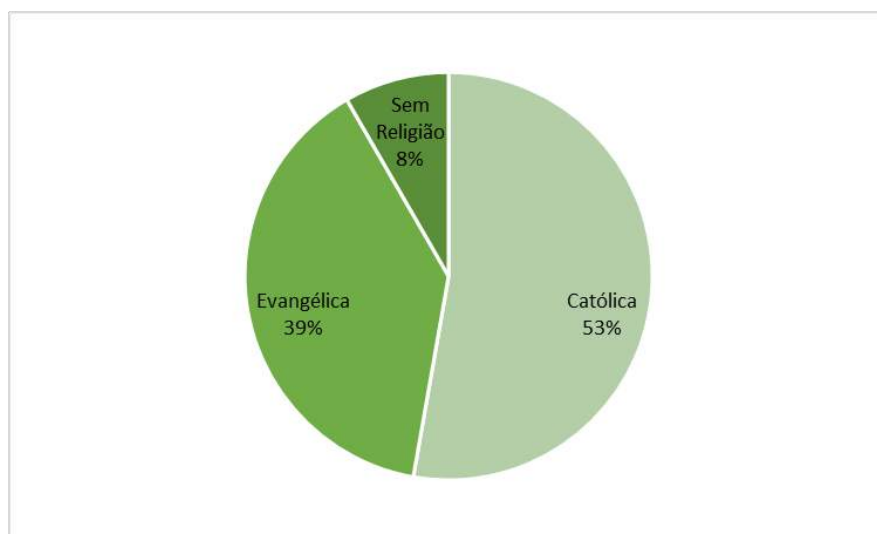


Figura 33: Divisão por religião dos entrevistados residentes no Assentamento Perseverança Pacutinga (Percentual). Colniza/MT, Jun/ 2022.

Já no que se refere à divisão por Gênero dentre os entrevistados, em virtude das dinâmicas de violência e luta que as mulheres têm galgado nos últimos anos, foi possível garantir a participação efetiva de mulheres de diversas idades, incluindo-se aí jovens e idosas. Portanto foram entrevistadas 36 pessoas, sendo destas 11 mulheres e 25 homens, o que corresponde a um percentual de 69,44% e 30,56% respectivamente.

Ainda levando-se em consideração o universo de interlocutores participantes das dinâmicas propostas, observou-se que dentre os entrevistados, temos a seguinte divisão por nascimento, conforme unidade da federação informada:

Tabela 11: Local de nascimento dos entrevistados

Local de Nascimento	Nº de Entrevistados (as)	
	Quantidade	%
MG	10	27,8
ES	8	22,2
RO	5	13,9
MT	3	8,3
SC	3	8,3
PR	4	11,1
SP	1	2,8
RJ	1	2,8

Não respondeu	1	2,8
---------------	---	-----

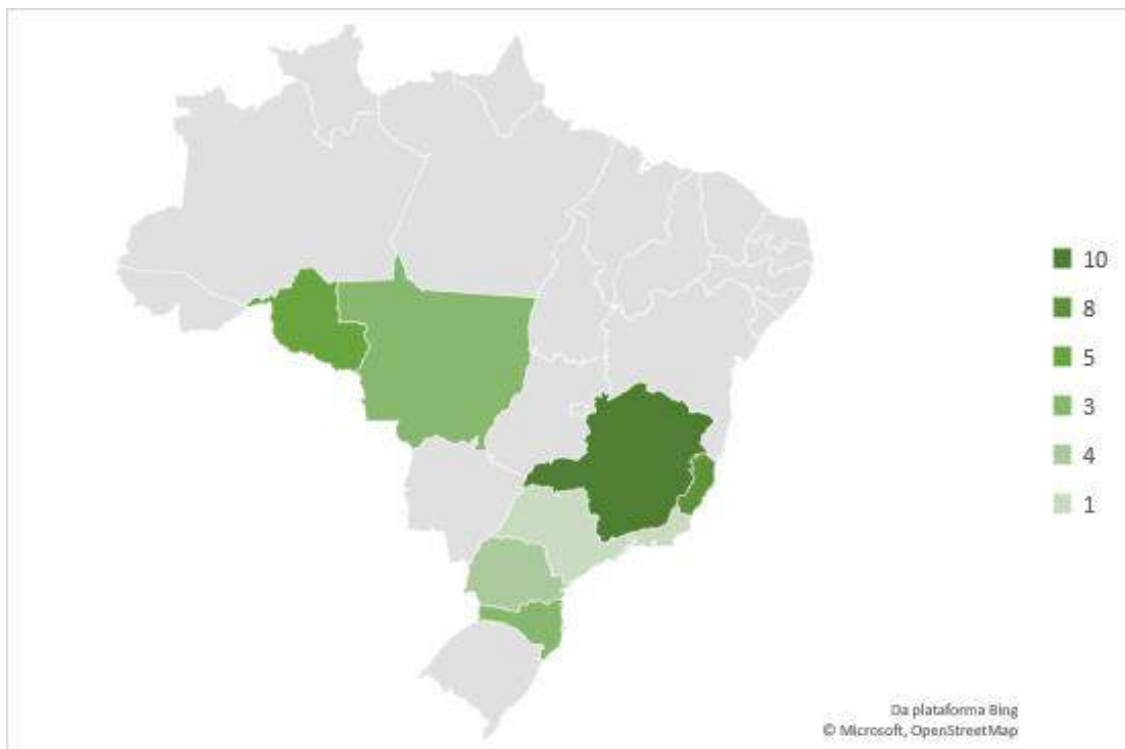


Figura 34: Divisão por estado de nascimento dos entrevistados (as). Colniza/MT, Jun/2022 (quantidade absoluta).

Observa-se que Minas Gerais é, de forma surpreendente o estado onde nasceu a maioria dos entrevistados (as) correspondendo a mais de um quarto do total (27,78%). Esse fator se mostrou relevante, já que a suposta origem sulista, corroborada pela oralidade acabou se mostrando mais diversa, incluindo um volume significativo de pessoas que nasceram na região sudeste, mas que migraram para a região sul e de lá para o Mato Grosso. Portanto, é importante ressaltar que a origem do território de onde vieram os assentados corresponde ao local de onde partiram e onde o processo de assentamento foi provocado/incentivado, o que não corresponde necessariamente ao município de nascimento. A região Sul, cuja origem é evocada quando se levanta a historicidade do processo de ocupação do território do assentamento aparece em segundo com 20% das naturalidades. Porém, com relação ao nascimento, não foi identificado nenhum nascido no Rio Grande do Sul. Um dos membros mais velhos do assentamento informou que a primeira leva de migrantes partiram, de um avião que fora fretado para o município, e onde, segundo ele, as pessoas entram sem saber pra onde estavam indo, tinham apenas a esperança de conseguir a terra que tanto esperavam e que o governo ofereceu como forma de ocupação das regiões menos povoadas do país. Só foram identificados nascidos em Santa Catarina e no Paraná.

Após a primeira leva de pessoas vindas da região Sul, outra parte dos assentados chegaram ao Mato Grosso por Rondônia. Alguns locais informaram ter nascido em outras cidades, mas

acabaram chegando em outros assentamentos em Rondônia, antes de definirem seu deslocamento em assentamentos mato-grossenses. Portanto, o perfil social do assentamento é de migrantes, com grande rotação de proprietários, já que não se observou a construção efetiva de vínculos, seja com o município de Colniza, ou mesmo do estado de Mato Grosso. Tais terras foram voltadas à Reforma Agrária pretendida por algumas legislaturas, mas nem sempre alcançada, em virtude da intermitência e descontinuidade das políticas públicas nesse campo. E embora tenham origens diversas, o movimento que levou o afluxo de pessoas para o povoamento e a repartição de terras devolutas da União no âmbito do assentamento Perseverança Pacutinga foi formado por populações oriundas do próprio bioma amazônico. Mato Grosso e Rondônia juntos correspondem a 36,11% dos nascimentos informados, e dos nascidos em outros estados, a maioria passou por Rondônia antes de chegar à localidade. Além disso, ressalta-se uma informação amplamente corroborada de que houve um intenso trânsito entre populações desses estados, que pode se justificar pela existência de vias e estradas de ligação, entre áreas da floresta de difícil acesso e tráfego de veículos, ou mesmo de barco. Nos questionários 100% dos entrevistados afirmam não ter o rio como base para o transporte diário de pessoas e mercadorias, sendo, portanto, a opção terrestre uma das poucas possibilidades de deslocamento entre territórios contíguos de floresta, e, portanto, um catalisador dos fluxos de pessoas no âmbito do processo de Reforma Agrária na região. Com relação à distribuição étnica/por cor dos interlocutores das dinâmicas e atividades propostas, tem-se o gráfico abaixo:

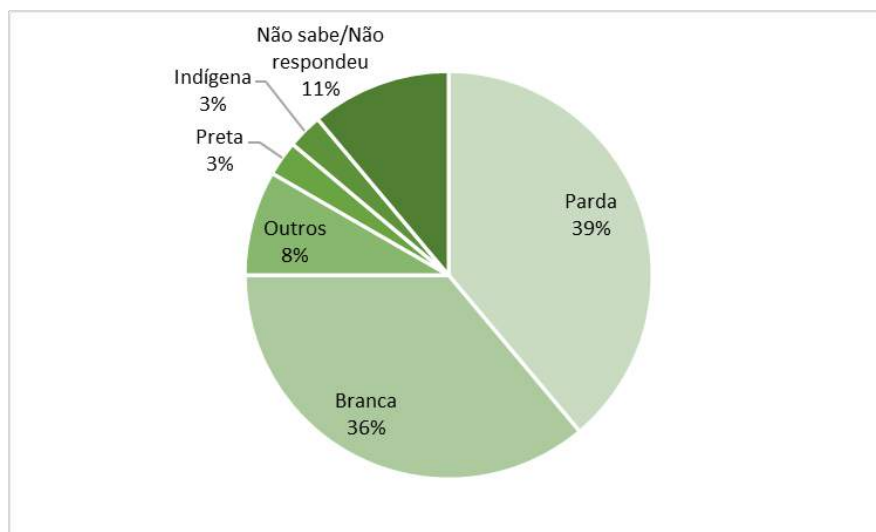


Figura 35: Divisão por cor/etnia declarada pelos entrevistados (as) (Percentual). Colniza/MT, Jun/ 2022.

A maioria das pessoas abordadas se autodeclararam pardas (38,89%) e brancas (36,11%). Apenas 1 entrevistado se autodeclarou negro, e outro informou ter ascendência indígena, embora tenha enfatizado que ele e sua família também vieram de Rondônia para o assentamento, evidenciando o trânsito anteriormente relatado entre este e Mato Grosso.

Com relação ao tempo de moradia dos entrevistados no assentamento, observa-se que a equipe buscou abarcar desde indivíduos que habitam o local há mais de 30 anos, ou seja, que vieram nos primeiros núcleos familiares que povoaram a região, até moradores jovens,

que havia meses que tinham se mudado para o assentamento. No que se refere à essa variável temos apresenta-se os resultados verificados no gráfico abaixo:

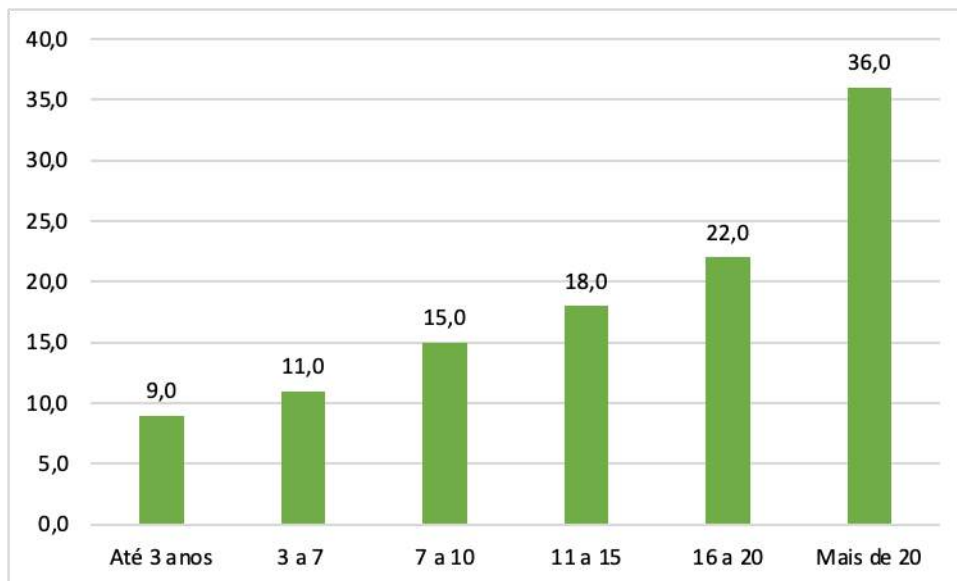


Figura 36: Respostas por tempo de residência no assentamento (Percentual). Colniza/MT, Jun/ 2022.

Porém, cabe ressaltar que mesmo dentre os moradores mais antigos do assentamento, o título de posse da terra ainda não foi fornecido para a maioria dos produtores. Dos 36 moradores que responderam ao questionário poucos informaram ter a documentação de regularização fundiária concluída, apenas 16,67%. Os demais permanecem sem a documentação de suas propriedades, e assim sem o direito à posse da terra. O processo de obtenção dessa documentação encontra-se paralisado, e sem perspectiva de resolução num curto prazo. A questão da titulação é de grande importância, já que a legislação estabelece regras para o reconhecimento dos direitos fundiários, conforme a Normativa nº 99, de 30 de Dezembro de 2019, que fixa os procedimentos administrativos para a titulação de imóveis rurais, em projetos de Assentamento de Reforma Agrária. De acordo com essa legislação:

Art. 65. Consideram-se irregulares as situações em que não houver autorização prévia do INCRA para ocupação ou exploração da parcela.

Parágrafo único. Os ocupantes em situação de irregularidade serão assim classificados:

I - Ocupantes não passíveis de regularização, caso a ocupação do lote tenha ocorrido em data posterior a 22/12/2015, ou que recaia sobre áreas de preservação permanente; e

II - Ocupantes passíveis de regularização, caso a ocupação tenha ocorrido até 22/12/2015 e desde que recaia em lote de projeto de assentamento criado até 22 de dezembro de 2014. (BRASIL, 2019)²⁶.

Ou seja, quando o processo de titularidade der andamento, os ocupantes de lotes adquiridos antes de 22/12/2015 não são considerados elegíveis para o INCRA, no processo de regularização da documentação estabelecido pelo marco legal supracitado. Levando-se em consideração o gráfico acima, que consolida os dados referentes ao tempo de residência dos entrevistados, pode-se aferir 30,56% dos indivíduos abordados não terão o seu direito à documentação da terra reconhecido, por possuírem menos de 7 anos, ou seja, tendo se mudado em data anterior à 22/12/2015, conforme estabelecido pela Normativa.

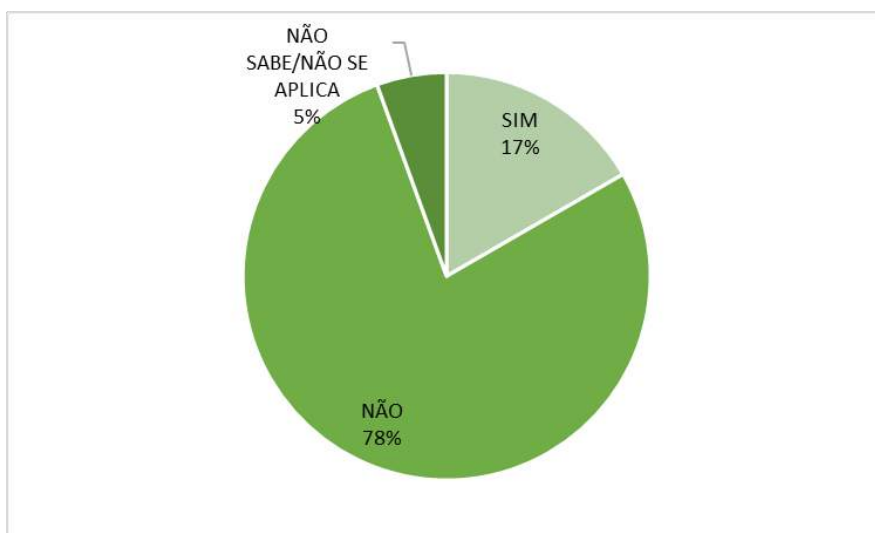


Figura 37: Propriedades com documentação regularizada no assentamento (Percentual). Colniza/MT, Jun/ 2022.

Dentre os entrevistados, 77,78% afirmaram ainda não possuir documentação do imóvel. Apenas 16,67% disseram ter o título de posse, indicando que a situação de insegurança fundiária predomina dentre os proprietários do assentamento. A maioria informou possuir outros documentos da terra, como contrato de compra e venda, e alguns informaram que dispõem do Cadastro Ambiental Rural aprovado. Segue figura abaixo informando o tipo de documentação da terra informado pelos proprietários entrevistados:

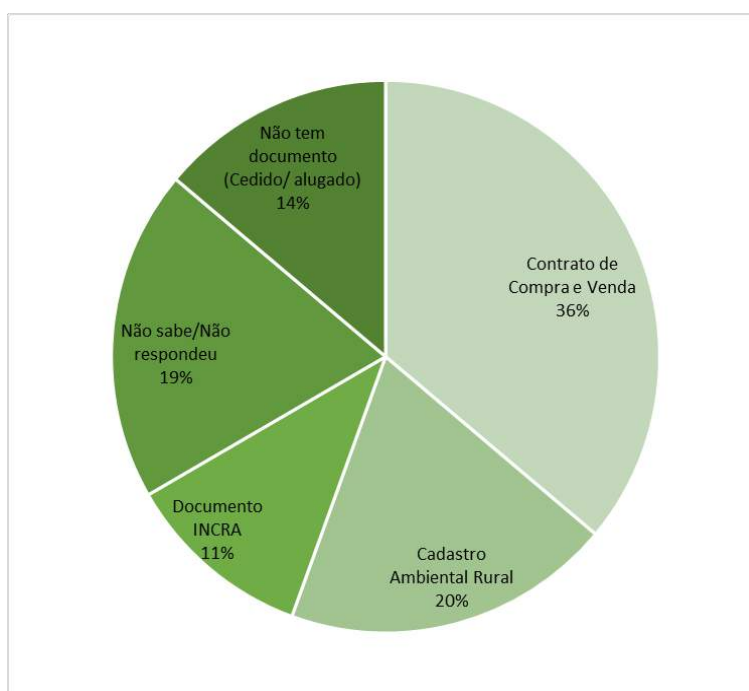


Figura 38: Tipo de documentação informada pelos proprietários (as) (Percentual). Colniza/MT, Jun/ 2022.

Ainda sobre o perfil dos imóveis, que também evidencia as condições de vida da população local, a maior parte informou ser proprietário (86,11%), e já ter quitado as parcelas dos lotes, ou assentados. Apenas 5,56% moram em imóveis cedidos, e o mesmo percentual se aplica aos imóveis alugados.

Todas as residências possuem instalações sanitárias, embora a maior parte tenha apenas 1 banheiro. 100% não contam com rede de captação e tratamento de esgoto. A maioria possui em casa fossa rudimentar, num percentual de 88,89%, e apenas 11,11% declarou ter fossa séptica. Os domicílios que possuem dois banheiros são em geral as grandes propriedades, com mais de 7 cômodos, ou aqueles onde também funciona o estabelecimento comercial (bar/ mercearia) e que oferece sanitários para os clientes. Grande parte dos domicílios tem 4, 5 ou 6 cômodos, sendo que a eficiência da produção agropecuária tem relação direta com o tamanho da habitação, e, portanto, com o conforto e bem-estar disponíveis nessas moradias.

Com relação ainda ao tamanho das propriedades observa-se que 25% delas tem extensão de mais de 30 alqueires. Parte significativa, 38,89% ainda possui o lote com as metragens originais oferecidas pelo INCRA, que segundo a oralidade fora de 21 alqueires por família assentada. Porém, por outro lado, houve um movimento de fragmentação de parte dessas propriedades, já que não há lotes com metragem entre 11 e 20 alqueires, 25% possuem de 1 a 10 alqueires e 11,11% menos de 1 alqueire, esses, em geral se trata dos moradores da Agrovila que informaram ter apenas uma data, com metragem média informada de 15x40 m pelos interlocutores que admitiram morar nesse tipo de lote.

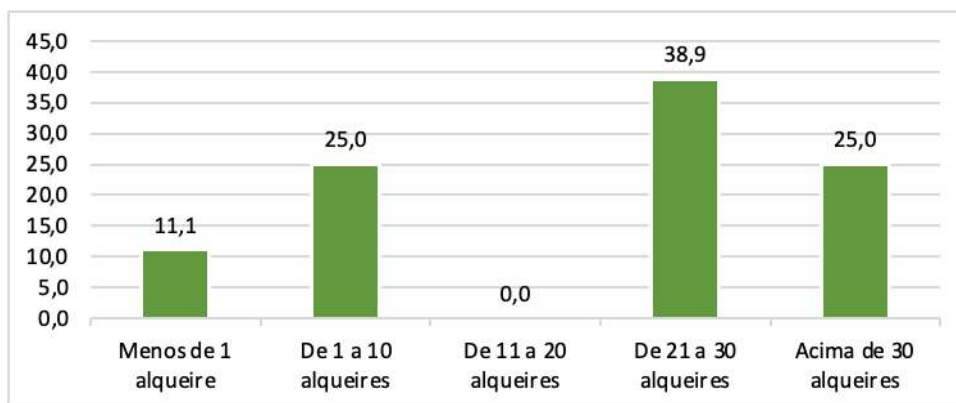


Figura 39: Tamanho das propriedades do assentamento informado pelos entrevistados (as) (Percentual). Colniza/MT, Jun/ 2022.

Ainda sobre o tamanho das propriedades, é válido ressaltar que a Lei Federal n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que criou a política nacional da agricultura familiar, estabelece que para ser considerada agricultura familiar e ter acesso aos programas governamentais de apoio à atividade, a propriedade deve ser igual ou menor que quatro módulos fiscais. Em Mato Grosso, quatro módulos fiscais, equivalem, em média, a 400 hectares²⁷, isto é, 147 alqueires.

A oferta de serviços básicos ainda é precária no município que apresenta apenas 11 estabelecimentos de saúde públicos e privados, sendo apenas um hospital municipal, que segundo relatos oferece atendimento precário, não possui especialidades médicas, tendo apenas um médico de saúde da família disponível diariamente. O município dispõe de 29 leitos, sendo 25 do Sistema Público de Saúde e 4 no particular (IBGE, 2021). Segundo dados do Datasus (2022), o município de Colniza possui 6 médicos clínicos, 4 médicos da estratégia de Saúde da Família e 1 médico oftalmologista, totalizando 11 profissionais²⁸, o que significa uma proporção de 0,26 médico por mil habitantes, valor bastante inferior à média mato-grossense de 1,85 médicos por mil habitantes.

²⁷ Disponível em: <https://sinterpmt.org.br/a-importancia-da-agricultura-familiar-na-economia-de-mato-grosso/>. Acesso em ago/ 2022.

²⁸ Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/>. Acesso em jun/ 2022.



Figura 40: Hospital Municipal. Colniza/MT, Jun/ 2022. Foto: Mariana Moreira.

Com relação a avaliação da oferta de serviços de saúde no assentamento, temos o gráfico abaixo:

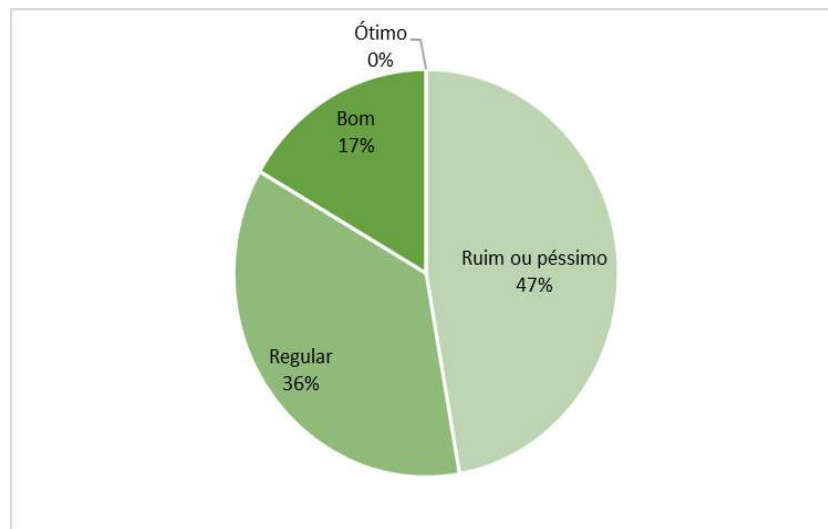


Figura 41: Avaliação do serviço de saúde pelos moradores do Assentamento Perseverança Pacutinga (Percentual). Colniza/MT, Jun/ 2022.

A maior parte da população do assentamento possui acesso à internet, num total de 86% dos domicílios ligados à rede. A maior parte das pessoas entrevistadas informaram que o sinal de internet é instável e costuma falhar, principalmente em períodos mais chuvosos. A internet é utilizada prioritariamente nos telefones celulares 77,42% dos casos, e que utilizam redes sociais como opção de telefonia móvel, como o Whatsapp que dispensa a existência de sinal de operadoras e se tornou o veículo de comunicação mais utilizado na região. Apenas 16,13% informaram usar internet também no computador e apenas 6,45% usam a internet nos aparelhos de Smart TV. Parte dos que não possuem acesso à internet ainda não

tem acesso à energia elétrica. Nesse ínterim observa-se que muitos interlocutores informaram que o serviço é muito instável, sendo que em períodos chuvosos, a voltagem cai a ponto de provocar a queima de aparelhos eletrodomésticos. O Serviço de Energia Elétrica foi avaliado pela comunidade da seguinte forma:

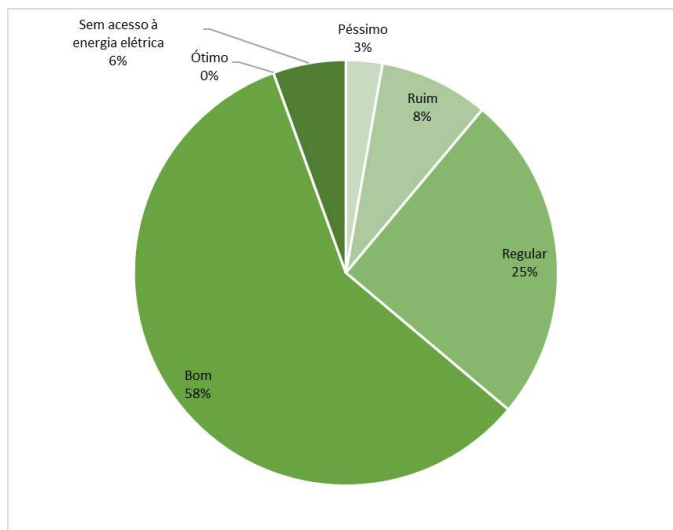


Figura 42: Avaliação do serviço de energia elétrica pelos moradores do Assentamento Perseverança Pacutinga (Percentual). Colniza/MT, Jun/ 2022.

Com relação à água disponível para consumo humano, a maior dos domicílios, 86,11% possui fornecimento de água a partir de poço artesiano, ou nascente dentro da própria residência. Apenas 13,89% informaram ter água vinda de poço artesiano, e a maior parte informou que faz o tratamento da água apenas com a solução de cloro fornecida pela agente municipal de saúde. Não há fornecimento de água tratada via rede pública. Com relação à água oferecida aos animais temos o gráfico abaixo:

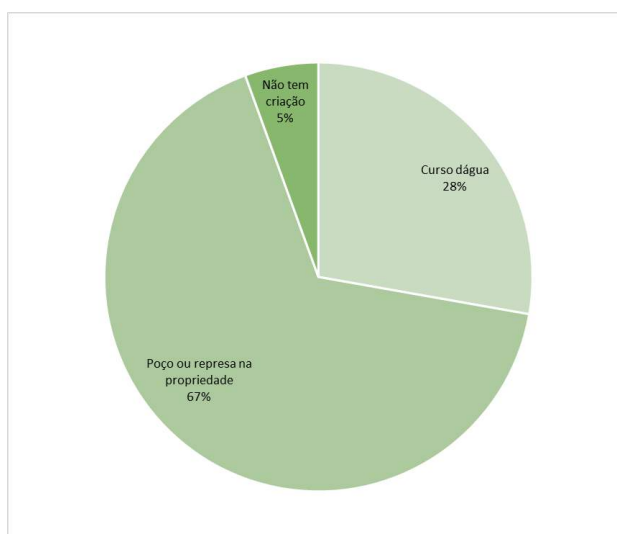


Figura 43: Proveniência da água para dessedentação dos animais informado pelos entrevistados (as) (Percentual). Colniza/MT, Jun/ 2022.

Os cursos d'água usados para dessedentação da criação estão localizados dentro das propriedades ou no entorno em 27,78% dos casos. 66,67% usam água da própria propriedade, sendo que parte provém de represas e lagoas feitas pelos proprietários para esse fim. Para a irrigação e lavoura a maior parte da água utilizada vem dos poços/represas dentro da propriedade. Com relação à qualidade desses cursos de água, os entrevistados informaram que em 55,56% dos casos que se tratam de cursos limpos e bons para consumo. Sobre a qualidade da água dos cursos da região, a avaliação foi a seguinte:

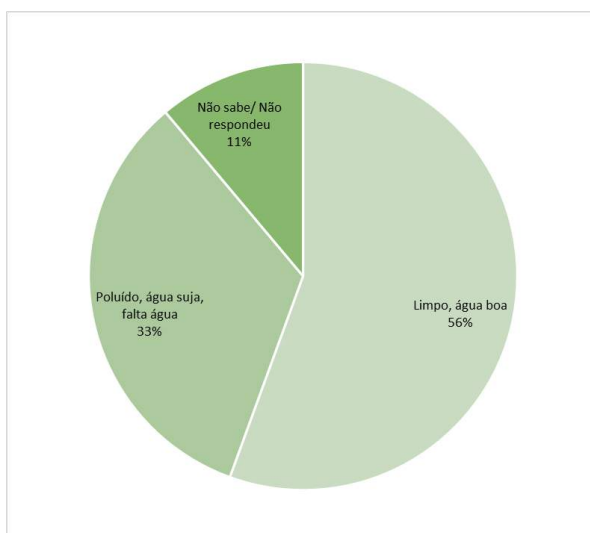


Figura 44: Qualidade dos cursos d'água na região (Percentual). Colniza/MT, Jun/ 2022.

100% dos domicílios informaram não ter coleta dos resíduos sólidos, tampouco alternativa para descarte correto dos materiais recicláveis como plástico e vidro. O lixo é queimado ou enterrado em todas as propriedades, e esse costume precisa ser desconstruído através de iniciativas de educação ambiental e incentivo à reciclagem e o reaproveitamento de materiais recicláveis.

No que tange à educação, o município apresenta índice de Desenvolvimento da Educação Básica de 5,4 nos anos iniciais, 4,2 nos anos finais do fundamental (6º ao 9º ano), e 2,6 no ensino Médio (IBGE, 2021). A média do estado de Mato Grosso foi de 5,9 para os anos iniciais e 4,8 nos anos finais. Ou seja, o município de Colniza apresenta índices abaixo dos que são observados no estado, e portanto, uma oferta de serviço de educação mais precária. Existem ao todo 8 estabelecimentos de educação básica (IBGE, 2021) e nenhum de Ensino Superior disponível para os cidadãos de Colniza. 100% dos entrevistados (as) informaram não ter acesso a transporte público, tendo a ressalva do transporte escolar que leva as crianças para a Escola Cecília Meireles, de ensino fundamental, que fica na Agrovila. Este é o único estabelecimento de ensino que existe em todo o assentamento, sendo que não há oferta de ensino fundamental anos finais, tampouco de ensino médio, apenas no distrito sede municipal. Segue abaixo avaliação da qualidade do serviço de educação no que se refere à distância de casa, infraestrutura, professores, material didático e merenda escolar:

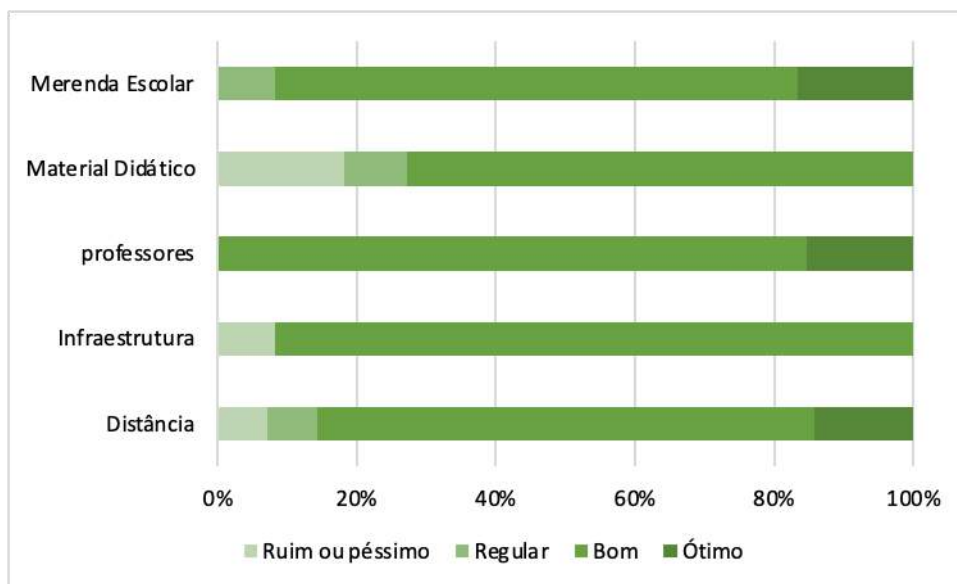


Figura 45: Avaliação da qualidade dos serviços educacionais no Assentamento Perseverança Pacutinga e entorno. Colniza/MT, Jun/ 2022.

No que se refere a utilização de serviços de assistência social, a maioria dos abordados relatou não utilizar o serviço, cerca de 77,78%. Os demais informaram ter utilizado o CRAS para realização de cadastro único, ou para obtenção de benefícios como carteira de idoso, solicitação de licença maternidade, entre outros. 41,67% dos entrevistados(as) informaram receber aposentadoria ou pensão, e 22,22% informaram receber Auxílio Emergencial, ou Bolsa Família.

Com relação às atividades culturais, turísticas ou de lazer ressalta-se que a maior parte informou que a principal opção de lazer seria ir à missa, ou cultos religiosos, e jogar futebol nos campos locais. Porém, após a pandemia, mesmo com o retorno das atividades presenciais, não houve mais aproveitamento desses campos, que estão em sua maioria com mato alto, sem manutenção, e sem uso comunitário. Do ponto de vista turístico, existem locais de visitação reconhecidos, como a Cachoeira das Viúvas e o rio Aripuanã, usado na maioria dos relatos como local para pesca, seja ela recreativa, ou para subsistência.



Figura 46: Ponte sobre o Rio Aripuanã - Figura 47: Rio Aripuanã. Colniza/MT, Jun/

**ponto turístico e lazer. Colniza/MT, Jun/ 2022. Foto: Mariana Moreira.
2022. Foto: Mariana Moreira.**

Com relação às manifestações culturais mais citadas destaca-se as celebrações religiosas promovidas pelas comunidades católicas ou evangélicas. Também foram relatados a ocorrência de rodeios, e bailes no assentamento, cuja realização está paralisada desde a pandemia e ainda não retomou o mesmo nível de participação dos anos anteriores ao Covid 19.

- Festa de Nossa senhora da Luz- Fevereiro
- Semana Santa- Abril/ Maio;
- Corpus Christi (Santíssima Trindade) – Maio/Junho;
- Ciclo Junino (São João, Santo Antônio e São Pedro) - Junho/Julho;
- Festa de Nossa Senhora Aparecida (que ocorre nas comunidades do assentamento e na paróquia Sagrada Família no centro de Colniza - Outubro
- Cultos e eventos evangélicos com shows de cantores gospel;
- Rodeios;
- Shows e apresentações de artistas (em geral sertanejos) no centro de Colniza, ocorre durante a festa de aniversário da cidade (Novembro) e em outras ocasiões promovidas geralmente pelo poder público municipal.

Ressalta-se que não foram citados nenhuma área, sítio ou imóvel de importância histórica, nem área de relevância cultural e ritualística relacionada com a floresta, ofícios e formas tradicionais de uso dos recursos naturais. Não houve relatos da existência de comunidades tradicionais ribeirinhas, extrativistas, coletoras, indígenas ou quilombolas no assentamento e entorno de interesse do projeto. Não foram informadas grutas, locais de devoção como cruzeiros ou marcos naturais, tampouco celebrações coletivas que promovem trânsitos culturais como romarias, caminhadas ou procissões.

Foi identificado um artesão, que vive do seu ofício, o Sr Mauri Albanese que mora na Linha 4 e produz objetos, móveis, brinquedos e enfeites de madeira. Também foram observados amplos conhecimentos de usos medicinais de ervas, plantas, folhas e raízes locais, em 97,22% dos entrevistados. O uso de chás, xaropes e outros preparados de ervas como formas tradicionais de cura, é amplamente disseminado, sendo que a maior parte das pessoas possuem algum tipo de receita para formas diferentes de problemas e sintomas. Com relação à alimentação, foram citadas como pratos tradicionais o churrasco, caldo e pratos feitos com peixe, inhame e mandioca, além do palmito, o único alimento informado, apenas por dois moradores, como sendo extraído diretamente da floresta.

A única ocorrência informada, no que se refere a bens com potencial valor cultural está relacionada à presença de informações sobre vestígios arqueológicos como cacos de cerâmica, objetos líticos, e pedras de raio, nome popular dado a vestígios arqueológicos encontrados após ocorrência de tempestades e inundações que acabam movimentando a camada mais superficial do solo e deflagrando artefatos que recebem essa nomenclatura por parte da população.

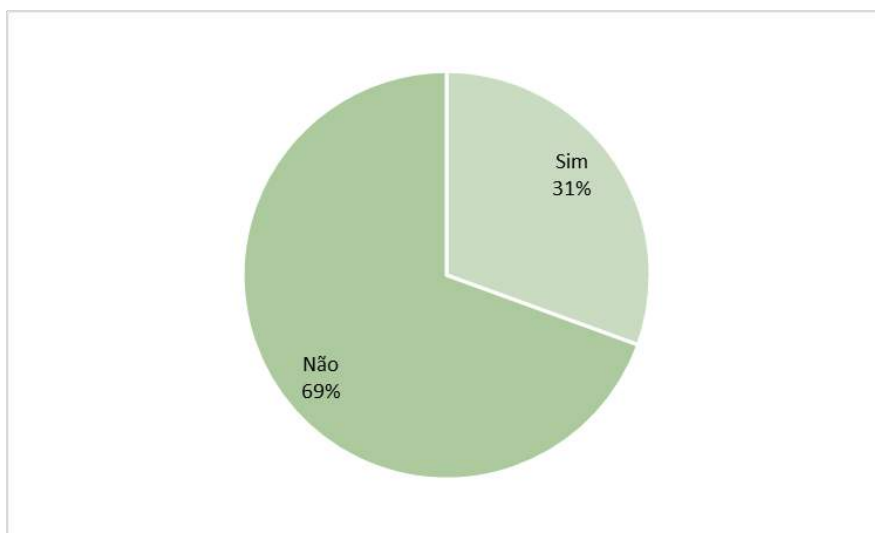


Figura 48: Relatos de ocorrência de vestígios arqueológicos entre os moradores do Assentamento Perseverança Pacutinga e entorno (Percentual). Colniza/MT, Jun/ 2022.

Em uma das residências visitadas o morador revelou um desses artefatos, que segundo ele foi encontrado logo após uma grande chuva, embaixo de uma árvore na área de pasto da propriedade. Segue abaixo evidência desse achado arqueológico:



Figura 49: Evidência da ocorrência de vestígios arqueológicos entre os moradores do Assentamento Perseverança Pacutinga e entorno. Colniza/MT, Jun/ 2022. Foto: Caroline Césari.

Nesse sentido, recomenda-se a realização de estudo mais aprofundado e especializado para levantamento de potencial arqueológico da região do assentamento, que deverá configurar futuras etapas diagnósticas relacionadas à implantação e execução do projeto.

Com relação aos ofícios tradicionais, a pesca e a caça também foram citadas como hábitos locais, que estão relacionados com as formas de ser e viver das famílias no assentamento. A pesca foi mencionada por 66,67% dos moradores entrevistados e a caça por 22,22%, geralmente ligada à presença de onças, porcos do mato e demais predadores, ou para alimentação como pacas e porcos do mato.

Por último, o questionário também se ateve às formas de entendimento e relações que existem entre as comunidades das diversas linhas do assentamento, e entre estas e a Fazenda Florestal Santa Maria e seu fluxo de operações. Segue abaixo gráfico com as formas de interface que as pessoas relataram já ter tido com a fazenda. A maioria, ou seja, 73,53% dos entrevistados informou conhecer o empreendimento, ou ter ouvido falar. Apenas três entrevistados que já foram, em anos anteriores prestadores de serviço para a fazenda informaram já ter entrado no local, e ter pescado dentro de seus limites, apenas para entretenimento/lazer.

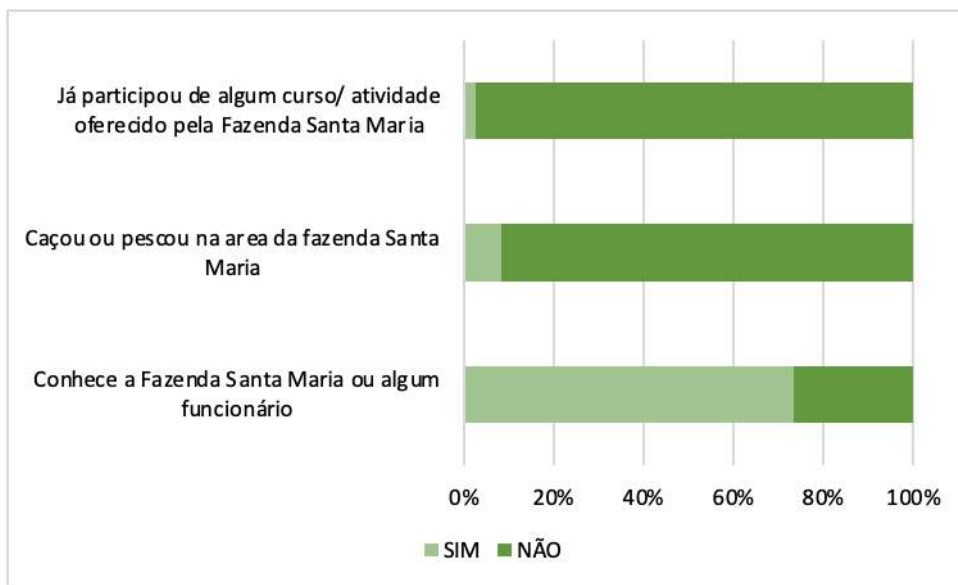


Figura 50: Relação da comunidade do Assentamento Perseverança Pacutinga e entorno com a Fazenda Florestal Santa Maria (Percentual). Colniza/MT, Jun/ 2022

Já as relações intercomunitárias foram avaliadas a partir dos pontos positivos e negativos que foram citados pelos entrevistados, durante a aplicação dos questionários. Dentre estes se destacam como positivos a relação de amizade com a vizinhança, e a tranquilidade e o sossego. Como principais pontos negativos foram mencionados a qualidade das estradas, a desunião da comunidade e a falta de assistência técnica, e de serviços básicos de qualidade.

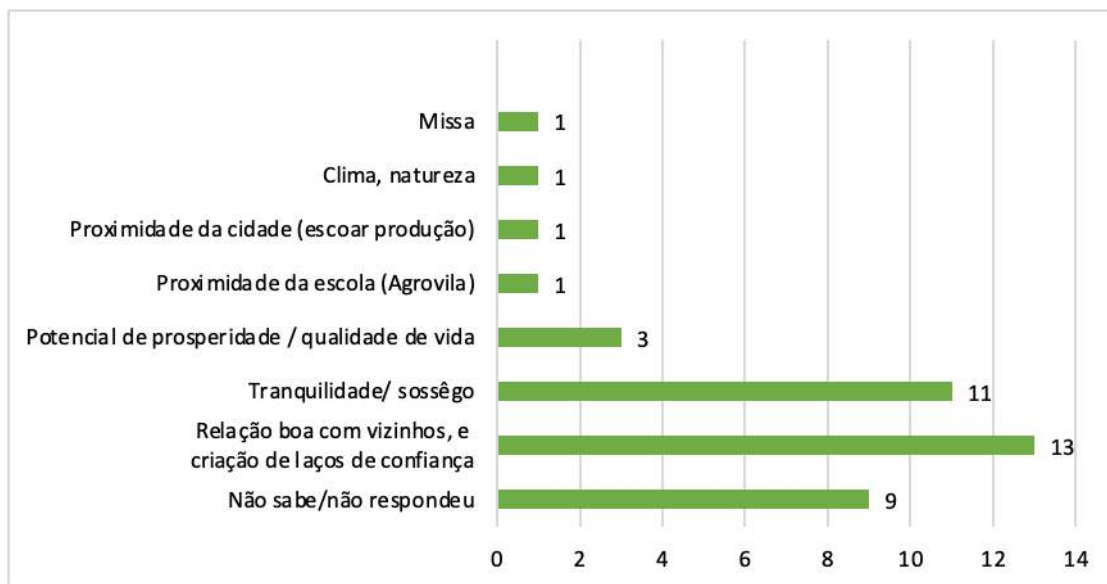


Figura 51: Pontos Fortes da comunidade, na visão dos moradores do Assentamento Perseverança Pacutinga e entorno (Frequência absoluta). Colniza/MT, Jun/ 2022.

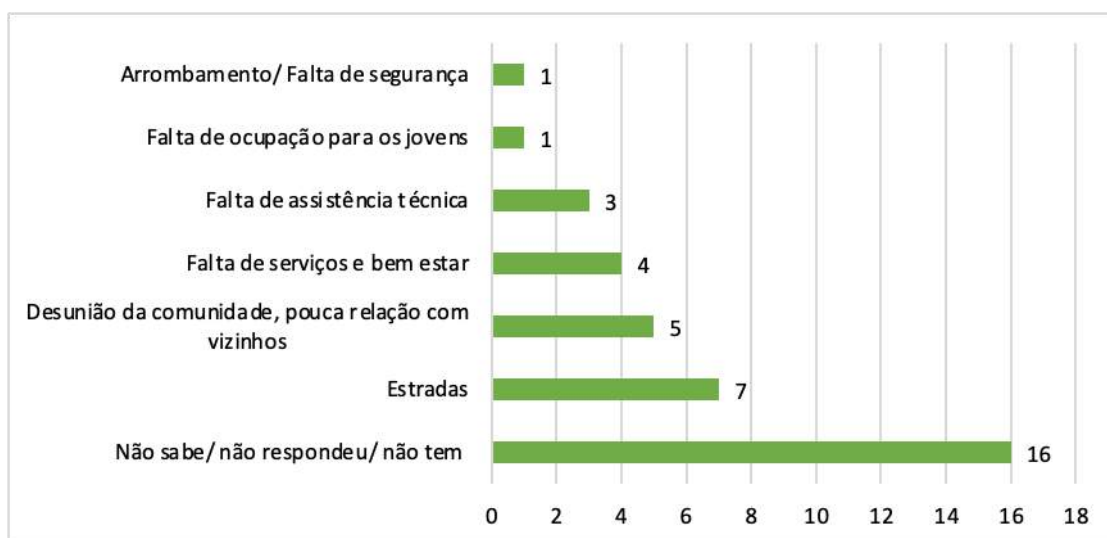


Figura 52: Pontos Fracos e Ameaças para a comunidade, na visão dos moradores do Assentamento Perseverança Pacutinga e entorno (Frequência absoluta). Colniza/MT, Jun/ 2022.

8 Interação entre comunidades e grupos comunitários

Os grupos comunitários envolvidos no projeto incluem as comunidades do Assentamento Perseverança Pacutinga, que são o público alvo e prioritário das ações, e comunidades que

habitam áreas limítrofes à Fazenda, localizadas tanto em territórios privados, como em áreas da Colonizadora, e também uma pequena porção ao norte do território do Assentamento Colniza I. No que se refere às relações intracomunitárias pode se observar à luz dos depoimentos a ausência de uma organização social mais efetiva, capaz de agenciar lutas comuns e demandas coletivas. Existe uma tendência à fragmentação do associativismo no assentamento, já que ao invés de buscarem fortalecer a associação já existente (Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Perseverança Pacutinga), há um movimento de criação de uma nova entidade pelos moradores das linhas 12 e 8, cuja reunião para a formação de diretoria ocorreu em conjunto com a oficina coletiva do dia 05/06, supracitada.

Essa subdivisão dos esforços coletivos está associada a um cenário de pouca integração social, ausência de representatividade, e engajamento, onde ainda existem demandas urgentes como a redução de formas de violência e opressão contra a mulher, o idoso e o jovem. Nesse sentido, o projeto pode atuar para fortalecer o senso de associativismo, através da propagação de ferramentas de diálogo social e capacitação para melhoria dos arranjos produtivos locais. É preciso fomentar o sentimento de integração comunitária, e de protagonismo, além de empoderar públicos com pouca representatividade, dando ênfase à participação feminina. Através do fortalecimento do associativismo será possível aumentar a capacidade e as formas de organização social, e a busca autônoma por canais institucionais necessários à melhoria da produtividade, da geração de renda e dos indicadores sociais na região. Além disso, ainda é preciso o planejamento de ações específicas para integração entre os grupos comunitários dos assentamentos de Colniza no que se refere à criação de uma cultura preservacionista, capaz de reverter o costume arraigado historicamente de se garantir a posse da terra pela supressão da cobertura vegetal. Um futuro sustentável depende de uma comunidade unida, forte e ciente de sua capacidade de transformação coletiva, imbuída no propósito de manter a floresta em pé e de promover um desenvolvimento econômico com proteção ambiental e fortalecimento comunitário.

8.1 Valores de Conservação – HCV

O conceito de Altos valores de Conservação (HCV) se relaciona com a ideia de que “quando uma área florestal possui um valor de caráter excepcional ou de importância crítica, devem existir salvaguardas adicionais para garantir que o valor não esteja sendo degradado ou afetado negativamente pelo manejo” (PROFOREST; WWF; IKEA, 2003, pp.24)²⁹. O uso prático do conceito de HCV se relaciona com trabalhos de certificação de produtos madeireiros de manejo responsável, baseados em princípios e critérios que conciliam salvaguardas ambientais, ecológicas e sociais. Para a garantia de que essa salvaguarda, de fato beneficie as comunidades do entorno a tais áreas florestais, é preciso que também ocorra a promoção de ações e projetos que gerem benefícios e melhoria do bem-estar das populações que habitam os territórios envolventes. Dos seis critérios já listados, dois deles estão diretamente relacionados com as populações tradicionais e com as comunidades do entorno, que são: “HCV5. Áreas essenciais para suprir as necessidades básicas de

comunidades locais (ex.: subsistência, saúde). HCV6. Áreas críticas para a identidade cultural tradicional de comunidades locais (áreas de importância cultural, ecológica, econômica ou religiosa, identificadas em conjunto com estas comunidades)” (PROFOREST; WWF; IKEA; 2003, pp. 09).

Sobre o HVC5 o documento “Guia para Florestas de Alto Valor de Conservação” (PROFOREST; WWF; IKEA; 2003), entende que não estão incluídas no HCV5: “Florestas que fornecem recursos úteis, porém não fundamentais para as comunidades tradicionais e locais; Florestas que fornecem recursos que podem ser prontamente obtidos em outro local ou que podem ser substituídos por outros” (pp. 22). Sendo assim, não há nenhum tipo de recurso que esteja dentro do território da Fazenda Florestal Santa Maria, que seja demandado pelas comunidades do entorno e considerado como “fundamental” para suprir as necessidades básicas dessas populações, ou para geração de renda. Além disso, o trabalho de campo, a avaliação espacial, e principalmente as entrevistas com os (as) proprietários e comprovaram que não há indícios de utilização quer seja recursos hídricos, vegetais, e de caça, quer áreas de interesse extrativista ou que forneçam matérias primas para práticas e ofícios tradicionais. Dentre os entrevistados 100% afirmaram não ter conhecimento da presença de comunidades indígenas, quilombolas ou ribeirinhas na região e entorno do Assentamento Perseverança Pacutinga, portanto não havendo povos considerados “tradicionais” nas áreas de interesse do projeto. Esses fatores agregados tornam o HCV5 não aplicável ao contexto em voga, embora seja necessário um monitoramento permanente do perfil das populações que surgem, por ocasião da dinâmica territorial que inclui a exploração dos recursos naturais advindos do bioma amazônico.

O HCV6, como mencionado, é um valor associado a áreas de importância cultural, ecológica, econômica ou religiosa, identificadas em conjunto com estas comunidades. Dado a inexistência de comunidades tradicionais como mencionado, a avaliação se baseará no prognóstico fornecido pelas populações consultadas, que participaram das atividades propostas. O principal território que se localiza na zona de influência do projeto possui grande relevância ecológica, não só para as comunidades em questão, mas para toda a região norte do estado do Mato Grosso. O Parque Estadual Igarapé do Jurena se enquadra como HVC6, por três motivos: 1º) possui relevante biodiversidade e biomas específicos que justificam seu valor ecológico, paisagístico e científico, é uma das principais ferramentas para a manutenção da floresta em pé na região norte do estado de MT; 2º) se trata de uma unidade de conservação que possui terras contíguas à fazenda em toda a extensão sul da UC, e cujos impactos da operação e implantação do projeto demandam ser monitorados futuramente; 3º) o parque se encontra em risco associado à expansão de atividades ilegais como o garimpo, caça e pesca ilegal, invasões e grilagem de terra, que tem o potencial de interferir, ou criar conflitos na região que comprometam o andamento da implantação e desenvolvimento das atividades e ações previstas no projeto.

Embora não se constitua propriamente um HCV6 pela concepção ambiental que este possui, é importante ressaltar que as Igrejas tanto evangélicas como católicas foram citadas frequentemente como sendo os locais de referência tanto religiosa, como de convívio social, cultural, e até mesmo lazer. Muitos entrevistados afirmaram que à na missa, ao culto ou em festas religiosas seriam sua principal opção de lazer. Porém, não existe relação desses espaços ou de suas atividades com áreas florestais, pois o assentamento possui pouca cobertura vegetal remanescente. De todo modo, fica o registro da relevância dessas

materialidades para a cultura, costumes e religiosidade local, pois agem como lugares de sociabilidade importantes para a criação de sentidos de pertencimento e fomento de arranjos coletivos diversos.

Tabela 12: Identificação de área de HCV no âmbito do Projeto Fazenda Florestal Santa Maria

<p>HCV- Valor de Conservação 6</p>	<p>Parque Estadual Igarapé do Jurena</p>
<p>Atributos de Qualificação</p>	<p>O Parque Estadual Igarapé do Jurena está localizado no norte do Mata Grosso, e está inserido no Bioma Amazônico. Possui parte de seu território inserido dentro do Parque Nacional de Jurueña, consistindo em uma sobreposição de 54% de sua área administrativa, que fica sob a tutela tanto do governo federal, como do estadual (SEMA-MT, 2008. Apresenta uma área aproximada de 227.817 hectares e possui parte significativa de sua fronteira sul na divisa com a fazenda Florestal Santa Maria, que compartilha com o parque áreas contíguas de floresta, que não estão separadas quer seja por estradas, cercas ou qualquer tipo de barreira física. Trata-se de uma Unidade de Conservação de grande valor ecológico e estratégico. Por sua localização em uma região de altos índices de desmatamento, o parque acaba configurando uma mancha de preservação da floresta em meio ao avanço do desmatamento em seu entorno, principalmente nas áreas de fronteira com o distrito de Nova União, em Cotriguaçu. Por isso adquire a função de garantir a proteção de recursos hídricos, de espécies de flora e fauna nativas, conservando ecossistemas relevantes para o bioma, além de ter um grande potencial para uso público, turístico, educativo e científico.</p>
<p>Área Focal</p>	<p>Nos últimos anos observa-se um aumento da presença de garimpo ilegal, invasões e grilagem, segundo informações da gerência da UC, e de notícias veiculadas nos canais locais de comunicação. Esses fatores não só geram insegurança, mas também aumentam a tensão social, agravando a violência e os conflitos na região. O aumento dessas atividades ilegais, somado ao descomprometimento institucional com a proteção da floresta, constituem um grande risco para a manutenção da biodiversidade e da cobertura vegetal. Por essa pressão de atividades ilegais, se mostra como a principal área de atenção do projeto, em virtude da iminência de conflitos que podem impactar a execução das atividades previstas, com potencial para a geração de litígios jurídicos, as invasões se aproximem das áreas de limite entre o parque e a fazenda Florestal Santa Maria.</p>

9 Rede de impactos comunitários positivos

Tabela 13: Rede de impactos comunitários positivos – Regularização fundiária

Grupo Comunitário	Comunidade do Assentamento Perseverança Pacutinga e entorno
Impactos	<p>Regularização Fundiária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proprietários do assentamento passarem a possuir documento de titularidade da terra; <p>Dimensionar o processo intenso de subdivisão das unidades originais, ou de acúmulo de lotes por alguns proprietários criando inconsistência de informações com relação ao histórico do INCRA e dificuldades de atualização das informações referente ao atual número de moradores e proprietários no assentamento.</p>
Tipo de Benefício/Custo/Risco	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer apoio no processo de georreferenciamento das propriedades, dado que esse procedimento ainda demanda finalização, e tem o potencial de tornar mais célere o andamento da regularização da terra na região; • Buscar convênios/ parcerias para auxiliar o processo de regularização da terra, • Informar e tornar acessíveis informações sobre o contexto desta regularização das terras e de outras informações úteis sobre o tema que possam auxiliar em seu desfecho/ resolução; • Fortalecer as formas de organização coletiva para a luta pelo direito à propriedade, já que se trata de um problema vivido pela maioria dos proprietários, e cuja mobilização pode criar formas de pressão social que potencialize a tomada de decisões dos agentes responsáveis pela regularização; • Criar observatório de conflitos para avaliar a ocorrência de questões como grilagem, invasões e outras associadas que podem gerar ameaças ou aumentar a tensão/ violência no território do entorno da Fazenda Santa Maria, tornando as comunidades mais vulneráveis, e agravando as desigualdades sociais.

	<ul style="list-style-type: none"> • Risco: Promover processos de reintegração de posse daqueles proprietários que não atenderem à Normativa nº99 de 30/12/2019, que entende que como ocupantes não passíveis de regularização, aqueles cuja ocupação do lote tenha ocorrido em data posterior a 22/12/2015.
Mudança no bem-estar	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia do direito à terra; • Segurança jurídica; • Aumenta a potencialidade de obtenção de crédito rural e de formas de financiamento para a lavoura e criação, pois a propriedade é sempre um dos principais ativos no processo de garantia para a concessão de crédito.

Tabela 14: Rede de impactos comunitários positivos – Assistência Técnica

Grupo Comunitário	Comunidade do Assentamento Perseverança Pacutinga e entorno
Impactos	<p>Assistência Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acessibilizar assistência técnica rural e desenvolvimento de ações e projetos para melhoria das condições de plantio/ criação das comunidades do assentamento; • Criar rede de apoio e parcerias incluindo a municipalidade, universidades, entre outros agentes locais que possam auxiliar a criação de iniciativas que garantam fornecimento da assistência técnica rural aos assentados; • Oferecimento de capacitações em parceria com Sindicato Rural/Senar - agricultura familiar e associativismo/cooperativismo • Reduzir problemas de baixa produtividade da lavoura dado as características do solo, a necessidade de correção do mesmo e a incidência de pragas que reduzem a eficiência da produção agrícola local; • Incentivar a diversificação da produção via fomento da agricultura familiar e da agroecologia garantindo que os modelos de gestão da terra incorporem iniciativas sustentáveis, que promovam o desenvolvimento econômico com a proteção da floresta em pé e da

	biodiversidade;
<p>Tipo de Benefício/Custo/Risco</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de parcerias para desenvolvimento de projetos que associam capacitação de jovens locais para apoio às ações de assistência técnica rural atualmente desenvolvidas pelos órgãos municipais e estaduais; • Buscar projetos de extensão rural nas universidades locais como UFMT, UNEMAT, e incluir alunos dessas instituições nas iniciativas que garantam assistência para as comunidades assentadas; • Contratação de técnicos para assessorar os produtores do assentamento; • Desenvolvimento de unidades demonstrativas de café sombreado e ou agrofloresta; • Fornecer apoio técnico e orientação para o fortalecimento da associação de produtores local; • Dar acesso ao crédito rural através de iniciativas e parcerias que capacitem e facilite que a comunidade consiga cumprir os requisitos para obtenção das linhas de financiamento nos bancos e instituições de fomento; • Levantamento das demandas técnicas e de estratégias de atuação para garantir o acesso à assistência rural, à correção do solo e ao aumento da geração de renda para os produtores locais, baseando-se em modelos já desenvolvidos localmente como o café sombreado; • Fortalecer o associativismo e regularizar a situação da atual associação de produtores local, incentivando o protagonismo da comunidade e o engajamento social;
<p>Mudança no bem-estar</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para geração de renda, • Promover desenvolvimento social sustentável; • Garantir assistência técnica para as comunidades; • Capacitar a comunidade para a diversificação da produção, através de iniciativas que fomentem a proteção da floresta e de sua biodiversidade; • Redução de desigualdades de acesso à eficiência produtiva;

	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na obtenção de linhas de crédito rural; • Fortalecimento do associativismo na comunidade; • Melhoria da segurança alimentar na região;
--	--

Tabela 15: Rede de impactos comunitários positivos – Saúde e Bem-estar

Grupo Comunitário	Comunidade do Assentamento Perseverança Pacutinga e entorno
Impactos	<p>Saúde e bem-estar</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ajudar na criação de estratégias que minimizem as carências da oferta de serviços de saúde no município. Falta de médicos para atendimento especializado no município (ortopedia, ginecologia, cardiologista etc.), falta de exames, e de procedimentos complexos; • Reduzir a demora para marcação de consultas médicas e realização de exames pelas comunidades do assentamento; • Dificuldade de acesso ao serviço de saúde devido às más condições das estradas e da ausência de transporte de saúde para casos complexos e graves. e bem-estar; • Criar condições e opções de lazer e esporte, com a instalação de iluminação em nos campos de futebol locais, manutenção dos gramados e estruturas de traves e marcações,
Tipo de Benefício/Custo/Risco	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação das alternativas de fornecimento de serviços de saúde e consultas online - teleatendimento modelo promoção da saúde; • Fortalecer e ampliar a oferta de serviços de saúde online para a comunidade do Assentamento de Perseverança Pacutinga, de modo a evitar a necessidade de deslocamentos, e tornar mais célere o atendimento à população; • Promoção de eventos esportivos e opções culturais que fomentem o lazer, o esporte e a adoção de hábitos saudáveis, como a prática regular de exercícios físicos, incluindo estratégias específicas para o público feminino

	<p>e os jovens;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o acesso às políticas de saúde/ saneamento básico, saúde mental, cuidados com idosos e planejamento familiar nas comunidades alvo.
Mudança no bem-estar	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a oferta de consultas online para a população do assentamento; • Reduzir o tempo necessário para conseguir consultas, atendimentos e exames; • Fazer a manutenção dos campos de futebol; • Criar outras estruturas e alternativas para a prática de atividades físicas no assentamento; • Promover eventos esportivos, campeonatos que fomentem a prática esportiva e hábitos de vida saudáveis; • Garantir a melhoria do bem-estar das comunidades, com a oferta de opções de lazer e entretenimento para crianças, jovens e adultos; • Incluir iniciativas que criem opções de lazer e esporte para o público feminino;

Tabela 16: Rede de impactos comunitários positivos – Infraestrutura (estradas)

Grupo Comunitário	Comunidade do Assentamento Perseverança Pacutinga e entorno
Impactos	<p>Infraestrutura (estradas):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar as condições das estradas e pontes das comunidades do entorno da Fazenda Santa Maria; • Reduzir a incidência de pontos de atolamento, derrapagem em períodos de chuva que impedem/dificultam o trânsito e o acesso na estação chuvosa; • Reduzir o excesso de poeira em suspensão, em períodos secos, evitando a geração de impactos na saúde das comunidades;

	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a manutenção permanente nas estradas e pontes que dão acesso ao assentamento (algumas têm relação com o fluxo da Fazenda Santa Maria), priorizando as linhas 1,4,6,8,10 e 12 do assentamento. Perseverança Pacutinga; • Garantir que os funcionários e todo o processo produtivo da Fazenda Florestal Santa Maria e do projeto sejam realizados atentando-se para o respeito às regras de trânsito e garantia da segurança das comunidades que utilizam as mesmas vias de escoamento da produção madeireira;
<p>Tipo de Benefício/Custo/Risco</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar manutenção permanente das estradas através de patrolagem e/ou cascalhamento de modo a solucionar tanto os buracos e pontos de atolamento nas chuvas, como o excesso de poeira e partículas em suspensão nos períodos secos; • Melhorar a estrutura das pontes com colocação de bueiros; • Criar uma política de divulgação e um canal de monitoramento e de reclamações sobre as condições de tráfego das estradas acessadas pela Fazenda Santa Maria, bem como do comportamento dos motoristas e demais funcionários da fazenda que trafegam nas vias do assentamento;
<p>Mudança no bem-estar</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a qualidade das estradas locais; • Reduzir a poeira no tempo seco; • Aumentar a segurança e reduzir acidentes, derrapagens e atolamentos nas vias em períodos chuvosos; • Reduzir o tempo gasto pelas comunidades para chegar ao distrito sede e ao hospital municipal, aumentando o acesso a serviços de saúde, vacinação, exames, entre outros que são oferecidos na sede pela municipalidade;

Tabela 17: Rede de impactos comunitários positivos - Monitoramento

<p>Grupo Comunitário</p>	<p>Comunidade do Assentamento Perseverança Pacutinga e entorno</p>
--------------------------	--

Impactos	<p>Monitoramento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir a participação da comunidade no monitoramento de todas as etapas do projeto, desde o planejamento, até a execução, divulgação, e alcance dos resultados; • Permitir que as opiniões e impressões das comunidades auxiliem na condução das ações do projeto, e de seu monitoramento; • Ampliar a participação de públicos que costumam ter menos acesso à políticas de representatividade como mulheres e jovens;
Tipo de Benefício/Custo/Risco	<ul style="list-style-type: none"> • Incluir a comunidade no processo de monitoramento do projeto e dos resultados das ações; • Fortalecer a comunidade e sua capacidade de organização da coletividade, incluindo públicos com menos representatividade; • Promover capacitações e dinâmicas que auxiliem no fortalecimento da representatividade e no protagonismo dos grupos, inclusive minoritários; • Ajustar os procedimentos e atividades propostas às demandas definidas pela comunidade envolvente; • Risco: Negligenciar a necessidade de inclusão do público feminino, jovens e idosos nas atividades participativas e consultivas do projeto;
Mudança no bem-estar	<ul style="list-style-type: none"> • Incluir a participação da comunidade em todas as etapas do projeto; • Garantir a inclusão de mulheres, idosos e jovens nas ações e no processo decisório relativo ao projeto;

10 Equipe Técnica

A seguir é apresentada a equipe - envolvida na elaboração do presente documento:

FICHA TÉCNICA

Profissional	Formação	Nível
Marcos Martins	Doutor em Sociologia da Cultural	Sênior
Caroline César de Oliveira	Mestre em Antropologia e Historiadora	Sênior
Mariana Moreira	Mestre em Antropologia (Arqueologia)/ Especialista em SIG	Sênior

11 Referências Bibliográficas

ALDRIGHI, César Fernando Schiavon (org.). ÁVILA, Mário Lúcio de; MIRANDA FILHO, Reinaldo José de; LIMA NETO, José Tito de; Atlas dos assentamentos rurais do Norte do Mato Grosso. Brasília: Faculdade UnB Planaltina - FUP, Universidade de Brasília, 2019.

ALVES, Janice; FIGUEIREDO, Adriano M. R.; BONJUR, Sandra C. M. Os Assentamentos Rurais em Mato Grosso: Uma Análise dos Dados do Censo da Reforma Agrária. In: Panorama Socioeconômico, vol. 27, núm. 39, dezembro 2009, pp. 152-167.

BRASIL Ministério do Meio Ambiente. Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal: Operação Arco Verde. Brasília, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/SXW7Cm>>.

COSTA, F.A. Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: Graphite, 2000.

FERNÁNDEZ A.J.C., FERREIRA E.C., 2004. Os impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: Medeiros, L.S., e Leite, S. Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, 2004. Atlas territórios rurais 2017. Brasília: INCRA/MDA, 2017. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Localidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/colniza/pesquisa/40/30277>.

PROFOREST; WWF; IKEA. Guia para Florestas de Alto valor de Conservação. 1ª edição, Dezembro 2003. Disponível em: https://wwfeu.awsassets.panda.org/downloads/hcvf_toolkit_final_portuguese.pdf.

SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO (SEMA-MT). Plano DE manejo do Parque Estadual Igarapés do Jurena. Dezembro, 2008. Disponível em https://www.icmbio.gov.br/portal_antigo/images/stories/imgs-unidades-coservacao.

SIQUEIRA, E. M., 2002. História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Ed. Entrelinhas

SPAROVEK G.. A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. São Paulo: Páginas & Letras Editora a Gráfica, 204 pp.

7.1 Fontes das Bases Cartográficas

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM. Processos Minerários. Disponível em: https://app.anm.gov.br/dadosabertos/SIGMINE/PROCESSOS_MINERARIOS/MT.zip. Acesso em 05-05-2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA. Mapas e Bases dos Modos de Transportes. Rodovias Federais. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/dados-de-transportes/bit/bitmodosmapas>. Acesso em 05-05-2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Unidades de Conservação. Disponível em: <http://mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm>. Acesso em 05-05-2022.

CARAGUÁ. Limite da Florestal Santa Maria. 2022.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. Áreas Urbanas. Disponível em: http://geoinfo.cnpm.embrapa.br/layers/geonode%3Aareas_urbanas_br_15. Acesso em 05-05-2022.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Terras Indígenas. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>. Acesso em 05-05-2022.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. Hidrografia. Disponível em: <http://feicoes.seplan.mt.gov.br/arcgis/rest/services/Base100/Hidrografia/MapServer/1>. Acesso em 05-05-2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Localidades. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/27385-localidades.html?=&t=downloads>. Acesso em 05-05-2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Malhas Territoriais. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em 05-05-2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Sítios Arqueológicos Georreferenciados. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/geoserver/SICG/ows?service=WFS&version=1.0.0&request=GetFeature&typeName=SICG:sitios&maxFeatures=50000&outputFormat=SHAPE-ZIP>. Acesso em 05-05-2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Áreas de Quilombolas. Disponível em: https://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py. Acesso em 05-05-2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Assentamento Federal. Disponível em: https://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py. Acesso em 05-05-2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Imóvel certificado Sigef. Disponível em: https://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py. Acesso em 05-05-2022.

SYSTEMICA. Levantamento de campo. 2022.

8. Anexos

Anexo 1 - Lista de Stakeholders

Anexo 2 - Banco de imagens

Anexo 3 - Modelo de questionário individual

Anexo 4 - Planilhas com dados consolidados dos questionários aplicados

Anexo 5 - Planilha com dados consolidados da dinâmica das fichas

Anexo 6 -Termos de autorização de uso de informações